PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO/RS
CONCURSO PÚBLICO N° 01/2026

EDITAL Nº 12/2026 – DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS E JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

A Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS, por este edital, para conhecimento dos interessados, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Abertura nº 01/2026, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

1.1. Foi realizada a avaliação dos recursos interpostos pelas pessoas candidatas durante o período de 01/09 a 03/09/2026, e justifica-se a manutenção ou alteração do Gabarito Preliminar da Prova Teórico-Objetiva no Anexo I deste Edital.

2. DOS GABARITOS DEFINITIVOS

2.1. Os Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas encontram-se no Anexo II deste edital.

3. DOS ANEXOS

3.1. É parte integrante do presente edital:

ANEXO I – Justificativas para Manutenção/Alteração dos Gabaritos Preliminares;

ANEXO II – Gabaritos Definitivos.

Novo Hamburgo, 18 de setembro de 2026.

Daiana de Leonço Monzon

Secretária Municipal de Gestão, Governança e Desburocratização

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO/RS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

De acordo com o Edital de Abertura nº 01/2026, que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta,* emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL MÉDIO

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA), TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM INFORMÁTICA, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 3 – MANTIDA alternativa 'B'.
Mantém-se o gabarito preliminar (B). A questão solicita que as assertivas sejam avaliadas exclusivamente com base nas informações apresentadas no texto “e nas relações que podem ser estabelecidas entre os dados”.
A primeira assertiva é verdadeira. O texto afirma expressamente que “o gênero também altera significativamente as possibilidades de mobilidade social” e informa que, entre filhos de pais situados nos 25% mais pobres, 32,9% dos homens permanecem nesse mesmo estrato na vida adulta, enquanto, entre as mulheres, a proporção chega a 65,1%. Diante dessa diferença, é legítima a inferência de que o gênero constitui um fator relacionado à dificuldade de ascensão social, especialmente para as mulheres.
A alegação de que os percentuais demonstrariam apenas associação estatística e não causalidade não se sustenta. A assertiva não afirma que os números, isoladamente, comprovem uma relação causal exclusiva nem que o gênero seja o único determinante da mobilidade. Emprega a expressão “permite inferir”, compatível com o próprio texto-base, que apresenta gênero, raça e origem familiar como “os principais condicionantes” da baixa mobilidade social e afirma especificamente que o gênero “altera significativamente” suas possibilidades.

Também não procede o argumento de que seria necessário empregar “gênero feminino”, e não “gênero”. Na formulação do texto e da assertiva, gênero é a variável considerada na comparação entre homens e mulheres. Dizer que o gênero é um fator significa que a condição de gênero está associada a resultados distintos de mobilidade; não significa afirmar que todos os gêneros produzam exatamente o mesmo efeito.
A segunda assertiva é falsa. Ela afirma que, “com base exclusivamente nos dados apresentados”, seria possível concluir que a diferença de mobilidade social entre homens e mulheres é maior entre a população não branca do que entre a população branca. Para realizar essa comparação, seria necessário comparar os dados específicos de homens brancos e homens não brancos com os de mulheres brancas e mulheres não brancas. Entretanto, o texto não fornece todos os dados para realizar essa comparação. Ele informa:
36,3% dos jovens brancos permanecem entre os 25% mais pobres; 51,6% dos jovens não brancos permanecem nesse grupo; 32,9% dos homens, sem recorte racial especificado, permanecem nesse estrato; 65,1% das mulheres, também sem recorte racial especificado; e no recorte exclusivamente feminino, 69% das mulheres não brancas e 52,9% das mulheres brancas permanecem entre os mais pobres. Esse aspecto é decisivo. Os cálculos utilizados para concluir que a diferença entre homens e mulheres seria maior entre os não brancos para defender esse ponto (69% − 51,6% = 17,4 pontos percentuais e 52,9% − 36,3% = 16,6 pontos percentuais) não procedem. O percentual de 51,6% não corresponde ao de homens não brancos, assim como 36,3% não corresponde ao percentual de homens brancos. O texto identifica esses números como referentes a “jovens não brancos” e “jovens brancos”, sem restringi-los ao sexo masculino. Portanto, esses percentuais não podem ser contrapostos aos percentuais das mulheres para calcular a diferença entre homens e mulheres dentro de cada grupo racial. Pelo mesmo motivo, também não é válido utilizar o percentual geral de 32,9% dos homens como se fosse simultaneamente a taxa de homens brancos e a taxa de homens não brancos. O texto não fornece a distribuição racial desse percentual masculino. Assim, os dados permitem afirmar que há diferenças relacionadas tanto ao gênero quanto à raça, mas não permitem calcular e comparar a distância entre homens e mulheres dentro de cada grupo racial. A segunda assertiva, portanto, é falsa.
A terceira assertiva é verdadeira. O texto informa que houve “um pequeno aumento na mobilidade social” entre as duas gerações, mas acrescenta que “a possibilidade de ascensão social dos filhos permanece similar à dos pais”. Os números apresentados confirmam essa conclusão: entre os filhos das famílias pertencentes aos 25% mais pobres, a possibilidade de alcançar os 25% mais ricos passou de 7,9% para 8,8%; entre os filhos de famílias de renda média, passou de 16,6% para 18,6%. O texto caracteriza essa última mudança como “uma variação pequena que reforça a persistência da baixa mobilidade social”. Logo, houve alguma melhora, mas não em magnitude suficiente para afastar a conclusão de relativa estabilidade da hierarquia de oportunidades, exatamente como estabelece a terceira assertiva.
Os recursos apresentados discutem principalmente eventual causalidade na primeira assertiva e a possibilidade de calcular a diferença entre gêneros por raça na segunda. A primeira controvérsia não invalida o item porque a inferência está expressamente amparada pelas afirmações do texto sobre o gênero como condicionante da mobilidade. Quanto à segunda, os cálculos apresentados em alguns recursos decorrem de uma leitura incorreta dos percentuais de 36,3% e 51,6%, que não correspondem a homens brancos e homens não brancos. Diante do exposto, não há fundamento para alteração ou anulação da questão, mantendo-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
Conteúdo Programático:
Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos, subentendidos e efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias, e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.

QUESTÃO: 4 – MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
A alternativa está correta.
O texto informa que, entre os nascidos de 1983 a 1987, os filhos de famílias pertencentes aos 25% mais pobres tinham 7,9% de probabilidade de alcançar os 25% mais ricos, enquanto os filhos de famílias de renda média apresentavam probabilidade de 16,6%. Na geração de 1988 a 1990, os percentuais passaram, respectivamente, para 8,8% e 18,6%. Portanto, em ambas as gerações, os filhos das famílias de renda média apresentaram maior possibilidade de ascender aos 25% mais ricos do que os filhos das famílias mais pobres: 1983–1987: 16,6% › 7,9%; 1988–1990: 18,6% › 8,8%.
É nesse sentido que a alternativa afirma que a vantagem foi mantida: a posição relativa de superioridade do grupo de renda média permaneceu nas duas gerações. Os recursos calculam corretamente que a diferença

entre os grupos passou de 8,7 pontos percentuais para 9,8 pontos percentuais. Entretanto, esse aumento da distância não contradiz a alternativa. Para contradizê-la, seria necessário que a vantagem tivesse deixado de existir – por exemplo, se os percentuais tivessem se igualado ou se os filhos das famílias mais pobres tivessem ultrapassado os de renda média. A alternativa não afirma que "a diferença percentual permaneceu inalterada", nem que "a magnitude da vantagem foi a mesma". Afirma apenas que a vantagem foi mantida no período analisado, conclusão plenamente compatível com os dados.

Alternativa B:

A alternativa está incorreta.

Os dados não demonstram que as gerações mais recentes passaram a apresentar possibilidades de ascensão praticamente iguais, independentemente da renda familiar de origem. Na geração mais recente analisada, os filhos das famílias mais pobres apresentavam 8,8% de probabilidade de alcançar os 25% mais ricos, enquanto os filhos das famílias de renda média apresentavam 18,6%. Há, portanto, diferença expressiva entre os dois grupos. Além disso, o próprio texto conclui que a hierarquia de oportunidades permanece resistente ao longo do tempo, contrariando a ideia de equiparação das oportunidades.

Alternativa C:

A alternativa está incorreta.

Embora tenha ocorrido aumento na probabilidade de ascensão dos filhos das famílias mais pobres – de 7,9% para 8,8% –, esse crescimento não foi suficiente para alcançar as possibilidades dos filhos das famílias de renda média, que passaram de 16,6% para 18,6%. Na geração mais recente, portanto, permanece uma diferença de 9,8 pontos percentuais entre os grupos. Não houve equiparação das possibilidades de ascensão.

Alternativa D:

A alternativa está incorreta.

O texto sustenta justamente o contrário. Ao comparar as gerações, afirma que houve apenas "um pequeno aumento na mobilidade social" e que "a possibilidade de ascensão social dos filhos permanece similar à dos pais". Além disso, os dados demonstram que a origem familiar continua fortemente relacionada às oportunidades econômicas: nas duas gerações, os filhos das famílias de renda média possuem probabilidade consideravelmente maior de alcançar os 25% mais ricos do que aqueles provenientes das famílias mais pobres. Logo, não há fundamento para afirmar que a origem familiar deixou de exercer influência significativa.

Referência Bibliográfica:

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

Conteúdo Programático:

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos, subentendidos e efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias, e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.

Comentários Gerais:

Não procede a alegação de que a alternativa A seria imprecisa porque a vantagem numérica dos filhos das famílias de renda média aumentou de 8,7 para 9,8 pontos percentuais, não tendo permanecido matematicamente idêntica. O cálculo está correto, mas a conclusão decorre de uma leitura que não corresponde ao que a alternativa afirma. O termo "mantida" refere-se à permanência da vantagem relativa do grupo de renda média, e não à invariabilidade de sua magnitude matemática. Nas duas gerações, o mesmo grupo permanece em posição vantajosa: 16,6% › 7,9% e 18,6% › 8,8%. Inclusive, o fato de a diferença ter aumentado reforça, e não invalida, a conclusão de que a vantagem continuou existindo. A alternativa seria problemática se afirmasse que "a diferença entre os grupos permaneceu a mesma", o que não ocorre. O próprio comando solicita uma "conclusão compatível com as informações do texto", e não a identificação de uma igualdade matemática entre as diferenças percentuais. Diante do exposto, mantém-se o gabarito preliminar.

QUESTÃO: 6 – ANULADA.

A alternativa B contém as relações lexicais pretendidas – "desigualdade" como sinônimo de "disparidade" e "ampliadas" como antônimo de "reduzidas". Ocorre que o comando acrescenta expressamente a condição "sem alterar o seu sentido no contexto em que ocorrem". Essa condição é compatível com a substituição por um sinônimo, mas entra em conflito com a exigência de um antônimo. Substituir "reduzidas" por "ampliadas" no período inverte necessariamente a informação: "as possibilidades [...] são reduzidas" → possibilidades pequenas/limitadas; "as possibilidades [...] são ampliadas" → possibilidades aumentadas. Se a intenção da questão fosse apenas identificar "um sinônimo e um antônimo considerando o sentido que as palavras apresentam no contexto", a alternativa B seria inequivocamente correta. Contudo, essa não é a redação

utilizada: o enunciado determina expressamente que a escolha ocorra “sem alterar o seu sentido”. Há, portanto, incompatibilidade entre dois requisitos do próprio comando. A alternativa B atende à antonímia, mas não à preservação do sentido**.** Nenhuma alternativa satisfaz simultaneamente as duas exigências tal como formuladas. Dessa forma, a Banca decide pela anulação da questão.

Referência Bibliográfica:
DICIONÁRIO DE SINÔNIMOS. Disponível em: https://www.sinonimos.com.br.
Conteúdo Programático:
Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.
Comentários Gerais:

QUESTÃO: 7 – MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
A alternativa está incorreta.
O vocábulo “ajuste” não preserva o sentido de “estrato” nos trechos apresentados. Em expressões como “estrato de renda” e “estrato dos 10% com maior renda”, “estrato” designa uma faixa, camada, nível ou segmento dentro de uma distribuição socioeconômica. “Ajuste de renda” ou “ajuste dos 10% com maior renda” não expressam essa ideia e alterariam o sentido dos trechos.
Alternativa B:
A alternativa está correta.
No contexto do texto, “estrato” designa uma divisão ou segmento da distribuição de renda. A substituição por “faixa” preserva esse sentido:
“nesse mesmo estrato de renda” – “nessa mesma faixa de renda”;
“ao estrato dos 10% com maior renda” – “à faixa dos 10% com maior renda”;
“nesse mesmo estrato” – “nessa mesma faixa”.
A própria fonte textual emprega, em outro trecho, a expressão “faixa intermediária da distribuição de renda”, demonstrando que “faixa” é utilizada no mesmo texto para designar uma posição ou segmento dentro da distribuição econômica. Além disso, o Dicionário Online de Sinônimos registra “faixa” entre os sinônimos de “estrato”. Quanto à diferença de gênero gramatical, ela foi expressamente neutralizada pelo comando da questão ao determinar que fossem “desconsideradas possíveis alterações de gênero”. Isso significa que os ajustes necessários nos determinantes e nas contrações não constituem impedimento à substituição. A avaliação é da equivalência lexical e semântica. Portanto, a alternativa B é a única que preserva adequadamente o sentido dos três empregos de “estrato”.
Alternativa C:
A alternativa está incorreta.
“Ciclo” não é semanticamente equivalente a “estrato” nos trechos analisados. “Ciclo” remete, em geral, a uma sequência de acontecimentos ou processo que se repete, enquanto “estrato”, nesse contexto, identifica um segmento da distribuição de renda. Assim, construções como “ciclo de renda” ou “ciclo dos 10% com maior renda” não preservam o sentido original.
Alternativa D:
A alternativa está incorreta. O vocábulo “reserva” não corresponde ao sentido contextual de “estrato”. “Reserva” pode indicar aquilo que se guarda, conserva ou destina a determinada finalidade, mas não designa, nos trechos apresentados, uma faixa ou camada socioeconômica. As substituições “reserva de renda” ou “reserva dos 10% com maior renda” produziriam alteração evidente do sentido.

Referência Bibliográfica:
DICIONÁRIO DE SINÔNIMOS. Disponível em: https://www.sinonimos.com.br.
Conteúdo Programático:
Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.
Comentários Gerais:
A expressão “desconsiderando possíveis alterações de gênero” indica uma ressalva que não significa que palavras de gênero diferente devam ser excluídas. Significa exatamente o contrário: o candidato deve avaliar a equivalência semântica do vocábulo, desconsiderando os ajustes formais de gênero que naturalmente seriam necessários na substituição. Por isso, ao trocar “estrato” por “faixa”, é natural ajustar: “nesse mesmo estrato” – “nessa mesma faixa”; e “ao estrato” – “à faixa”. Esses ajustes de concordância e contração decorrem da mudança do gênero do substantivo e foram expressamente antecipados pelo comando. Não há exigência de substituição mecânica letra por letra mantendo todos os determinantes inalterados. A alegação de que dicionários registrariam também “camada” e “nível” como sinônimos de “estrato” não gera ambiguidade, porque “camada” e “nível” não figuram entre as alternativas da questão. Uma questão objetiva

não se torna ambígua porque existem outros sinônimos possíveis fora das opções oferecidas; é necessário verificar se há mais de uma alternativa apresentada que satisfaça o comando, o que não ocorre. O Dicionário Online de Sinônimos registra, inclusive, diferentes equivalentes para “estrato”, entre eles “faixa”, “nível”, “grupo”, “classe” e “categoria”, conforme a acepção. No caso concreto, a própria redação do texto reforça a adequação de “faixa” ao empregar a expressão “faixa intermediária da distribuição de renda”. Diante do exposto, os recursos são indeferidos, mantendo-se o gabarito preliminar da Questão 07: alternativa B.

QUESTÃO: 9 – MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:

A alternativa está incorreta.

No fragmento “O Atlas da Mobilidade Social (...) mostra que gênero, raça e origem familiar são os principais condicionantes para a baixa mobilidade social no Brasil”, os vocábulos “Atlas” e “gênero” são substantivos. Apenas “baixa”, no sintagma “baixa mobilidade social”, exerce função adjetiva, caracterizando o substantivo “mobilidade”. Conforme Cegalla, substantivos são palavras que designam os seres, enquanto adjetivos expressam qualidades ou características desses seres. Como a alternativa contém substantivos, não atende ao comando de apresentar apenas adjetivos.

Alternativa B:

A alternativa está incorreta.

Os vocábulos “familiar” e “baixa” são adjetivos nos respectivos contextos: “origem familiar”: “familiar” caracteriza/especifica o substantivo “origem”; “baixa mobilidade social”: “baixa” caracteriza o substantivo “mobilidade”. Entretanto, “raça” é substantivo, pois nomeia uma realidade/conceito e integra a enumeração “gênero, raça e origem familiar”. Não caracteriza outro substantivo nesse contexto. Cegalla define substantivo como palavra que designa os seres e adjetivo como palavra que expressa suas qualidades ou características. Assim, embora dois dos três vocábulos sejam adjetivos, a presença do substantivo “raça” torna a alternativa B incorreta.

Alternativa C:

A alternativa está correta.

Os três vocábulos são adjetivos no contexto apresentado: “Social”, em “Atlas da Mobilidade Social”, caracteriza/especifica o substantivo “Mobilidade”, indicando de que tipo de mobilidade se trata; “Familiar”, em “origem familiar”, caracteriza o substantivo “origem”; “Principais”, em “os principais condicionantes”, caracteriza o substantivo “condicionantes”, atribuindo-lhe a ideia de maior relevância ou importância. Portanto, os três termos atendem à definição de adjetivo como palavra que expressa qualidade ou característica de um ser. A sequência “Social – familiar – principais” é, assim, a única composta exclusivamente por adjetivos, justificando o gabarito C.

Alternativa D:

A alternativa está incorreta.

“Mobilidade”, “origem” e “condicionantes” são substantivos, pois nomeiam conceitos. Apesar de em alguns contextos poder ser classificada como adjetivo (ex. fatores condicionantes), no contexto apresentado, “condicionantes” é um substantivo precedido do artigo “os”, e funciona como o núcleo do predicativo, acompanhado do adjetivo “principais”, que exerce a função de adjunto adnominal. No próprio fragmento, “mobilidade” aparece como núcleo de sintagmas como “Mobilidade Social” e “baixa mobilidade social”, sendo caracterizado pelos adjetivos “social” e “baixa”. Da mesma forma, “origem” é o substantivo caracterizado por “familiar”. Consequentemente, a alternativa D está incorreta.

Referência Bibliográfica:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Conteúdo Programático:

Morfologia: classes de palavras e suas flexões, significados e empregos, estrutura e formação de palavras, e vozes verbais e sua conversão nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 10 – MANTIDA alternativa 'A'.

Alternativa A:

A alternativa está correta.

No período, “A hierarquia de oportunidades X de acordo com o Atlas X mostra-se resiliente ao longo do tempo”, a expressão “de acordo com o Atlas” está inserida entre o sujeito “A hierarquia de oportunidades” e o predicado “mostra-se resiliente ao longo do tempo”, funcionando como expressão adverbial de conformidade intercalada. Cegalla registra o emprego da vírgula para separar adjuntos adverbiais. Também

define o adjunto adverbial como termo que expressa circunstâncias e que pode ser realizado por advérbios, locuções ou expressões adverbiais. Assim, a expressão intercalada deve ser isolada por duas vírgulas: “A hierarquia de oportunidades, de acordo com o Atlas, mostra-se resiliente ao longo do tempo”. Portanto, a sequência correta é vírgula – vírgula, correspondente à alternativa A.

Alternativa B:

A alternativa está incorreta.

O emprego de ponto-final após “oportunidades” encerraria indevidamente a oração antes de seu predicado, produzindo a sequência isolada “A hierarquia de oportunidades” e deixando o restante sem a estrutura sintática adequada. Além disso, o ponto e vírgula após “Atlas” não é apropriado para delimitar uma expressão adverbial intercalada. A construção exige sinais correlatos que isolem a expressão do restante da oração.

Alternativa C:

A alternativa está incorreta.

Não há qualquer estrutura interrogativa no período que justifique ponto de interrogação após “oportunidades”. A oração é declarativa. O ponto-final após “Atlas” também romperia a ligação entre o sujeito “A hierarquia de oportunidades” e o predicado “mostra-se resiliente ao longo do tempo”.

Alternativa D:

A alternativa está incorreta.

O ponto e vírgula após “oportunidades” não é adequado para introduzir a expressão intercalada “de acordo com o Atlas”. Esse sinal é empregado em outros tipos de separação estrutural e não forma, juntamente com a vírgula posterior, um par adequado para isolar o segmento. A expressão deve ser delimitada simetricamente por vírgulas, como ocorre na alternativa A.

Referência Bibliográfica:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Conteúdo Programático:

Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 11 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

A alternativa está incorreta.

A conjunção “porque” poderia, semanticamente, preservar a relação de explicação/causa estabelecida pelos dois-pontos no período original. Contudo, a redação oferecida na alternativa é: “As possibilidades de romper esse ciclo são reduzidas porque, apenas 8,32% conseguem...”. A vírgula imediatamente após “porque” está inadequada, pois separa a conjunção da oração que ela introduz. Para que a construção estivesse correta, deveria ser: “...são reduzidas porque apenas 8,32% conseguem...” Como o comando exige simultaneamente manutenção do sentido e correção da pontuação, a alternativa A não atende integralmente à questão.

Alternativa B:

A alternativa está correta.

No período original, os dois-pontos introduzem dados que explicam e fundamentam a afirmação de que as possibilidades de romper o ciclo são reduzidas. Cegalla registra que os dois-pontos podem introduzir um esclarecimento acerca do que foi dito anteriormente. Na reescrita “As possibilidades de romper esse ciclo são reduzidas, pois apenas 8,32% conseguem alcançar o grupo dos 25% mais ricos e somente 1,28% chegam ao estrato dos 10% com maior renda do país”, a conjunção “pois” preserva a relação explicativa/causal entre as partes e está adequadamente precedida de vírgula. Cegalla inclui “pois” entre as conjunções que podem introduzir oração de valor causal. Portanto, a alternativa B atende aos dois requisitos do comando: manutenção da relação de sentido e correção da pontuação.

Alternativa C:

A alternativa está incorreta.

A conjunção “portanto” possui valor conclusivo, ao passo que o segundo segmento do período original não apresenta uma conclusão: apresenta dados que explicam/justificam a afirmação anterior. Além disso, a alternativa apresenta “...são reduzidas portanto, apenas 8,32%...”, estrutura que também não apresenta

pontuação adequada. Cegalla classifica “portanto” como conjunção coordenativa conclusiva e prevê seu isolamento por vírgulas quando empregada em determinadas posições.

Alternativa D:

A alternativa está incorreta.

“Entretanto” é conectivo de valor adversativo, introduzindo oposição ou contraste. No período original, porém, não existe contraste entre as duas informações. A afirmação de que as possibilidades são reduzidas é confirmada pelos dados de que apenas 8,32% alcançam os 25% mais ricos e somente 1,28% chegam aos 10% com maior renda. Assim, embora a pontuação de “, entretanto,” possa ser adequada nessa posição, a relação semântica introduzida pelo conectivo é incompatível com a do período original.

Referência Bibliográfica:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Conteúdo Programático:

Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.

QUESTÃO: 12 – MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A:

A alternativa está incorreta.

No fragmento “o gênero também altera significativamente as possibilidades de mobilidade social”, o sujeito encontra-se expressamente indicado: “o gênero”. Portanto, não se trata de sujeito oculto. Cegalla define sujeito oculto, ou elíptico, como aquele que não está expresso, embora possa ser identificado pelo contexto. Como “o gênero” aparece explicitamente na oração e constitui seu sujeito, a alternativa A está incorreta.

Alternativa B:

A alternativa está incorreta.

O predicado “também altera significativamente as possibilidades de mobilidade social” é verbal, pois seu núcleo é o verbo significativo “altera”. O predicado nominal caracteriza-se por apresentar como núcleo significativo um nome, ligado ao sujeito por verbo de ligação. Essa estrutura não ocorre no fragmento analisado. Logo, a alternativa B está incorreta.

Alternativa C:

A alternativa está incorreta.

No contexto apresentado, o verbo “altera” é transitivo direto: “o gênero altera o quê?” – “as possibilidades de mobilidade social”. O complemento está ligado ao verbo sem preposição obrigatória, exercendo função de objeto direto. Cegalla caracteriza os verbos transitivos diretos como aqueles que exigem objeto direto, isto é, complemento sem preposição. Não há objeto indireto na construção. Portanto, não se pode classificar “altera” como verbo transitivo direto e indireto, como propõe a alternativa C.

Alternativa D:

A alternativa está correta.

A oração apresenta elementos de valor adverbial. Em especial, “significativamente” modifica o sentido do verbo “altera”, indicando a maneira/intensidade com que ocorre a alteração; e “também” acrescenta valor adverbial ao enunciado. Cegalla define advérbio como palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo ou de outro advérbio. O autor define ainda o adjunto adverbial como termo que exprime uma circunstância e modifica o sentido de verbo, adjetivo ou advérbio. Assim, é correta a afirmação de que a oração apresenta adjunto adverbial, tornando a alternativa D a resposta adequada.

Referência Bibliográfica:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Conteúdo Programático:

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 13 – MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:

A alternativa está incorreta.

O sujeito da oração é “a proporção”, cujo núcleo é o substantivo “proporção”. Por possuir apenas um núcleo, trata-se de sujeito simples. Entretanto, o predicado não é nominal. Em “chega a 65,1%”, o núcleo do predicado é o verbo significativo “chega”, razão pela qual se trata de predicado verbal. Portanto, a classificação “sujeito simples e predicado nominal” não corresponde à estrutura da oração.

Alternativa B:

A alternativa está incorreta.

O sujeito não é indeterminado, pois está expressamente identificado na oração: “a proporção”. Cegalla define o sujeito indeterminado como aquele em que não se indica o agente da ação verbal. No período analisado, o termo sobre o qual se declara algo está claramente expresso. Embora a classificação do predicado como verbal esteja correta, o erro na identificação do sujeito torna a alternativa B incorreta.

Alternativa C:

A alternativa está correta.

Na oração “Entre as mulheres, a proporção chega a 65,1%”, a expressão “Entre as mulheres” indica o âmbito ou recorte em que se verifica o dado apresentado, constituindo termo de valor adverbial deslocado. Ela não exerce função de sujeito. O sujeito é “a proporção”, formado por um único núcleo – “proporção” – e, portanto, classificado como sujeito simples. Cegalla caracteriza o sujeito simples como aquele que apresenta apenas um núcleo. O segmento “chega a 65,1%” constitui predicado verbal, pois seu núcleo é o verbo significativo “chega”. A classificação do predicado como verbal independe de o verbo ser analisado, quanto à transitividade, como intransitivo acompanhado de termo circunstancial ou de outra particularidade de regência. Assim, a sequência correta é sujeito simples e predicado verbal, correspondente à alternativa C.

Alternativa D:

A alternativa está incorreta.

Há dois erros na classificação apresentada. Primeiramente, o sujeito não é indeterminado, pois “a proporção” está expressamente presente na oração. Além disso, o predicado não é nominal, uma vez que não há verbo de ligação seguido de predicativo do sujeito. O núcleo da declaração é o verbo significativo “chega”, configurando predicado verbal. Portanto, a alternativa D está incorreta.

Referência Bibliográfica:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Conteúdo Programático:

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 14 – MANTIDA alternativa 'A'.

Alternativa A:

A alternativa está correta.

No trecho “As possibilidades de romper esse ciclo são reduzidas”, o verbo “são” estabelece ligação entre o sujeito “As possibilidades de romper esse ciclo” e a característica a ele atribuída, “reduzidas”. Nesse contexto, “reduzidas” equivale semanticamente a limitadas, pequenas ou escassas. O próprio período seguinte esclarece esse valor: “apenas 8,32% conseguem alcançar o grupo dos 25% mais ricos e somente 1,28% chegam ao estrato dos 10% com maior renda do país”. Ou seja, os dados não descrevem uma ação pela qual alguém ou algo esteja “reduzindo” as possibilidades; demonstram que as possibilidades existentes são poucas/limitadas. A estrutura é, portanto:

Sujeito: “As possibilidades de romper esse ciclo”

Verbo de ligação: “são”

Predicativo do sujeito: “reduzidas”

Cegalla caracteriza o predicado nominal como aquele cujo núcleo significativo é um nome ligado ao sujeito por verbo de ligação e define o predicativo do sujeito como termo que exprime atributo, estado ou modo de ser do sujeito. Assim, “são” exerce função de verbo de ligação, conforme a alternativa A.

Alternativa B:

A alternativa está incorreta.

“Predicativo do sujeito” é a função exercida por “reduzidas”, e não pela forma verbal “são”. Cegalla define o predicativo do sujeito como o termo que exprime atributo, estado ou modo de ser do sujeito e que se liga a ele por meio de verbo de ligação. Logo:

“são” = verbo de ligação;
“reduzidas” = predicativo do sujeito.
A alternativa B, portanto, não corresponde à função da palavra destacada pela questão.
Alternativa C:
A alternativa está incorreta.
“Adjunto adnominal” é uma função sintática exercida por termos que acompanham e determinam ou caracterizam um nome dentro de um sintagma nominal. A palavra “são”, por sua natureza verbal, não exerce essa função no período analisado. Portanto, a alternativa C é incompatível com a própria categoria morfológica do vocábulo solicitado.
Alternativa D:
A alternativa está incorreta.
A forma verbal “são” corresponde ao verbo “ser”, que, no trecho em questão, não apresenta objeto direto nem exige complemento verbal. Dessa forma, não pode ser classificado como verbo transitivo direto. Cegalla define os verbos transitivos diretos como aqueles que exigem objeto direto, isto é, complemento sem preposição. Essa estrutura não ocorre em “As possibilidades de romper esse ciclo são reduzidas”.

Referência Bibliográfica:
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
Conteúdo Programático:
Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.
Comentários Gerais:
Não procede o argumento de que “são reduzidas” poderia ser analisado como voz passiva analítica, considerando uma construção hipotética equivalente a “as possibilidades são reduzidas por determinados fatores”. É importante reconhecer que, em outro contexto, a sequência formal “ser + particípio” pode efetivamente constituir voz passiva. Exemplos como “Os custos são reduzidos pela empresa” admitem claramente a correspondente ativa “A empresa reduz os custos”. Isso, contudo, não significa que toda ocorrência de “ser + forma participial” deva ser analisada como voz passiva. A classificação depende do valor semântico assumido no contexto. No trecho efetivamente utilizado na prova, o texto afirma: “As possibilidades de romper esse ciclo são reduzidas: apenas 8,32% conseguem alcançar o grupo dos 25% mais ricos...”. Os dados posteriores aos dois-pontos explicam que as possibilidades são poucas ou limitadas, e não que estejam sofrendo uma ação de redução praticada por determinado agente. Trata-se, portanto, de uma atribuição de estado/característica ao sujeito. Uma paráfrase que preserva diretamente o sentido seria: “As possibilidades de romper esse ciclo são limitadas”. A interpretação passiva proposta no recurso exigiria a introdução de um sentido processual não expresso no contexto – algo ou alguém reduz as possibilidades –, enquanto a leitura copulativa decorre diretamente da informação efetivamente apresentada. A ausência de agente da passiva, isoladamente, não seria suficiente para afastar uma análise passiva, pois o agente pode ser omitido. O elemento decisivo é a leitura semântico-sintática contextual: “reduzidas” funciona como atributo do sujeito e “são”, como verbo de ligação. Assim, embora seja possível construir outros períodos em que “são reduzidas” integre voz passiva analítica, essa possibilidade geral não gera dupla resposta para o trecho específico da questão. Diante do exposto, o recurso é indeferido, mantendo-se o gabarito preliminar da Questão 14: alternativa A (verbo de ligação).

MATÉRIA: CONHECIMENTOS GERAIS

CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA), TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 11 – MANTIDA alternativa 'D'.
Rolante – alternativa correta. Rolante não faz divisa territorial direta com Novo Hamburgo. De acordo com o próprio mapa disponibilizado pela Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, Rolante é, dentre os

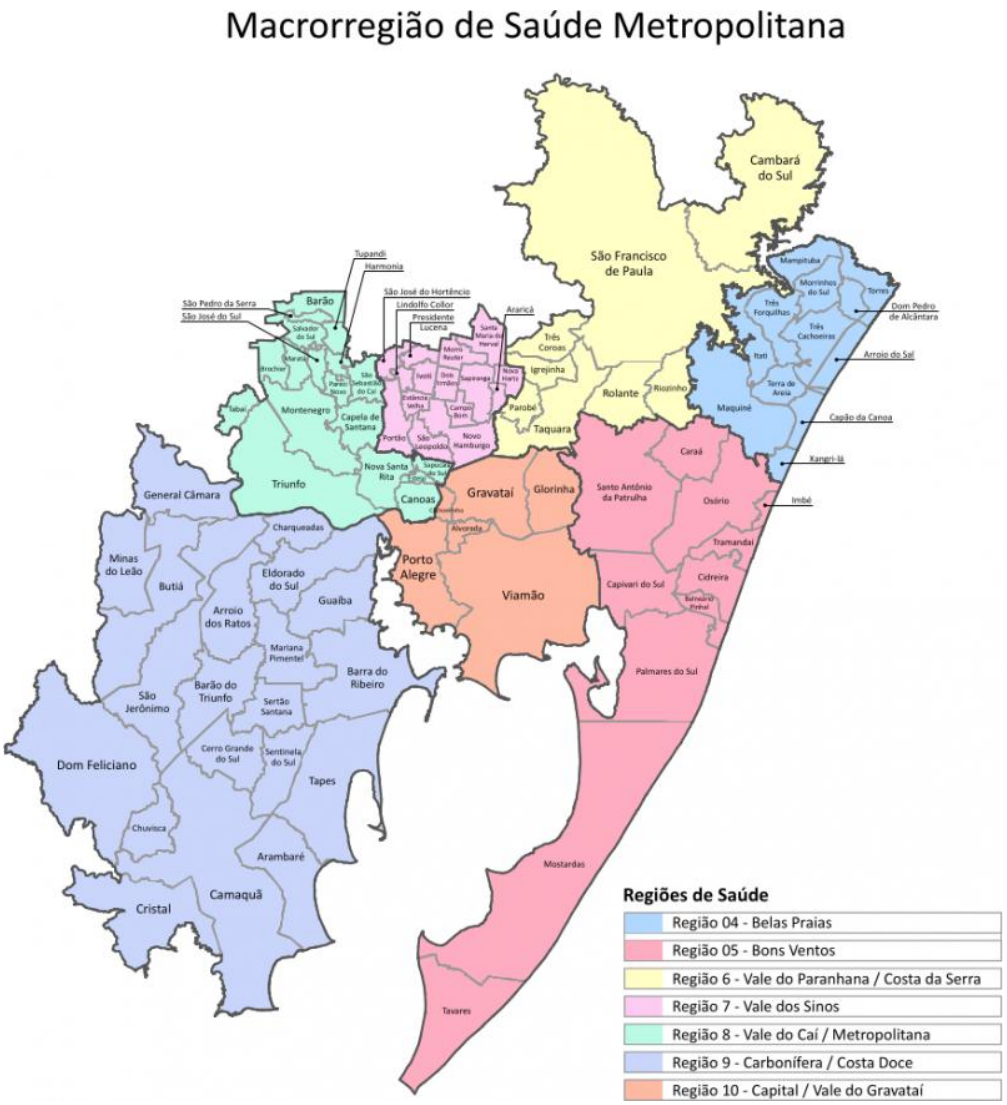
municípios apresentados nas alternativas, o único que não faz divisa territorial direta com o município de Novo Hamburgo. Dessa forma, a alternativa D) Rolante constitui a resposta correta ao questionamento proposto, não havendo duplicidade de respostas ou margem para dúvida quanto à interpretação do item, uma vez que a análise da representação cartográfica permite identificar claramente os municípios que possuem limite territorial com Novo Hamburgo. O próprio IBGE explica que “municípios limítrofes” são aqueles que possuem fronteira geográfica direta, isto é, são municípios vizinhos, contíguos ou confinantes. Além disso, há documentação cartográfica que identifica os limites de Novo Hamburgo com Gravataí, Sapiranga e Taquara.

Referência Bibliográfica:
https://saude.rs.gov.br/midia/imagem/macro-metropolitana
Conteúdo Programático:
Regionalização do IBGE.

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 16 – MANTIDA alternativa 'D'.
Rolante – alternativa correta. Rolante não faz divisa territorial direta com Novo Hamburgo. De acordo com o próprio mapa disponibilizado pela Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, Rolante é, dentre os municípios apresentados nas alternativas, o único que não faz divisa territorial direta com o município de Novo Hamburgo. Dessa forma, a alternativa D) Rolante constitui a resposta correta ao questionamento proposto, não havendo duplicidade de respostas ou margem para dúvida quanto à interpretação do item, uma vez que a análise da representação cartográfica permite identificar claramente os municípios que possuem limite territorial com Novo Hamburgo. O próprio IBGE explica que “municípios limítrofes” são aqueles que possuem fronteira geográfica direta, isto é, são municípios vizinhos, contíguos ou confinantes. Além disso, há documentação cartográfica que identifica os limites de Novo Hamburgo com Gravataí, Sapiranga e Taquara.

Referência Bibliográfica:
https://saude.rs.gov.br/midia/imagem/macro-metropolitana
Conteúdo Programático:
Regionalização do IBGE.



CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA), TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 12 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

Incorreta, pois Novo Hamburgo não é apresentado na fonte utilizada como referência para a questão como integrante do Vale do Taquari.

Alternativa B:

Correta, diretamente respaldada pela informação apresentada no portal de Turismo de Novo Hamburgo, como também no site oficinal do Vale Germânico, que informa que Novo Hamburgo “integra a região turística do Vale Germânico e faz parte da famosa Rota Romântica. Localizado a 40km da capital do estado e com fácil acesso por rodovias, o município tem ainda ligação direta com o Aeroporto por sistema metroviário”.

Alternativa C:

Incorreta, pois, embora o Vale do Caí seja uma denominação territorial existente no Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo não é indicado como integrante dessa região.

Alternativa D:

Incorreta, pois, embora exista a denominação turística e territorial Vale do Paranhana no Estado, Novo Hamburgo não é identificado como integrante dessa região.

Referência Bibliográfica:
https://turismo.novohamburgo.rs.gov.br/
https://valegermanicors.com.br/o-vale/

Conteúdo Programático:
Turismo.

Comentários Gerais:
O contexto da questão é claramente relacionado ao turismo, especialmente porque a expressão “Vale Germânico” aparece associada, na própria referência utilizada, à “Rota Romântica”, que é uma rota turística oficialmente reconhecida. O “Vale Germânico” constitui denominação oficial de uma região turística do Estado do Rio Grande do Sul, da qual Novo Hamburgo faz parte. Dessa forma, embora Novo Hamburgo esteja inserido, sob o ponto de vista da geografia física, no Vale do Rio dos Sinos, a questão não questiona a localização geográfica ou hidrográfica do município, mas a região turística que ele integra. Além disso, as expressões constantes nas alternativas também são utilizadas em denominações territoriais e turísticas oficiais, de modo que a utilização do termo “Vale” não permite concluir, por si só, que a questão esteja tratando exclusivamente de vales geográficos. Não se verifica, assim, ausência de alternativa correta, erro material ou elemento que impossibilite a identificação da resposta pretendida. A informação necessária à resolução da questão encontra-se expressamente disponível na fonte indicada, sendo possível concluir objetivamente pela alternativa B. Dessa forma, os argumentos apresentados nos recursos não demonstram erro capaz de comprometer a validade da questão ou de justificar sua anulação. Mantém-se o gabarito.

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 17 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:
Incorreta, pois Novo Hamburgo não é apresentado na fonte utilizada como referência para a questão como integrante do Vale do Taquari.

Alternativa B:
Correta, diretamente respaldada pela informação apresentada no portal de Turismo de Novo Hamburgo, como também no site oficinal do Vale Germânico, que informa que Novo Hamburgo “integra a região turística do Vale Germânico e faz parte da famosa Rota Romântica. Localizado a 40km da capital do estado e com fácil acesso por rodovias, o município tem ainda ligação direta com o Aeroporto por sistema metroviário”.

Alternativa C:
Incorreta, pois, embora o Vale do Caí seja uma denominação territorial existente no Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo não é indicado como integrante dessa região.

Alternativa D:
Incorreta, pois, embora exista a denominação turística e territorial Vale do Paranhana no Estado, Novo Hamburgo não é identificado como integrante dessa região.

Referência Bibliográfica:
https://turismo.novohamburgo.rs.gov.br/
https://valegermanicors.com.br/o-vale/

Conteúdo Programático:
Turismo.

Comentários Gerais:
O contexto da questão é claramente relacionado ao turismo, especialmente porque a expressão “Vale Germânico” aparece associada, na própria referência utilizada, à “Rota Romântica”, que é uma rota turística oficialmente reconhecida. O “Vale Germânico” constitui denominação oficial de uma região turística do Estado do Rio Grande do Sul, da qual Novo Hamburgo faz parte. Dessa forma, embora Novo Hamburgo esteja inserido, sob o ponto de vista da geografia física, no Vale do Rio dos Sinos, a questão não questiona a localização geográfica ou hidrográfica do município, mas a região turística que ele integra. Além disso, as expressões constantes nas alternativas também são utilizadas em denominações territoriais e turísticas oficiais, de modo que a utilização do termo “Vale” não permite concluir, por si só, que a questão esteja tratando exclusivamente de vales geográficos. Não se verifica, assim, ausência de alternativa correta, erro material ou elemento que impossibilite a identificação da resposta pretendida. A informação necessária à resolução da questão encontra-se expressamente disponível na fonte indicada, sendo possível concluir objetivamente pela

alternativa B. Dessa forma, os argumentos apresentados nos recursos não demonstram erro capaz de comprometer a validade da questão ou de justificar sua anulação. Mantém-se o gabarito.

CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA), TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 15 – MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A:

Museu Nacional do Calçado – INCORRETA

O Museu Nacional do Calçado não corresponde à descrição apresentada. Embora seja uma instituição cultural de Novo Hamburgo, seu acervo está relacionado à história e à indústria do calçado, reunindo objetos, documentos, máquinas e materiais vinculados ao setor calçadista. O enunciado, entretanto, descreve um casarão histórico de 1890, em estilo neoclássico, localizado em Hamburgo Velho, que abriga mais de 400 obras de um único artista. Essas características não correspondem ao Museu Nacional do Calçado.

Alternativa B:

Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser – INCORRETA

Embora a Casa Schmitt-Presser seja, de fato, um patrimônio histórico de Novo Hamburgo e tenha proteção do IPHAN, as características arquitetônicas e museológicas apresentadas no enunciado não correspondem a esse imóvel. A Casa Schmitt-Presser é uma construção histórica de arquitetura enxaimel, associada ao período inicial da colonização alemã na região, e não o casarão neoclássico construído em 1890 mencionado na questão. Além disso, o enunciado informa que o imóvel abriga mais de 400 obras de um único artista, característica que identifica especificamente a Fundação Ernesto Frederico Scheffel. Portanto, o fato de a Casa Schmitt-Presser também ser patrimônio tombado não a torna resposta possível, pois o comando exige a identificação da instituição a partir de um conjunto muito mais amplo de características.

Alternativa C:

Casa das Artes de Novo Hamburgo – INCORRETA

A Casa das Artes de Novo Hamburgo também não corresponde à descrição apresentada. Trata-se de um espaço destinado à produção, promoção e realização de atividades culturais, como exposições, apresentações e outros eventos, mas não corresponde ao casarão histórico descrito no enunciado nem possui como característica principal um acervo de mais de 400 obras de um único artista. Assim, a alternativa C não reúne os elementos históricos, arquitetônicos e museológicos apresentados na questão.

Alternativa D:

Fundação Ernesto Frederico Scheffel – CORRETA

A alternativa D é a única que corresponde integralmente ao conjunto de informações apresentado no enunciado. A Fundação Ernesto Frederico Scheffel está instalada em um casarão histórico de Hamburgo Velho, construído em 1890, com características neoclássicas. O imóvel teve diferentes utilizações ao longo de sua história e, após restauração realizada pelo Município, passou a abrigar a coleção de obras do artista Ernesto Frederico Scheffel. Seu acervo reúne mais de 400 obras do próprio Scheffel, justamente o elemento que torna a descrição extremamente específica e permite diferenciar a Fundação das demais instituições apresentadas nas alternativas. Portanto, ainda que outras instituições de Novo Hamburgo possuam algum tipo de proteção patrimonial, somente a Fundação Ernesto Frederico Scheffel corresponde ao conjunto de características históricas, arquitetônicas e artísticas descritas na questão.

Referência Bibliográfica:

https://turismo.novohamburgo.rs.gov.br/atrativo/fundacao-ernesto-frederico-scheffel

Conteúdo Programático:

Turismo.

Comentários Gerais:

Os recursos apresentados solicitam a anulação da questão sob o argumento de que haveria duplicidade de respostas, uma vez que tanto o Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser quanto a Fundação Ernesto Frederico Scheffel constituiriam patrimônios tombados pelo IPHAN. Entretanto, o fato de ambas as instituições estarem relacionadas a bens protegidos pelo patrimônio histórico não caracteriza, por si só, duplicidade de resposta, uma vez que o enunciado não questiona simplesmente qual instituição possui bem tombado pelo IPHAN. A questão apresenta um conjunto de características históricas, arquitetônicas, funcionais e museológicas específicas, que permitem identificar de forma objetiva a instituição descrita.

O enunciado menciona expressamente um casarão em estilo neoclássico, construído em 1890, que já funcionou como residência, escola, casa comercial, hospital e espaço para eventos culturais. Informa, ainda, que o prédio foi restaurado pela Prefeitura na década de 1970 e que atualmente abriga mais de 400 obras de

um único artista, constituindo uma das maiores pinacotecas do mundo dedicadas exclusivamente a esse autor. Essas características correspondem à Fundação Ernesto Frederico Scheffel. A própria referência oficial utilizada na elaboração da questão, vinculada ao Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, descreve o imóvel como construído em 1890, em estilo neoclássico, registra suas diferentes funções ao longo do tempo, sua restauração pela municipalidade na década de 1970 e informa que o espaço abriga mais de 400 obras de Ernesto Frederico Scheffel. A mesma fonte identifica o local como situado no Centro Histórico de Hamburgo Velho e informa a proteção do acervo pelo IPHAN. Por outro lado, o Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser, indicado na alternativa B, não corresponde às características descritas no enunciado. Trata-se de imóvel construído aproximadamente em 1830, associado à técnica construtiva enxaimel, tendo sido tombado pelo IPHAN em 1985. O próprio Cadastro Nacional de Museus informa essas características. Portanto, embora a Casa Schmitt-Presser seja efetivamente um patrimônio protegido pelo IPHAN, ela não atende às demais características apresentadas na questão, especialmente quanto ao ano de construção, estilo arquitetônico, funções históricas e, principalmente, ao acervo de mais de 400 obras de um único artista. Da mesma forma, o argumento de que o tombamento da Fundação Scheffel teria ocorrido em data diversa da mencionada no enunciado constitui apenas erro material e não é suficiente para gerar duplicidade ou invalidar a questão, pois a identificação da instituição decorre do conjunto de informações apresentado, e não exclusivamente da data indicada. Importante destacar que documentação do próprio IPHAN registra o Acervo da Fundação Ernesto Frederico Scheffel como objeto de tombamento provisório, bem como o Centro Histórico de Novo Hamburgo incluindo a coleção pertencente à Fundação Scheffel. Além disso, a própria Fundação Scheffel informa que o prédio e seu acervo são tombados pelo IPHAN. Assim, a alegação de existência de duas respostas possíveis não procede, pois o tombamento não constitui o único elemento caracterizador da questão. A descrição do imóvel e de seu acervo é suficientemente específica para conduzir à alternativa D) Fundação Ernesto Frederico Scheffel. Mantém-se o gabarito.

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 20 – MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A:

Museu Nacional do Calçado – INCORRETA

O Museu Nacional do Calçado não corresponde à descrição apresentada. Embora seja uma instituição cultural de Novo Hamburgo, seu acervo está relacionado à história e à indústria do calçado, reunindo objetos, documentos, máquinas e materiais vinculados ao setor calçadista. O enunciado, entretanto, descreve um casarão histórico de 1890, em estilo neoclássico, localizado em Hamburgo Velho, que abriga mais de 400 obras de um único artista. Essas características não correspondem ao Museu Nacional do Calçado.

Alternativa B:

Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser – INCORRETA

Embora a Casa Schmitt-Presser seja, de fato, um patrimônio histórico de Novo Hamburgo e tenha proteção do IPHAN, as características arquitetônicas e museológicas apresentadas no enunciado não correspondem a esse imóvel. A Casa Schmitt-Presser é uma construção histórica de arquitetura enxaimel, associada ao período inicial da colonização alemã na região, e não o casarão neoclássico construído em 1890 mencionado na questão. Além disso, o enunciado informa que o imóvel abriga mais de 400 obras de um único artista, característica que identifica especificamente a Fundação Ernesto Frederico Scheffel. Portanto, o fato de a Casa Schmitt-Presser também ser patrimônio tombado não a torna resposta possível, pois o comando exige a identificação da instituição a partir de um conjunto muito mais amplo de características.

Alternativa C:

Casa das Artes de Novo Hamburgo – INCORRETA

A Casa das Artes de Novo Hamburgo também não corresponde à descrição apresentada. Trata-se de um espaço destinado à produção, promoção e realização de atividades culturais, como exposições, apresentações e outros eventos, mas não corresponde ao casarão histórico descrito no enunciado nem possui como característica principal um acervo de mais de 400 obras de um único artista. Assim, a alternativa C não reúne os elementos históricos, arquitetônicos e museológicos apresentados na questão.

Alternativa D:

Fundação Ernesto Frederico Scheffel – CORRETA

A alternativa D é a única que corresponde integralmente ao conjunto de informações apresentado no enunciado. A Fundação Ernesto Frederico Scheffel está instalada em um casarão histórico de Hamburgo Velho, construído em 1890, com características neoclássicas. O imóvel teve diferentes utilizações ao longo

de sua história e, após restauração realizada pelo Município, passou a abrigar a coleção de obras do artista Ernesto Frederico Scheffel. Seu acervo reúne mais de 400 obras do próprio Scheffel, justamente o elemento que torna a descrição extremamente específica e permite diferenciar a Fundação das demais instituições apresentadas nas alternativas. Portanto, ainda que outras instituições de Novo Hamburgo possuam algum tipo de proteção patrimonial, somente a Fundação Ernesto Frederico Scheffel corresponde ao conjunto de características históricas, arquitetônicas e artísticas descritas na questão.

Referência Bibliográfica:
https://turismo.novohamburgo.rs.gov.br/atrativo/fundacao-ernesto-frederico-scheffel
Conteúdo Programático:
Turismio.
Comentários Gerais:
Os recursos apresentados solicitam a anulação da questão sob o argumento de que haveria duplicidade de respostas, uma vez que tanto o Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser quanto a Fundação Ernesto Frederico Scheffel constituiriam patrimônios tombados pelo IPHAN. Entretanto, o fato de ambas as instituições estarem relacionadas a bens protegidos pelo patrimônio histórico não caracteriza, por si só, duplicidade de resposta, uma vez que o enunciado não questiona simplesmente qual instituição possui bem tombado pelo IPHAN. A questão apresenta um conjunto de características históricas, arquitetônicas, funcionais e museológicas específicas, que permitem identificar de forma objetiva a instituição descrita.
O enunciado menciona expressamente um casarão em estilo neoclássico, construído em 1890, que já funcionou como residência, escola, casa comercial, hospital e espaço para eventos culturais. Informa, ainda, que o prédio foi restaurado pela Prefeitura na década de 1970 e que atualmente abriga mais de 400 obras de um único artista, constituindo uma das maiores pinacotecas do mundo dedicadas exclusivamente a esse autor. Essas características correspondem à Fundação Ernesto Frederico Scheffel. A própria referência oficial utilizada na elaboração da questão, vinculada ao Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, descreve o imóvel como construído em 1890, em estilo neoclássico, registra suas diferentes funções ao longo do tempo, sua restauração pela municipalidade na década de 1970 e informa que o espaço abriga mais de 400 obras de Ernesto Frederico Scheffel. A mesma fonte identifica o local como situado no Centro Histórico de Hamburgo Velho e informa a proteção do acervo pelo IPHAN. Por outro lado, o Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser, indicado na alternativa B, não corresponde às características descritas no enunciado. Trata-se de imóvel construído aproximadamente em 1830, associado à técnica construtiva enxaimel, tendo sido tombado pelo IPHAN em 1985. O próprio Cadastro Nacional de Museus informa essas características. Portanto, embora a Casa Schmitt-Presser seja efetivamente um patrimônio protegido pelo IPHAN, ela não atende às demais características apresentadas na questão, especialmente quanto ao ano de construção, estilo arquitetônico, funções históricas e, principalmente, ao acervo de mais de 400 obras de um único artista. Da mesma forma, o argumento de que o tombamento da Fundação Scheffel teria ocorrido em data diversa da mencionada no enunciado constitui apenas erro material e não é suficiente para gerar duplicidade ou invalidar a questão, pois a identificação da instituição decorre do conjunto de informações apresentado, e não exclusivamente da data indicada. Importante destacar que documentação do próprio IPHAN registra o Acervo da Fundação Ernesto Frederico Scheffel como objeto de tombamento provisório, bem como o Centro Histórico de Novo Hamburgo incluindo a coleção pertencente à Fundação Scheffel. Além disso, a própria Fundação Scheffel informa que o prédio e seu acervo são tombados pelo IPHAN. Assim, a alegação de existência de duas respostas possíveis não procede, pois o tombamento não constitui o único elemento caracterizador da questão. A descrição do imóvel e de seu acervo é suficientemente específica para conduzir à alternativa D) Fundação Ernesto Frederico Scheffel. Mantém-se o gabarito.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA), TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 19 – MANTIDA alternativa 'B'.
Os recursos não merecem acolhimento.
A questão foi elaborada com fundamento expresso na Lei Estadual nº 13.694/2011, que institui o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa contra quaisquer religiões. O art. 1º, § 5º, do referido diploma estabelece que “o Poder Público adotará as medidas necessárias para o combate à

intolerância para com as religiões", inclusive mediante providências relacionadas à utilização dos meios de comunicação social. A situação hipotética apresentada não afirma que toda e qualquer campanha institucional esteja juridicamente obrigada a abordar, de forma cumulativa, todos os temas contemplados pelo Estatuto. A alternativa B tampouco estabelece essa exigência. Ao afirmar que a conduta "atende parcialmente às previsões da Lei", a alternativa reconhece que a campanha pode contemplar um dos eixos abrangidos pelo Estatuto, no caso, a divulgação de aspectos históricos relacionados à população negra, sem que isso esgote as demais finalidades e medidas previstas no diploma legal, entre elas o combate à intolerância religiosa.
A alegação de que a Administração poderia realizar campanhas com recortes temáticos específicos não conduz à conclusão de que o Estatuto trate exclusivamente da igualdade racial. O fato de determinada campanha possuir objeto específico não elimina a existência de outras obrigações e finalidades previstas na legislação. A própria denominação legal e o art. 1º demonstram que o diploma abrange tanto a promoção da igualdade racial quanto o combate à intolerância religiosa.
Também não procede a alegação de que a alternativa B criaria obrigação de cumulação temática em cada campanha institucional. A alternativa não afirma que toda campanha deva necessariamente conter conteúdo sobre intolerância religiosa, mas apenas reconhece que o Estatuto possui previsão específica de atuação do Poder Público nesse campo. Portanto, a expressão "atende parcialmente" deve ser compreendida em relação ao conjunto das previsões e finalidades do Estatuto, e não como imposição de que cada ato de comunicação pública contemple simultaneamente todos os seus objetos.
Por outro lado, a alternativa D é incorreta porque extrapola o conteúdo da norma ao afirmar que o Estatuto determina que o Poder Público deve abordar a temática da intolerância religiosa "em todas as campanhas veiculadas". O art. 1º, § 5º, não estabelece essa obrigação universal. O que a lei determina é a adoção das medidas necessárias ao combate à intolerância para com as religiões, inclusive com a possibilidade de atuação sobre conteúdos veiculados pelos meios de comunicação social.
Assim, não há fundamento para considerar a alternativa D correta, tampouco para concluir que a inexistência de abordagem da intolerância religiosa em uma campanha temática específica, por si só, torne a alternativa B juridicamente inadequada. A questão não exige que todos os objetivos do Estatuto sejam obrigatoriamente reunidos em uma única campanha, mas verifica o conhecimento de que o diploma legal contempla, além da igualdade racial, o combate à intolerância religiosa.
Quanto aos recursos que apenas indicam a alternativa A ou D como correta, não se identifica elemento que justifique a alteração do gabarito. A alternativa A, ao afirmar que o Estatuto trata "exclusivamente" da igualdade racial, contraria expressamente o art. 1º da Lei nº 13.694/2011, que inclui o combate à intolerância religiosa contra quaisquer religiões em seu objeto. Dessa forma, considerando o conteúdo da legislação indicada no enunciado e a interpretação das alternativas em seus exatos termos, não se verifica ausência de resposta correta, duplicidade de alternativas ou erro material que justifique a anulação.
Recursos indeferidos. Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-13694-2011-rio-grande-do-sul-institui-o-estatuto-estadual-da-igualdade-racial-e-da-outras-providencias
Conteúdo Programático:
Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual do Rio do Grande do Sul nº 13.694/2011).

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 24 – MANTIDA alternativa 'B'.
Os recursos não merecem acolhimento.
A questão foi elaborada com fundamento expresso na Lei Estadual nº 13.694/2011, que institui o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa contra quaisquer religiões. O art. 1º, § 5º, do referido diploma estabelece que "o Poder Público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância para com as religiões", inclusive mediante providências relacionadas à utilização dos meios de comunicação social. A situação hipotética apresentada não afirma que toda e qualquer campanha institucional esteja juridicamente obrigada a abordar, de forma cumulativa, todos os temas contemplados pelo Estatuto. A alternativa B tampouco estabelece essa exigência. Ao afirmar que a conduta "atende parcialmente às previsões da Lei", a alternativa reconhece que a campanha pode contemplar um dos eixos abrangidos pelo

Estatuto, no caso, a divulgação de aspectos históricos relacionados à população negra, sem que isso esgote as demais finalidades e medidas previstas no diploma legal, entre elas o combate à intolerância religiosa.
A alegação de que a Administração poderia realizar campanhas com recortes temáticos específicos não conduz à conclusão de que o Estatuto trate exclusivamente da igualdade racial. O fato de determinada campanha possuir objeto específico não elimina a existência de outras obrigações e finalidades previstas na legislação. A própria denominação legal e o art. 1º demonstram que o diploma abrange tanto a promoção da igualdade racial quanto o combate à intolerância religiosa.
Também não procede a alegação de que a alternativa B criaria obrigação de cumulação temática em cada campanha institucional. A alternativa não afirma que toda campanha deva necessariamente conter conteúdo sobre intolerância religiosa, mas apenas reconhece que o Estatuto possui previsão específica de atuação do Poder Público nesse campo. Portanto, a expressão "atende parcialmente" deve ser compreendida em relação ao conjunto das previsões e finalidades do Estatuto, e não como imposição de que cada ato de comunicação pública contemple simultaneamente todos os seus objetos.
Por outro lado, a alternativa D é incorreta porque extrapola o conteúdo da norma ao afirmar que o Estatuto determina que o Poder Público deve abordar a temática da intolerância religiosa "em todas as campanhas veiculadas". O art. 1º, § 5º, não estabelece essa obrigação universal. O que a lei determina é a adoção das medidas necessárias ao combate à intolerância para com as religiões, inclusive com a possibilidade de atuação sobre conteúdos veiculados pelos meios de comunicação social.
Assim, não há fundamento para considerar a alternativa D correta, tampouco para concluir que a inexistência de abordagem da intolerância religiosa em uma campanha temática específica, por si só, torne a alternativa B juridicamente inadequada. A questão não exige que todos os objetivos do Estatuto sejam obrigatoriamente reunidos em uma única campanha, mas verifica o conhecimento de que o diploma legal contempla, além da igualdade racial, o combate à intolerância religiosa.
Quanto aos recursos que apenas indicam a alternativa A ou D como correta, não se identifica elemento que justifique a alteração do gabarito. A alternativa A, ao afirmar que o Estatuto trata "exclusivamente" da igualdade racial, contraria expressamente o art. 1º da Lei nº 13.694/2011, que inclui o combate à intolerância religiosa contra quaisquer religiões em seu objeto. Dessa forma, considerando o conteúdo da legislação indicada no enunciado e a interpretação das alternativas em seus exatos termos, não se verifica ausência de resposta correta, duplicidade de alternativas ou erro material que justifique a anulação.
Recursos indeferidos. Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-13694-2011-rio-grande-do-sul-institui-o-estatuto-estadual-da-igualdade-racial-e-da-outras-providencias
Conteúdo Programático:
Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual do Rio do Grande do Sul nº 13.694/2011).

CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA), TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 22 – MANTIDA alternativa 'D'.
A situação apresentada no enunciado descreve expressamente a adoção, por empresa privada, de medidas específicas destinadas à redução de desigualdades raciais historicamente verificadas e à ampliação de oportunidades para pessoas negras em cargos de liderança. Tais elementos correspondem diretamente ao conceito de ação afirmativa previsto no art. 1º, parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 12.288/2010, segundo o qual ações afirmativas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.
A utilização da expressão "programa destinado a ampliar a participação" no enunciado não torna a alternativa C correta. Embora um programa possa, em sentido genérico, ser compreendido como uma iniciativa de inclusão, "programa de inclusão" não constitui a definição legal específica da conduta descrita na questão.
Ao contrário, a alternativa D reproduz o enquadramento jurídico expressamente estabelecido pelo Estatuto, inclusive quanto à possibilidade de adoção de ações afirmativas pela iniciativa privada, circunstância destacada no enunciado. Assim, não há duplicidade de respostas ou ambiguidade capaz de comprometer a objetividade da questão. A alternativa C apresenta expressão genérica que não corresponde ao conceito legal solicitado, enquanto a alternativa D encontra respaldo direto e específico na Lei nº 12.288/2010.
Dessa forma, mantém-se o gabarito.

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 27 – MANTIDA alternativa 'D'.

A situação apresentada no enunciado descreve expressamente a adoção, por empresa privada, de medidas específicas destinadas à redução de desigualdades raciais historicamente verificadas e à ampliação de oportunidades para pessoas negras em cargos de liderança.

Tais elementos correspondem diretamente ao conceito de ação afirmativa previsto no art. 1º, parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 12.288/2010, segundo o qual ações afirmativas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades. A utilização da expressão “programa destinado a ampliar a participação” no enunciado não torna a alternativa C correta. Embora um programa possa, em sentido genérico, ser compreendido como uma iniciativa de inclusão, “programa de inclusão” não constitui a definição legal específica da conduta descrita na questão. Ao contrário, a alternativa D reproduz o enquadramento jurídico expressamente estabelecido pelo Estatuto, inclusive quanto à possibilidade de adoção de ações afirmativas pela iniciativa privada, circunstância destacada no enunciado.

Assim, não há duplicidade de respostas ou ambiguidade capaz de comprometer a objetividade da questão. A alternativa C apresenta expressão genérica que não corresponde ao conceito legal solicitado, enquanto a alternativa D encontra respaldo direto e específico na Lei nº 12.288/2010.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

Conteúdo Programático:

Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010).

CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA), TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 25 – ANULADA.

Embora a alternativa A reproduza corretamente o disposto no art. 136, § 1º, II, da Constituição Federal, que prevê a possibilidade de ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, com responsabilidade da União pelos danos e custos decorrentes, verifica-se que a situação concreta apresentada no enunciado envolve circunstância juridicamente distinta. Com efeito, o enunciado afirma expressamente que, diante da calamidade, houve necessidade de utilização temporária de máquinas pertencentes a empresas privadas. A natureza particular dos bens constitui elemento relevante para a definição do regime constitucional aplicável, não sendo possível equipará-los, para fins da questão, aos bens e serviços públicos mencionados no art. 136, § 1º, II, da Constituição Federal. A Constituição Federal disciplina, em dispositivo próprio, a utilização de propriedade particular em situação de iminente perigo público, estabelecendo, no art. 5º, XXV, que a autoridade competente poderá fazer uso de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. Desse modo, embora a alternativa A esteja correta quando considerada isoladamente e em abstrato, ela não corresponde integralmente à situação fática construída no enunciado, que expressamente envolve bens particulares. A circunstância não constitui mero detalhe redacional, pois a natureza pública ou privada do bem determina a incidência de regimes constitucionais distintos. As demais alternativas também não oferecem solução adequada ao caso apresentado. A alternativa B afirma a possibilidade de requisição definitiva de bens particulares sem indenização, o que não encontra amparo constitucional; a alternativa C contraria o prazo constitucionalmente estabelecido para o estado de defesa; e a alternativa D contraria a exigência de submissão do decreto à apreciação do Congresso Nacional. Assim, verifica-se que a questão não apresenta alternativa que estabeleça correspondência adequada entre a situação concreta narrada e o respectivo fundamento constitucional, comprometendo a objetividade e a unicidade da resposta.

Diante disso, decide-se pela anulação da questão.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Conteúdo Programático:
Constituição Federal de 1988: e) Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas (Arts. 136 ao 144).

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 30 – ANULADA.
Embora a alternativa A reproduza corretamente o disposto no art. 136, § 1º, II, da Constituição Federal, que prevê a possibilidade de ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, com responsabilidade da União pelos danos e custos decorrentes, verifica-se que a situação concreta apresentada no enunciado envolve circunstância juridicamente distinta.
Com efeito, o enunciado afirma expressamente que, diante da calamidade, houve necessidade de utilização temporária de máquinas pertencentes a empresas privadas. A natureza particular dos bens constitui elemento relevante para a definição do regime constitucional aplicável, não sendo possível equipará-los, para fins da questão, aos bens e serviços públicos mencionados no art. 136, § 1º, II, da Constituição Federal.
A Constituição Federal disciplina, em dispositivo próprio, a utilização de propriedade particular em situação de iminente perigo público, estabelecendo, no art. 5º, XXV, que a autoridade competente poderá fazer uso de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
Desse modo, embora a alternativa A esteja correta quando considerada isoladamente e em abstrato, ela não corresponde integralmente à situação fática construída no enunciado, que expressamente envolve bens particulares. A circunstância não constitui mero detalhe redacional, pois a natureza pública ou privada do bem determina a incidência de regimes constitucionais distintos.
As demais alternativas também não oferecem solução adequada ao caso apresentado. A alternativa B afirma a possibilidade de requisição definitiva de bens particulares sem indenização, o que não encontra amparo constitucional; a alternativa C contraria o prazo constitucionalmente estabelecido para o estado de defesa; e a alternativa D contraria a exigência de submissão do decreto à apreciação do Congresso Nacional.
Assim, verifica-se que a questão não apresenta alternativa que estabeleça correspondência adequada entre a situação concreta narrada e o respectivo fundamento constitucional, comprometendo a objetividade e a unicidade da resposta.
Diante disso, decide-se pela anulação da questão.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Conteúdo Programático:
Constituição Federal de 1988: e) Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas (Arts. 136 ao 144).

MATÉRIA: MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA), TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 26 – MANTIDA alternativa 'D'.
A questão será mantida, visto que se trata de uma questão de resolução com equação de 1º grau, conforme resolução a seguir:
G = tempo de trabalho de Gabriel
L = tempo de trabalho de Lucas
Como Lucas começou 2 anos antes:
L = G + 2
Como a soma dos tempos de trabalho é 9:
L + G = 9
Substituindo:

(G + 2) + G = 9
2G + 2 = 9
2G = 7
G = 7 / 2
G = 3,5 anos
Convertendo:
0,5 ano = 6 meses
Logo, Gabriel trabalha há 3 anos e 6 meses.
Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6º, 7º, 8º e 9º anos – 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. São Paulo: FTD, 2003.
Conteúdo Programático:
Equações de 1º e 2º graus.

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'D'.
A questão será mantida, visto que se trata de uma questão de resolução com equação de 1º grau, conforme resolução a seguir:

G = tempo de trabalho de Gabriel
L = tempo de trabalho de Lucas
Como Lucas começou 2 anos antes:
L = G + 2
Como a soma dos tempos de trabalho é 9:
L + G = 9
Substituindo:
(G + 2) + G = 9
2G + 2 = 9
2G = 7
G = 7 / 2
G = 3,5 anos
Convertendo:
0,5 ano = 6 meses
Logo, Gabriel trabalha há 3 anos e 6 meses.
Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6º, 7º, 8º e 9º anos – 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. São Paulo: FTD, 2003.
Conteúdo Programático:
Equações de 1º e 2º graus.

CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA), TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 28 – MANTIDA alternativa 'C'.
A questão será mantida. Não há nenhuma inconsistência em relação à linguagem matemática. Segue a resolução:

Expressão:
$5^{-2} + \sqrt{36}$ – raiz cúbica de 1728
Passo 1:
$5^{-2} = 1 / 5^2$
$5^{-2} = 1 / 25$
$5^{-2} = 0,04$
Passo 2:
$\sqrt{36} = 6$
Passo 3:
Raiz cúbica de 1728 = 12 porque $12^3 = 1728$
Passo 4:
Substituindo na expressão: 0,04 + 6 – 12 --- 6,04 – 12 = –5,96

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6º, 7º, 8º e 9º anos – 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. São Paulo: FTD, 2003.
Conteúdo Programático:
Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), propriedades das operações.

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa 'C'.
A questão será mantida. Não há nenhuma inconsistência em relação à linguagem matemática. Segue a resolução:
Expressão:
$5^{-2} + \sqrt{36}$ – raiz cúbica de 1728
Passo 1:
$5^{-2} = 1 / 5^2$
$5^{-2} = 1 / 25$
$5^{-2} = 0,04$
Passo 2:
$\sqrt{36} = 6$
Passo 3:
raiz cúbica de 1728 = 12 porque $12^3 = 1728$
Passo 4:
Substituindo na expressão: 0,04 + 6 - 12 --- 6,04 - 12 = -5,96

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6º, 7º, 8º e 9º anos – 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.

IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. São Paulo: FTD, 2003.

Conteúdo Programático:

Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), propriedades das operações.

CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA), TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 29 – MANTIDA alternativa 'D'.

A questão será mantida. O perímetro é a soma dos lados de um polígono, conforme a seguir:

a + 2 + 2a + b – 1 + b + a + 2 + a(b+2)
a + 2 + 2a + b – 1 + b + a + 2 + ab + 2a
6a + 2b + ab + 3

Referência Bibliográfica:

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6º, 7º, 8º e 9º anos – 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. São Paulo: FTD, 2003.

Conteúdo Programático:

Cálculo de área e perímetro das figuras geométricas básicas (quadriláteros, triângulos e círculos), cálculo de área e perímetro de polígonos. Cálculo algébrico: monômios e polinômios

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, OPERADOR DE MONITORAMENTO, SECRETÁRIO DE ESCOLA, OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'D'.

A questão será mantida. O perímetro é a soma dos lados de um polígono, conforme a seguir:

A + 2 + 2a + b – 1 + b + a + 2 + a(b+2)
a + 2 + 2a + b – 1 + b + a + 2 + ab + 2a
6a + 2b + ab + 3

Referência Bibliográfica:

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6º, 7º, 8º e 9º anos – 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. São Paulo: FTD, 2003.

Conteúdo Programático:

Cálculo de área e perímetro das figuras geométricas básicas (quadriláteros, triângulos e círculos), cálculo de área e perímetro de polígonos. Cálculo algébrico: monômios e polinômios

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'A'.

A questão será mantida, ela traz conceitos matemáticos de operações e divisores.
O número 45 é **divisível por** cinco. O número sete é **divisor de** 49. O número 60 **não é** divisível por 11.

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3. 1 ed. São Paulo: FTD, 2003.
Conteúdo Programático:
Múltiplos e divisores.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'B'.
A questão será mantida, segue a resolução:
50 no total
50 – 7 = intersecção = 43
30 – 7 = 23 apenas no estoque
21 – 7 = 14 – apenas no sistema de comunicação
Logo: 7 + 23 + 14 = 44
50 – 44 = 6 assistentes administrativos não trabalham nem operando sistemas de comunicação e nem na parte de processamento de dados.

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-a 1 ed. São Paulo: FTD, 2003.
Conteúdo Programático:
Diagramas lógicos.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'D'.
A questão será mantida, trata-se de operações lógicas
(F) 8 + 8 = 16 se e somente se 9 + 1 = 8.
V SE SOMENTE SE F = F.
(F) 0 . 1 = 1 e 7 – 3 = 4.
F e V = F.
(V) Se 9 : 3 = 3 , então 8^0 = 1
SE V ENTÃO V = V.

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3. 1 ed. São Paulo: FTD, 2003.
Conteúdo Programático:
Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação) e Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA)

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'C'.

O conteúdo programático prevê “Linhas de Construção”, abrangendo os requisitos de representação das linhas utilizadas em desenho técnico. A questão foi elaborada com base na NBR 16861:2020, e não na NBR 8403 mencionada no recurso. Conforme o item 3.2.1 da NBR 16861:2020, as larguras das linhas estreitas, largas e extralargas devem apresentar a relação 1:2:4, correspondendo à alternativa C. Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
NBR 16861:2020
Desenho técnico – Requisitos para representação de linhas e escrita.
Conteúdo Programático:
Linhas de Construção.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'C'.
O conteúdo programático prevê “Linhas de Construção”, abrangendo os elementos gráficos empregados na representação em desenho técnico. A questão foi elaborada com base na NBR 16861:2020, que define a linha de referência como a linha contínua estreita que se conecta horizontal ou verticalmente à linha de chamada e sobre a qual ou na qual são indicadas as instruções complementares. A indicação nominal da NBR 6492:2021 no programa não restringe os demais conteúdos previstos exclusivamente a essa norma. Dessa forma, o conteúdo cobrado encontra-se abrangido pelo programa e a definição apresentada na alternativa C corresponde à referência utilizada. Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
NBR 16861:2020
Desenho técnico – Requisitos para representação de linhas e escrita.
Conteúdo Programático:
Linhas de Construção.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'C'.
O conteúdo programático prevê “Projeções Ortográficas”, abrangendo a seleção das vistas utilizadas nesse sistema de representação. A NBR 17006:2021 foi utilizada como referência técnica para o conteúdo previsto. Conforme o item 7.1.3, as vistas devem ser selecionadas de modo a limitar seu número ao mínimo necessário para representar completamente o objeto sem ambiguidades, evitar repetições desnecessárias de detalhes e priorizar vistas com contornos visíveis, correspondendo à alternativa C. Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
NBR 17006:2021.
Desenho técnico – Requisitos para representação dos métodos de projeção.
Conteúdo Programático:
Projeções Ortográficas.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'B'.
A NBR 6492:2021 consta no conteúdo programático do edital, que também prevê “Desenho Arquitetônico – Representação de elementos construtivos” e “Ferramentas de auxílio ao desenho, cotagem e aplicação de hachuras”. Conforme o Anexo A da referida norma, a hachura apresentada na questão corresponde à representação gráfica de terra, correspondendo à alternativa B. Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
NBR 6492:2021
Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos – Requisitos.
Conteúdo Programático:
Desenho Arquitetônico – Representação de elementos construtivos.
Ferramentas de auxílio ao desenho, cotagem e aplicação de hachuras.
ABNT 6492/2021 – Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos – Requisitos.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'D'.
A NBR 6492:2021 consta no conteúdo programático do edital, que também prevê “Desenho Arquitetônico – Simbologia”. Conforme a Figura A.25 da referida norma, a sigla N.A. corresponde a “nível acabado”, conforme apresentado na alternativa D. Dessa forma, o conteúdo cobrado encontra-se previsto no programa. Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
NBR 6492:2021.
Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos – Requisitos.
Conteúdo Programático:
Desenho Arquitetônico – Simbologia.
Ferramentas de auxílio ao desenho, cotagem e aplicação de hachuras.
ABNT 6492/2021 – Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos – Requisitos.

CARGO(S): TÉCNICO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'B'.
Decisão: recurso indeferido. Gabarito mantido. A assertiva I está correta. O protocolo IP atua no endereçamento lógico e no encaminhamento de datagramas entre redes, sem garantir entrega, ordem ou ausência de duplicação. Essas características de "melhor esforço" são próprias da camada de rede no modelo TCP/IP. A assertiva II está incorreta. O estabelecimento de conexão no TCP ocorre por meio do three-way handshake, composto por três segmentos: 1.SYN (cliente → servidor), 2. SYN-ACK (servidor → cliente), 3. ACK (cliente → servidor). Embora os segmentos utilizem as flags SYN e ACK, o procedimento completo de estabelecimento de conexão envolve três trocas de mensagens, não duas. Descrevê-lo como "handshake de duas etapas (SYN e ACK)" não corresponde à definição consagrada em RFCs e na literatura de redes. A assertiva III está correta. O UDP é não orientado à conexão, não garante entrega nem ordenação e é adequado a aplicações que priorizam baixa latência e toleram perdas, como streaming de áudio e vídeo, VoIP e DNS. O recurso tenta reinterpretar "duas etapas" como referência às flags SYN e ACK, mas o termo "handshake" descreve o número de trocas de mensagens, não a quantidade de tipos de sinalizadores. Mantém-se, portanto, a sequência V – F – V. Gabarito mantido na alternativa B.

Referência Bibliográfica:
TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
POSTEL, Jon. RFC 793: Transmission Control Protocol. DARPA, 1981.
Conteúdo Programático:
Redes de computadores.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'A'.
Decisão: recursos indeferidos. Gabarito mantido. A banca reexaminou a questão e mantém o entendimento de que a alternativa A é a mais adequada ao enunciado, pelos seguintes motivos. A asserção I descreve a finalidade do certificado digital: vincular uma identidade a uma chave pública, por meio da certificação realizada por uma Autoridade Certificadora (AC). Esse vínculo é o que permite, na prática, associar de forma confiável uma chave pública a um titular identificado, viabilizando a autenticação e o não repúdio em transações eletrônicas. A asserção II descreve o mecanismo de assinatura digital: geração de um resumo criptográfico (hash) da mensagem, cifrado com a chave privada do signatário, permitindo verificar autoria e integridade por meio da chave pública correspondente. Esse mecanismo é exatamente o que confere utilidade prática ao vínculo estabelecido pelo certificado. Sem a possibilidade de assinar digitalmente com a chave privada e verificar com a chave pública certificada, o vínculo entre identidade e chave pública teria aplicação limitada. A relação "PORQUE" proposta no enunciado expressa que a razão pela qual o certificado digital vincula identidade e chave pública está associada à necessidade de possibilitar a verificação de autoria e integridade por meio de assinaturas digitais. Em outras palavras, o certificado existe, em grande medida, para dar significado e confiança ao processo de assinatura digital descrito na asserção II. A assinatura digital é uma das principais aplicações que justificam a existência do certificado como instrumento de vinculação entre identidade e chave pública. Os recursos argumentam que a II trata de um mecanismo distinto e que a vinculação decorre apenas do processo de certificação realizado pela AC. Contudo, a questão não afirma que o processo de assinatura é o único fundamento do certificado, mas que a possibilidade de verificar autoria e integridade por meio de assinatura digital constitui uma justificativa para o vínculo estabelecido. Essa interpretação está alinhada com a função do certificado em uma infraestrutura de chaves públicas (ICP/ICP-Brasil), onde a assinatura digital é uma das razões centrais para a certificação de chaves públicas. Assim, considerando que ambas as asserções são verdadeiras e que a II apresenta uma justificativa adequada para a I no contexto proposto, mantém-se o gabarito preliminar na alternativa A.

Referência Bibliográfica:
INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION; ISO/IEC. ITU-T X.509: Information technology – Open Systems Interconnection – The Directory: Public-key and attribute certificate frameworks. Geneva, 2019.
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Visão geral sobre assinaturas digitais na ICP-Brasil (DOC-ICP-15). Brasília, 2021.
Conteúdo Programático:
Certificado digital.

CARGO(S): TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'D'.
O modelo de referência OSI/ISO divide a comunicação de redes em 7 camadas conceituais, organizando a função de cada protocolo no processo de transmissão de dados. O FTP (File Transfer Protocol) opera na camada de aplicação (camada 7), sendo um protocolo responsável pela transferência de arquivos entre sistemas, atuando como a interface direta para os programas e usuários que interagem com a rede. O TCP (Transmission Control Protocol) opera na camada de transporte (camada 4), sendo um protocolo encarregado do controle da comunicação ponto a ponto, garantindo a entrega orientada à conexão, a ordenação dos pacotes, o controle de fluxo e a correção de erros na transmissão dos dados. O IPv6 (Internet Protocol version 6) opera na camada de rede (camada 3), sendo um protocolo responsável pelo endereçamento lógico, pelo roteamento dos pacotes através da infraestrutura de rede e por determinar o melhor caminho para que a informação chegue da origem ao destino. Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David. Redes de Computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2012
Conteúdo Programático:
Redes de Computadores: modelo OSI/ISO.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
O CSS3 é utilizado para estilização visual e layout. As requisições assíncronas no navegador continuam sendo de responsabilidade do JavaScript e de suas bibliotecas/frameworks.
Alternativa B:
Correta. O HTML5 atua no esqueleto do site, fornecendo tags semânticas para estruturar e dar significado ao conteúdo. O CSS3 atua na camada de apresentação, definindo estilos, cores, tipografia, responsividade e layout.
Alternativa C:
O HTML5 é uma linguagem de marcação (interpretada pelo navegador no lado do cliente/front-end), e não uma linguagem de programação compilada para o servidor (back-end).
Alternativa D:
A alternativa inverte os papéis, pois o HTML5 cuida da estrutura e semântica, enquanto o CSS3 aplica as regras de estilo e design.
Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
W3C. HTML. Disponível em https://html.spec.whatwg.org. Acessado em agosto de 2026
W3C. What is CSS. Disponível em https://www.w3.org/Style/CSS/Overview.en.html. Acessado em agosto de 2026.
Conteúdo Programático:
Conceitos básicos sobre as linguagens de programação e ambientes de desenvolvimento: Java, JavaScript, HTML x HTML 5 x XHTML, XML, CSS X CSS3, ASP x PHP.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): ADVOGADO DO CREAS/SUAS, ANALISTA DE SUPORTE, ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, ARQUITETO, ARQUITETO HOSPITALAR, ARQUIVISTA, ASSISTENTE SOCIAL AS, AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, BIBLIOTECÁRIO I, BIÓLOGO, CIRURGIÃO DENTISTA – ESPECIALISTA BUCO-MAXILO-FACIAL, CONTADOR, EDUCADOR SOCIAL, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE TRÁFEGO, ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO QUÍMICO, MÉDICO CARDIOLOGISTA, MÉDICO CLINICO GERAL, MÉDICO DERMATOLOGISTA, MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA, MÉDICO GINECOLOGISTA, MÉDICO INFECTOLOGISTA, MÉDICO NEUROPEDIATRA, MÉDICO OFTALMOLOGISTA, MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA, MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO PNEUMOLOGISTA, MÉDICO PSIQUIATRA, MÉDICO VETERINÁRIO, ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, PSICÓLOGO PS, TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

QUESTÃO: 1 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

A alternativa está incorreta. Em “ajudariam a desvendar”, o vocábulo subsequente é um verbo no infinitivo, e não ocorre crase diante de verbos. Cegalla (2008, p. 281) registra expressamente que não se emprega crase diante de verbos. Assim, a sequência apresentada na alternativa A não está integralmente correta.

Alternativa B:

A alternativa está correta.

Na primeira lacuna, em “nomes de empresas escritos à mão”, o emprego do acento grave é admitido pela norma-padrão em expressão de valor adverbial formada por substantivo feminino. Cegalla (2008, p. 282) registra que, geralmente, se acentua o “a” ou “as” nas locuções formadas por substantivos femininos. Ainda que determinadas abordagens gramaticais admitam também o emprego sem acento em certas expressões instrumentais, essa possibilidade não torna incorreta a forma “à mão”, constante da alternativa.

Na segunda lacuna, em “disse Santos à reportagem da Agência Pública”, o verbo “dizer”, no contexto, apresenta um conteúdo declarado e um destinatário: diz-se algo a alguém. A expressão “reportagem da Agência Pública” designa, no contexto jornalístico, os profissionais responsáveis pela reportagem e funciona como destinatário da declaração. Ocorre, portanto, a combinação da preposição a com o artigo definido feminino a, resultando em “à reportagem”.

Na terceira lacuna, em “ajudariam a desvendar”, emprega-se apenas a preposição a, pois “desvendar” é verbo no infinitivo, diante do qual não ocorre crase.

Logo, a sequência correta entre as alternativas oferecidas é “à – à – a”, correspondente à alternativa B.

Alternativa C:

A alternativa está incorreta. Na segunda lacuna, a construção adequada é “disse Santos à reportagem da Agência Pública”, pois há preposição a associada ao artigo feminino a que antecede “reportagem”. Além disso, a terceira lacuna está igualmente incorreta, pois não se emprega acento indicativo de crase antes do verbo no infinitivo “desvendar”. Portanto, deve-se escrever “a desvendar”, e não “à desvendar”.

Alternativa D:

A alternativa está incorreta porque apresenta “a” na segunda lacuna. No trecho “disse Santos à reportagem da Agência Pública”, o termo introduzido pela lacuna representa o destinatário da declaração, sendo exigida a preposição a; “reportagem”, por sua vez, admite o artigo definido feminino a. A junção desses dois elementos resulta em “à reportagem”. Assim, ainda que se considere, conforme determinada abordagem gramatical, a possibilidade de grafia “a mão” na primeira lacuna, a alternativa D permanece incorreta em razão da segunda lacuna.

Referência Bibliográfica:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Conteúdo Programático:
Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

Comentários Gerais:
Reconhece-se que há tratamento gramatical que admite variação em determinadas expressões adverbiais de instrumento. Entretanto, essa circunstância não invalida o gabarito, pois a forma “à mão” é gramaticalmente admitida e a alternativa B apresenta uma sequência integralmente correta. A eventual admissibilidade de outra realização para a primeira lacuna não produz uma segunda alternativa correta entre as opções oferecidas.
Quanto à expressão “à reportagem da Agência Pública”, não há impropriedade que impeça a resolução da questão. No contexto jornalístico, “reportagem” pode representar metonimicamente os profissionais responsáveis pela matéria, funcionando como destinatário da declaração de Santos. A construção “dizer algo à reportagem” é, portanto, sintática e semanticamente compatível com o contexto.
Não se verifica, ainda, vício de formatação capaz de comprometer a identificação das alternativas, que aparecem de forma clara e distinta no caderno publicado.
Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar: alternativa B.

QUESTÃO: 2 – MANTIDA alternativa 'C'.
Mantém-se o gabarito preliminar da Questão 02: alternativa C – Apenas I, II e III. A questão solicita a análise de quatro assertivas relativas ao primeiro parágrafo do texto.
A assertiva I está correta, pois o primeiro parágrafo é predominantemente narrativo. O segmento apresenta uma situação situada no tempo e no espaço e desenvolvida a partir das ações de João Santos: a luz da tarde entrava pelas janelas quando ele “caminhou até um cofre de metal” e, em seguida, “girou a fechadura”. A cena progride a partir dessas ações e culmina na apresentação do conteúdo do cofre e na declaração do entrevistado.
A presença de elementos descritivos não descaracteriza essa predominância. A descrição da “sala estreita”, das “pilhas de documentos”, das varetas e dos papéis associados aos lotes integra a construção da cena narrada. Um mesmo segmento textual pode apresentar diferentes sequências tipológicas, sendo sua classificação determinada pela organização predominante, e não pela exclusividade de um único tipo textual.
Por essa mesma razão, a assertiva II também está correta. Embora predomine a narração, o parágrafo efetivamente contém elementos descritivos, empregados para caracterizar o espaço e os objetos, além de uma fala reproduzida em discurso direto, marcada pelas aspas em “Esse material vale milhões de reais; por isso, fica tão escondido”. Assim, as assertivas I e II não são contraditórias: a primeira identifica a tipologia predominante; a segunda reconhece a coexistência de outras sequências no mesmo parágrafo.
A assertiva III está correta. A expressão “com a naturalidade de quem repete aquele gesto há anos” estabelece uma comparação que produz efeito de sentido de familiaridade e habitualidade em relação ao gesto de abrir o cofre. A assertiva não afirma que o texto comprove factual ou documentalmente quantas vezes João Santos abriu o cofre; emprega o verbo “sugere”, indicando justamente uma inferência decorrente da maneira como o gesto é descrito. A natureza comparativa da expressão, portanto, não invalida a assertiva; é precisamente essa comparação que sugere que o gesto lhe é habitual.
Também não procede o argumento de que as informações posteriores sobre a restrição de visitas ao depósito impediriam essa interpretação. O texto informa que o depósito permanece fechado a visitas externas e que o local de trabalho de Santos não será identificado por razões de segurança, mas não afirma que o próprio analista do Ibama não tenha acesso regular ao espaço.
A assertiva IV está incorreta. No encerramento do parágrafo, em “disse Santos à reportagem da Agência Pública”, o termo “Santos” exerce a função sintática de sujeito da forma verbal “disse”. Não há chamamento ou interpelação do entrevistado, condição necessária para a ocorrência de vocativo. O fato de Santos ser o entrevistado no plano discursivo não modifica sua função sintática na oração.
Dessa análise resulta a seguinte classificação: I – correta; II – correta; III – correta; IV – incorreta.
Diante do exposto, os recursos são indeferidos, mantendo-se o gabarito preliminar da Questão 02: alternativa C – Apenas I, II e III.

Referência Bibliográfica:
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

Conteúdo Programático:

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos, subentendidos e efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias, e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.

QUESTÃO: 3 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

A alternativa está incorreta. O início do primeiro parágrafo não busca demonstrar que o Ibama armazena apenas objetos relacionados a crimes violentos. Ao contrário, o texto afirma que, dentro do cofre, "não havia dinheiro, armas ou joias – apenas dezenas de varetas de pau-brasil", utilizando esses elementos como contraste para destacar o valor inesperado do material apreendido. Assim, a menção a dinheiro, armas e joias não permite concluir que o armazenamento realizado pelo Ibama esteja restrito a objetos ligados a crimes violentos.

Alternativa B:

A alternativa está correta.

No início do parágrafo, o material é apresentado como estando guardado em "um cofre de metal", cuja fechadura João Santos gira para abri-lo. Esses elementos evidenciam uma forma de armazenamento voltada à proteção e à segurança do conteúdo. Ao final do mesmo parágrafo, Santos afirma: "Esse material vale milhões de reais; por isso, fica tão escondido".

Portanto, a revelação do elevado valor econômico das varetas, apresentada no final do parágrafo, fornece uma explicação para as condições de segurança apresentadas anteriormente, especialmente o armazenamento em cofre de metal fechado.

O emprego do termo "anteriormente" na alternativa é adequado, pois se refere às informações que aparecem antes da declaração final de Santos no próprio parágrafo. A alternativa não afirma que a justificativa do armazenamento apareça anteriormente; ao contrário, estabelece precisamente uma relação entre uma informação posterior – o valor milionário do material – e elementos apresentados antes dela.

Logo, a alternativa B expressa corretamente a relação estabelecida entre o início e o final do primeiro parágrafo.

Alternativa C:

A alternativa está incorreta. O fato de pequenos papéis associados aos lotes trazerem nomes de empresas não constitui, isoladamente, comprovação de responsabilidade criminal de seus proprietários.

O trecho apenas informa que "pequenos pedaços de papel traziam nomes de empresas escritos à mão". Não há, nesse momento do texto, afirmação de que a simples presença desses nomes seja suficiente para comprovar autoria ou responsabilidade por eventual prática criminosa.

A expressão "por si só" torna a alternativa ainda mais inadequada, pois atribui valor probatório conclusivo a uma informação que o texto apenas apresenta como elemento relacionado aos lotes armazenados.

Alternativa D:

A alternativa está incorreta. A comparação com "dinheiro, armas ou joias" não indica que o pau-brasil possua valor meramente simbólico. O próprio final do parágrafo afirma expressamente que o material "vale milhões de reais".

A comparação produz justamente o efeito contrário: surpreende o leitor ao revelar que simples varetas de madeira armazenadas no cofre possuem elevado valor econômico, suficiente para justificar sua guarda em condições de segurança.

Referência Bibliográfica:

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

Conteúdo Programático:

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos, subentendidos e efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias, e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.

QUESTÃO: 5 – MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:

A alternativa está incorreta.

No trecho "deflagraram-se as operações Ibirapitanga I e II", substituir "deflagraram-se" por "foram suspensas" altera o sentido original. "Deflagrar", no contexto, expressa o início ou desencadeamento das operações, ao passo que "suspender" significa interromper ou fazer cessar temporariamente algo que já estava em curso.

Também não se mantém o sentido ao substituir “remanescentes” por “preservados” em “fragmentos remanescentes da Mata Atlântica”. “Remanescentes” designa aquilo que resta ou sobra de um todo; “preservados”, por sua vez, caracteriza aquilo que foi conservado ou protegido. São relações semânticas distintas.
Portanto, a alternativa A não preserva o sentido original dos dois vocábulos.

Alternativa B:

A alternativa está incorreta.
A substituição de “deflagraram-se” por “foram ocultadas” modifica completamente o sentido do trecho. As operações foram iniciadas/desencadeadas, e não escondidas.
Da mesma forma, “recentes” não constitui substituição semanticamente adequada para “remanescentes”. No contexto, “fragmentos remanescentes da Mata Atlântica” são os fragmentos que restam ou permanecem da formação vegetal, e não fragmentos necessariamente recentes.
Assim, nenhuma das duas substituições mantém o sentido original.

Alternativa C:

A alternativa está correta.
No primeiro trecho, “deflagraram-se as operações Ibirapitanga I e II”, a substituição por “foram desencadeadas as operações Ibirapitanga I e II” preserva o sentido contextual de início, instauração ou colocação em curso das operações. O Dicionário Caldas Aulete registra para “desencadear” a acepção de “provocar o início de (processo, ação, reação etc.) ou ter início”, geralmente com ímpeto ou subitamente. O mesmo dicionário define “deflagrar”, em sentido figurado, como fazer irromper ou irromper subitamente e registra, no verbete “deflagração”, “desencadeamento” e “início” como equivalentes dessa acepção.
Portanto, a alegação de que “desencadear” necessariamente alteraria o sentido por indicar uma sucessão de eventos não se confirma na fonte lexicográfica: uma de suas acepções é justamente provocar o início de uma ação ou processo. No contexto da questão, essa é a acepção ativada.
Além disso, a substituição de “deflagraram-se” pela forma “foram desencadeadas” mantém a correção gramatical: a construção original apresenta “as operações” como termo que sofre a ação, e a substituição utiliza adequadamente a voz passiva analítica, com concordância no feminino plural.
No segundo trecho, “fragmentos remanescentes da Mata Atlântica”, “remanescentes” pode ser substituído por “restantes” sem prejuízo do sentido. O Dicionário Caldas Aulete define “remanescente” como aquilo “que resta ou sobra” e apresenta expressamente “restante” como equivalente. Reciprocamente, no verbete “restante”, o mesmo dicionário registra “remanescente” como sinônimo geral. O Michaelis também define “remanescente” como aquilo “que remanesce ou sobra” e “restante” como aquilo “que resta ou excede”.
Logo, “foram desencadeadas – restantes” preserva o sentido dos vocábulos nos contextos apresentados, correspondendo à alternativa C. A questão publicada apresenta exatamente esses dois segmentos e essas quatro possibilidades de substituição.

Alternativa D:

A alternativa está incorreta.
“Foram concluídas” não pode substituir “deflagraram-se”, pois “concluir” indica chegar ao fim de determinada ação ou processo, enquanto “deflagrar”, no contexto, corresponde ao seu início ou desencadeamento. A substituição produziria, portanto, sentido temporalmente oposto ao original.
Também “originários” não equivale a “remanescentes”. “Originário” relaciona-se à procedência ou origem de algo, enquanto “remanescente” designa aquilo que resta, permanece ou sobra de um conjunto anterior.
Consequentemente, ambas as substituições alterariam o sentido original.

Referência Bibliográfica:

DICIONÁRIO CALDAS AULETE DIGITAL.
DICIONÁRIO DE SINÔNIMOS. Disponível em: https://www.sinonimos.com.br.

Conteúdo Programático:

Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.

Comentários Gerais:

Os recursos sustentam que os pares “deflagrar/desencadear” e “remanescente/restante” apresentariam diferenças de abrangência ou nuance capazes de impedir a substituição exigida pelo enunciado.
A argumentação não procede. Em questões de substituição lexical, a equivalência é analisada no contexto específico de emprego, não se exigindo que duas palavras sejam intercambiáveis em absolutamente todas as acepções e situações da língua. Palavras sinônimas podem apresentar campos semânticos mais amplos ou possuir acepções adicionais sem que isso impeça sua equivalência em determinado contexto.
No primeiro trecho, a acepção pertinente de “deflagrar” é a de iniciar ou fazer irromper uma ação, precisamente compatível com a acepção de “desencadear” como provocar o início de uma ação ou processo. O próprio Caldas Aulete associa diretamente “deflagração” a “desencadeamento” e “início”. Assim, o fato de “desencadear” possuir outras acepções não interfere na equivalência estabelecida no segmento analisado.

No segundo trecho, a relação é ainda mais direta: “remanescente” é definido como aquilo que resta ou sobra e traz “restante” como equivalente; “restante”, por sua vez, apresenta “remanescente” como sinônimo. A expressão “fragmentos restantes da Mata Atlântica” mantém, portanto, a informação essencial de parcelas da formação vegetal que permanecem.
O comando da questão não exige identidade absoluta de todas as nuances possíveis dos vocábulos fora do contexto, mas substituição “considerando os sentidos que apresentam no texto”, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical. Sob esse critério, somente a alternativa C satisfaz simultaneamente as duas substituições.
Diante do exposto, mantêm-se a Questão 05 e o gabarito preliminar: alternativa C.

QUESTÃO: 6 – MANTIDA alternativa 'D'.
Mantém-se o gabarito preliminar da Questão 06: alternativa D – I, II e III.
A assertiva I está correta. No trecho “um pequeno grupo de fiscais passou a investigar o comércio”, o vocábulo “a” é morfologicamente uma preposição e antecede o verbo “investigar”, empregado no infinitivo. Cegalla define preposição como palavra invariável que estabelece relação entre termos e inclui expressamente “a” entre as preposições essenciais.
Os recursos sustentam que “passou a investigar” pode ser analisado como uma construção perifrástica ou locução verbal de valor aspectual e que, por isso, “a” não deveria ser tratado simplesmente como preposição. Essa possibilidade de análise da construção como um todo, entretanto, não elimina a classificação morfológica do vocábulo “a” como preposição. São níveis de análise compatíveis: “passar a + infinitivo” pode constituir uma perífrase de valor aspectual, ao mesmo tempo em que o elemento “a” que estabelece a ligação entre as formas verbais mantém sua natureza prepositiva. A assertiva tampouco afirma que “a” seja um elemento autônomo ou que não participe da construção perifrástica; apenas identifica corretamente sua classe morfológica e informa que ele introduz o infinitivo “investigar”. Portanto, não há incorreção técnica na assertiva I.
A assertiva II também está correta. Em “uma das espécies mais ameaçadas da Mata Atlântica”, o vocábulo “mais” é classificado, na análise morfológica tradicional, como advérbio de intensidade, incidindo sobre o adjetivo “ameaçadas” e marcando o grau da característica atribuída às espécies. Cegalla define o advérbio como palavra capaz de modificar o sentido do verbo, do adjetivo ou de outro advérbio.
O fato de “mais” participar da construção do grau do adjetivo não o retira da classe dos advérbios. A noção de marcador de grau descreve seu funcionamento semântico no sintagma, mas não constitui, na gramática normativa adotada como referência, uma classe morfológica alternativa que inviabilize sua classificação como advérbio de intensidade. Assim, também não procede o recurso que considera imprecisa a assertiva II por “mais” integrar a estrutura de grau do adjetivo.
A assertiva III está igualmente correta. No trecho “Mas foi ali que fiscais passaram a rastrear toneladas de toras e varetas”, “ali” é um advérbio de lugar e contribui para a coesão textual ao recuperar o referente espacial já apresentado no parágrafo. O texto estabelece a seguinte cadeia referencial: primeiro menciona “Guaraná”; em seguida, esse espaço é retomado pela expressão “a localidade”; posteriormente, emprega-se o advérbio “ali”. Assim, tem-se a progressão: Guaraná – a localidade – ali.
Os recursos alegam que “ali” retomaria imediatamente “a localidade”, e não diretamente “Guaraná”. Entretanto, essa observação não torna falsa a assertiva. “A localidade” é justamente uma retomada lexical de Guaraná, de modo que “ali” recupera o mesmo referente espacial. A assertiva não afirma que haja retomada direta e exclusiva do substantivo próprio “Guaraná”; afirma que o advérbio contribui para a coesão ao retomar a localidade de Guaraná, formulação compatível com a cadeia coesiva estabelecida pelo texto.
Também não há incompatibilidade entre a classificação de “ali” como advérbio de lugar e sua função coesiva. A primeira informação diz respeito à classe morfológica da palavra; a segunda, ao seu funcionamento textual. Um advérbio locativo pode simultaneamente expressar circunstância de lugar e recuperar anaforicamente um referente anteriormente mencionado. Cegalla define o advérbio como palavra modificadora e o adjunto adverbial como termo que expressa circunstâncias como lugar, tempo e modo.
Os recursos que mencionam a possibilidade geral de “ali” funcionar como elemento dêitico também não invalidam a assertiva. Embora advérbios locativos possam apresentar valor dêitico ou anafórico conforme o contexto, no fragmento analisado há um referente espacial explicitamente apresentado imediatamente antes, o que sustenta objetivamente a leitura anafórica e coesiva.
Dessa forma, a análise das proposições é: I – correta; II – correta; III – correta.
Diante do exposto, os recursos são indeferidos, mantendo-se o gabarito preliminar da Questão 06: alternativa D – I, II e III.

Referência Bibliográfica:
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
Conteúdo Programático:
Morfologia: classes de palavras e suas flexões, significados e empregos, estrutura e formação de palavras, e vozes verbais e sua conversão nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 7 – MANTIDA alternativa 'C'.
Mantém-se o gabarito preliminar da Questão 07: alternativa C – Apenas a 1ª e a 2ª partes.
A 1ª parte está correta. No fragmento analisado, "Mas" é uma conjunção coordenativa adversativa, pois estabelece oposição ou contraste em relação ao conteúdo anterior. Já "e", em "toras e varetas", é conjunção coordenativa aditiva, ligando termos de mesma função sintática. Cegalla define a conjunção como palavra invariável que liga orações ou palavras da mesma oração e classifica "mas" entre as conjunções coordenativas adversativas.
A 2ª parte também está correta. Em "toras e varetas de pau-brasil extraídas ilegalmente de áreas protegidas", o vocábulo "ilegalmente" é advérbio e expressa circunstância de modo relativamente ao processo indicado por "extraídas". Cegalla define o advérbio como palavra que pode modificar o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de outro advérbio.
Os recursos sustentam que "extraídas", por estar no particípio, não poderia ser denominada "forma verbal" ou que o advérbio não modificaria propriamente essa forma. O argumento não procede. O particípio é uma forma nominal do verbo, portanto continua integrando o paradigma verbal, ainda que possa apresentar comportamento adjetival em determinados contextos. A denominação "forma verbal" empregada na questão não equivale a afirmar que se trata de verbo finito ou conjugado em tempo e modo.
No fragmento, a estrutura pode ser desenvolvida como "toras e varetas de pau-brasil que foram extraídas ilegalmente de áreas protegidas", o que evidencia que "ilegalmente" incide sobre o evento de extrair. Mesmo que se destaque o valor qualificativo do particípio em relação a "toras e varetas", isso não invalida a análise, pois o advérbio pode igualmente modificar adjetivos.
Também não procede o argumento de que "ilegalmente" não seria advérbio de modo por indicar a situação jurídica da extração, e não a maneira material como ela foi realizada. A expressão equivale contextualmente a "de modo ilegal", isto é, indica a circunstância em que ocorreu a extração. O conceito de adjunto adverbial de modo não se restringe à descrição do procedimento físico de uma ação; abrange a maneira ou condição qualitativa em que ela se realiza. Cegalla define o adjunto adverbial como termo que exprime circunstâncias, entre elas a de modo.
A 3ª parte está incorreta. No segmento "registros fraudulentos", o vocábulo "fraudulentos" é efetivamente um adjetivo e caracteriza o substantivo "registros", porém sua função sintática é de adjunto adnominal, e não de predicativo do sujeito.
Não há no fragmento verbo de ligação nem estrutura de predicação entre "registros" e "fraudulentos". O adjetivo encontra-se diretamente ligado ao substantivo dentro do mesmo sintagma nominal. Segundo Cegalla, o predicativo do sujeito exprime atributo, estado ou modo de ser do sujeito e se prende a ele por meio de verbo de ligação, no predicado nominal. Essa estrutura não ocorre em "registros fraudulentos".
Também não é válida a tentativa de considerar um verbo de ligação "implícito". A análise sintática deve recair sobre a construção efetivamente apresentada no texto. Em uma oração hipotética como "os registros eram fraudulentos", "fraudulentos" seria predicativo do sujeito; em "registros fraudulentos", porém, exerce função de adjunto adnominal.
Dessa forma, a classificação das partes é: 1ª parte – correta; 2ª parte – correta; 3ª parte – incorreta.
Consequentemente, a alternativa C está correta porque contempla exatamente a 1ª e a 2ª partes.
Diante do exposto, os recursos são indeferidos, mantendo-se o gabarito preliminar da Questão 07: alternativa C – Apenas a 1ª e a 2ª partes.

Referência Bibliográfica:
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
Conteúdo Programático:
Morfologia: classes de palavras e suas flexões, significados e empregos, estrutura e formação de palavras, e vozes verbais e sua conversão nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 8 – MANTIDA alternativa 'A'.

Alternativa A:

A alternativa está correta.

No trecho “Ainda assim, abocanharam um dos segmentos mais exclusivos da indústria de instrumentos musicais”, o verbo “abocanharam” é empregado figuradamente no sentido de obter, conquistar ou apoderar-se de uma parcela de determinado espaço ou domínio. O Dicionário Caldas Aulete registra expressamente, entre as acepções de “abocanhar”, “obter, conquistar” e, em sentido figurado, “apoderar-se de; tomar posse de”.

No contexto, aquilo que as empresas “abocanharam” está explicitamente expresso no complemento verbal: “um dos segmentos mais exclusivos da indústria de instrumentos musicais”. Portanto, o emprego figurado indica a conquista de uma parcela do mercado especializado, interpretação adequadamente expressa pela alternativa A.

A caracterização dessa parcela como “relevante e disputada” é compatível com o contexto. O texto não se refere a um segmento qualquer, mas a “um dos segmentos mais exclusivos” da indústria, no qual existem concorrentes estrangeiros e em que as empresas de Guaraná obtiveram vantagem competitiva pelo acesso ao pau-brasil.

Também não há extrapolação relevante no emprego de “empresas brasileiras”. O próprio texto apresenta as empresas de Guaraná como empresas de arcos de violino “do Brasil” e, em seguida, passa a compará-las aos ateliês europeus e aos concorrentes estrangeiros. Assim, no contexto da alternativa, “empresas brasileiras” refere-se às empresas brasileiras de Guaraná que constituem o referente do período, não a todas as empresas existentes no país.

Alternativa B:

A alternativa está incorreta.

Embora o verbo “abocanhar” possa apresentar, em outros contextos, acepções relacionadas a comer ou engolir, não é esse o sentido ativado no fragmento da questão.

A estrutura do período é inequívoca: “abocanharam [um dos segmentos mais exclusivos da indústria de instrumentos musicais] graças a [uma vantagem (...) : o acesso ao pau-brasil]”.

Portanto: aquilo que foi figuradamente “abocanhado” = um segmento da indústria; aquilo que possibilitou essa conquista = o acesso ao pau-brasil. O texto não afirma nesse trecho que as empresas “passaram a consumir grande quantidade” de pau-brasil. Ter acesso à matéria-prima não equivale semanticamente a passar a consumi-la em grande quantidade, tampouco o verbo “abocanharam” tem “pau-brasil” como complemento nessa construção.

Consequentemente, a alternativa B transfere indevidamente para a matéria-prima uma ação que, sintática e semanticamente, recai sobre “um dos segmentos (...) da indústria”.

Alternativa C:

A alternativa está incorreta.

Embora “abocanhar” possa, figuradamente, assumir o sentido de apoderar-se de ou tomar posse de algo, a alternativa C introduz duas informações que não correspondem ao texto.

Primeiramente, o fragmento afirma que as empresas abocanharam “um dos segmentos mais exclusivos da indústria de instrumentos musicais”, e não “todo o mercado internacional de instrumentos de corda”. A alternativa transforma uma parcela específica do mercado em sua totalidade.

Em segundo lugar, o trecho não afirma que a conquista dessa participação de mercado tenha ocorrido ilegalmente. A reportagem aborda, em outras passagens, extração ilegal de pau-brasil, ausência de documentação e registros fraudulentos, mas isso não autoriza transferir automaticamente a qualificação de ilegalidade para a própria conquista de mercado expressa por “abocanharam”.

Assim, a alternativa extrapola o sentido do fragmento tanto pela expressão “todo o mercado” quanto pela atribuição de ilegalidade à conquista mercadológica.

Alternativa D:

A alternativa está incorreta.

O fragmento estabelece que as empresas “abocanharam um dos segmentos mais exclusivos” justamente “graças a uma vantagem que nenhum concorrente estrangeiro pode alcançar: o acesso ao pau-brasil”.

Portanto, o acesso à matéria-prima favoreceu a inserção e a participação dessas empresas no mercado especializado. A alternativa D afirma o contrário ao sustentar que esse acesso teria reduzido sua participação. A alternativa contradiz diretamente a relação de causa e consequência estabelecida no período.

Referência Bibliográfica:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Conteúdo Programático:

Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

Comentários Gerais:

Quanto à alegação de dupla resposta entre A e B, a polissemia de uma palavra deve ser resolvida pelo contexto linguístico em que ela ocorre. O fato de "abocanhar" poder significar "comer" em outra acepção não permite transportar esse significado para qualquer ocorrência do verbo. No fragmento, o complemento de "abocanharam" está explicitamente expresso: "um dos segmentos mais exclusivos da indústria de instrumentos musicais". O pau-brasil aparece em outra estrutura, introduzida por "graças a", como causa ou vantagem que possibilita a conquista.

Essa distinção impede a validação da alternativa B. A frase não equivale a "abocanharam o pau-brasil"; equivale contextualmente a "conquistaram um segmento da indústria graças ao acesso ao pau-brasil".

Quanto à expressão "empresas brasileiras", o referente permanece delimitado pelo contexto: o parágrafo trata das empresas localizadas em Guaraná, apresentadas como algumas das principais empresas de arcos de violino do Brasil, e as contrapõe aos ateliês europeus e aos concorrentes estrangeiros. A expressão empregada na alternativa não transforma a afirmação em generalização acerca de todas as empresas brasileiras.

Por fim, "relevante e disputada" não pretende estabelecer uma quantidade numérica de participação mercadológica. Trata-se de caracterização coerente com "um dos segmentos mais exclusivos", inserido em contexto de concorrência internacional. O próprio verbo "abocanhar", na acepção contextual de "obter, conquistar", encontra respaldo lexicográfico.

Não há, portanto, duas alternativas corretas.

Diante do exposto, mantêm-se a Questão 08 e o gabarito preliminar: alternativa A.

QUESTÃO: 9 – MANTIDA alternativa 'A'.

A alternativa A está correta.

No período "A reportagem solicitou acesso, mas o órgão negou o pedido, alegando motivos de segurança", a oração "A reportagem solicitou acesso" é coordenada assindética, pois ela própria não é introduzida por conjunção coordenativa. A conjunção adversativa "mas" introduz a oração seguinte, "mas o órgão negou o pedido", que é a oração coordenada sindética adversativa. Essa análise corresponde à classificação tradicional adotada por Cegalla. Em estruturas equivalentes do tipo "oração + mas + oração", o autor classifica a primeira oração como coordenada assindética e a segunda, introduzida por "mas", como coordenada sindética adversativa. Portanto, a relação adversativa existente entre os conteúdos das duas orações não transforma retroativamente a primeira oração em sindética: o conectivo pertence formalmente à segunda.

Em "A reportagem", o vocábulo "A" é artigo definido e exerce função sintática de adjunto adnominal, pois determina o núcleo nominal "reportagem". O fato de estar grafado com inicial maiúscula decorre exclusivamente de sua posição no início da oração e não interfere em sua classificação morfológica ou sintática.

Quanto à predicação verbal, no contexto efetivamente apresentado, tanto "solicitou" quanto "negou" são verbos transitivos diretos: "solicitou acesso" – objeto direto; "negou o pedido" – objeto direto. Cegalla define os verbos transitivos diretos como aqueles que exigem objeto direto, isto é, complemento sem preposição. Portanto, a existência de construções como "negar algo a alguém" não obriga a classificação como bitransitivo em todas as ocorrências do verbo; a predicação deve ser analisada conforme o emprego concreto.

Na conversão "O acesso foi solicitado pela reportagem", "pela reportagem" designa o agente que realiza a ação na voz passiva e exerce função de agente da passiva.

Por fim, em "o pedido foi negado pelo órgão", "o pedido" é sujeito paciente, pois o objeto direto da oração ativa passa a sujeito da correspondente oração passiva. Esse procedimento é expressamente apresentado por Cegalla na conversão da voz ativa para a passiva.

Assim, a sequência integralmente correta é a apresentada na alternativa A.

Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Conteúdo Programático:

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de

concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

Comentários Gerais:

É necessário distinguir a relação de sentido entre as orações da classificação individual de cada oração quanto à presença de conjunção. Há efetivamente uma relação adversativa entre os conteúdos de "A reportagem solicitou acesso" e "o órgão negou o pedido". Todavia, a oração introduzida pela conjunção "mas" é a segunda, e é ela que recebe a classificação de coordenada sindética adversativa. A primeira não apresenta conjunção introdutória e, segundo a terminologia tradicional adotada por Cegalla, é coordenada assindética. A própria obra apresenta estruturas idênticas, classificando a oração anterior a "mas" como assindética e a iniciada por "mas" como sindética adversativa. A expressão "em relação à oração seguinte" não altera esse critério. Ela delimita qual oração do período deve ser considerada na relação de coordenação, não transfere à primeira oração a conjunção que introduz formalmente a segunda.

Quanto a "negar", não se deve confundir as diferentes regências que um verbo pode assumir na língua com sua predicação na ocorrência efetivamente analisada. Dicionários registram para "negar" tanto construções transitivas diretas quanto construções com dois complementos. Não há objeto indireto expresso no fragmento da prova, nem necessidade de postular obrigatoriamente um complemento elíptico para classificar a ocorrência como transitiva direta.

Também não há quebra de correspondência causada pela expressão "ambos são verbos transitivos diretos". A terceira pergunta solicita conjuntamente a predicação de dois verbos; dizer que "ambos" são transitivos diretos responde aos dois elementos em uma única formulação e não interfere na ordem das respostas posteriores.

Por fim, a utilização de construções na voz passiva não gera ambiguidade, pois as próprias quarta e quinta perguntas explicitam que se deve analisar cada oração "na conversão" fornecida. Na passagem da ativa para a passiva, o sujeito da ativa passa a agente da passiva, e o objeto direto passa a sujeito paciente.

Diante do exposto, mantêm-se a Questão 09 e o gabarito preliminar: alternativa A.

QUESTÃO: 10 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

A alternativa está incorreta.

Em "Do lado de dentro, não havia dinheiro, armas ou joias", a expressão "Do lado de dentro" exerce função de adjunto adverbial de lugar, mas não se encontra intercalada. Ela está deslocada/anteposta, pois ocorre no início da oração, antes da estrutura nuclear "não havia dinheiro, armas ou joias". Além disso, embora esteja correta a classificação do verbo "havia" como impessoal, a alternativa erra ao classificar a oração como de sujeito indeterminado. Quando o verbo "haver" é empregado com sentido de "existir", é impessoal e a oração é sem sujeito, e não de sujeito indeterminado. O material de fundamentação baseado em Cegalla registra que o verbo "haver", quando expressa a ideia de "existir", é impessoal e permanece na terceira pessoa do singular. Portanto, a alternativa A apresenta incorreções na segunda e na quarta lacunas.

Alternativa B:

A alternativa está correta.

A expressão "Do lado de dentro" indica uma circunstância espacial e exerce função de adjunto adverbial de lugar. Cegalla define o adjunto adverbial como termo que expressa circunstância, entre elas a de lugar.

No período analisado, essa expressão aparece no início da oração, antes de "não havia dinheiro, armas ou joias". Encontra-se, portanto, deslocada, mais especificamente anteposta, e não intercalada. A expressão intercalada estaria inserida no interior da estrutura oracional, como ocorreria, por exemplo, em "Não havia, do lado de dentro, dinheiro, armas ou joias".

Quanto ao emprego da vírgula, Cegalla prevê seu uso para separar adjuntos adverbiais e observa que, quando breves, esses termos podem dispensá-la. A eventual facultatividade da vírgula em adjuntos de pequena extensão não modifica a posição sintática da expressão: no período efetivamente apresentado, ela está anteposta/deslocada e foi separada por vírgula.

O verbo "havia", empregado com sentido de "existir", é impessoal. Consequentemente, a oração é sem sujeito. Não se deve confundir oração sem sujeito com oração de sujeito indeterminado: nesta última, há um sujeito cuja identidade não é determinada; com "haver" existencial, não há sujeito.

Por fim, na análise sintática tradicional adotada pela questão, o verbo "haver" existencial é transitivo direto, e o segmento "dinheiro, armas ou joias" exerce função de objeto direto. Cegalla define os verbos transitivos diretos como aqueles que apresentam complemento sem preposição.

Tem-se, assim, a sequência: adjunto adverbial de lugar – deslocada – impessoal – sem sujeito – objeto direto, correspondente à alternativa B.

Alternativa C:

A alternativa está incorreta em todas as classificações centrais.

“Do lado de dentro” não é complemento nominal, pois não completa o sentido de um nome; expressa circunstância de lugar e constitui adjunto adverbial.
A expressão também não está intercalada, mas anteposta/deslocada.
O verbo “havia”, com sentido de “existir”, não é pessoal, mas impessoal, razão pela qual a oração não possui sujeito. Consequentemente, “dinheiro, armas ou joias” não constitui sujeito composto posposto.
Assim, a alternativa C está incorreta.

Alternativa D:

A alternativa está incorreta.
Embora indique corretamente que “Do lado de dentro” está deslocada e que a oração é sem sujeito, erra ao classificar a expressão como complemento nominal e o verbo “havia” como pessoal.
A expressão indica circunstância espacial, sendo adjunto adverbial de lugar. Cegalla inclui expressamente o lugar entre as circunstâncias veiculadas pelo adjunto adverbial.
Além disso, “haver” com sentido de “existir” é verbo impessoal, e “dinheiro, armas ou joias” não constitui sujeito composto, mas complemento verbal, classificado tradicionalmente como objeto direto.
Portanto, a alternativa D também não preenche corretamente as lacunas.

Referência Bibliográfica:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Conteúdo Programático:

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

Comentários Gerais:

Não procede a classificação de “Do lado de dentro” como expressão “intercalada”. No período da prova, ela ocupa posição inicial, anterior à oração nuclear, razão pela qual é adequadamente caracterizada como deslocada/anteposta. “Intercalada” designaria uma expressão inserida entre constituintes da oração, o que não ocorre no fragmento.
É correto afirmar que Cegalla admite a possibilidade de ausência da vírgula quando o adjunto adverbial é breve. Entretanto, facultatividade de pontuação e posição sintática são questões distintas. O fato de a vírgula poder eventualmente ser dispensada não transforma um adjunto adverbial anteposto em “intercalado” nem torna inadequado qualificá-lo como “deslocado”. A questão analisa a construção que efetivamente consta do texto: “Do lado de dentro, não havia...”, na qual o adjunto está anteposto e encontra-se efetivamente separado por vírgula.
Não há, portanto, divergência capaz de gerar uma segunda alternativa correta.
Diante do exposto, mantêm-se a Questão 10 e o gabarito preliminar: alternativa B.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS GERAIS

CARGO(S): ADVOGADO DO CREAS/SUAS, ANALISTA DE SUPORTE, ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, ARQUITETO, ARQUITETO HOSPITALAR, ARQUIVISTA, ASSISTENTE SOCIAL AS, AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, BIBLIOTECÁRIO I, BIÓLOGO, CIRURGIÃO DENTISTA – ESPECIALISTA BUCO-MAXILO-FACIAL, CONTADOR, EDUCADOR SOCIAL, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE TRÁFEGO, ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO QUÍMICO, MÉDICO CARDIOLOGISTA, MÉDICO CLINICO GERAL, MÉDICO DERMATOLOGISTA, MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA, MÉDICO GINECOLOGISTA, MÉDICO INFECTOLOGISTA, MÉDICO NEUROPEDIATRA, MÉDICO OFTALMOLOGISTA, MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA, MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO PNEUMOLOGISTA, MÉDICO PSIQUIATRA, MÉDICO VETERINÁRIO, ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, PSICÓLOGO PS, TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

QUESTÃO: 11 – MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:

Monumento ao Imigrante – INCORRETA.

O próprio portal oficial de Turismo de Novo Hamburgo informa que o Monumento ao Imigrante foi concebido como marco das comemorações do centenário da imigração alemã, tendo como finalidade homenagear os imigrantes e suas tradições. O projeto foi elaborado pelo arquiteto alemão Ernest Karl Ludwig Seubert, e sua inauguração ocorreu em 15 de novembro de 1927. Assim, a obra não corresponde à autoria de Flávio Scholles, não foi inaugurada em 1979 e não possui a composição descrita no enunciado. Consequentemente, a alternativa A é objetivamente incompatível com a descrição apresentada.

Alternativa B:

Monumento ao Trabalhador Rural – INCORRETA.

Embora a denominação contenha a palavra “trabalhador” e possa guardar relação temática genérica com a ideia de trabalho, isso não é suficiente para estabelecer correspondência com o enunciado.

A questão não solicita simplesmente a identificação de um monumento relacionado ao trabalho. Ela fornece elementos específicos (Flávio Scholles, 1979, seis relógios, oito horas e representação da jornada de trabalho) que individualizam a obra. Não há, portanto, fundamento para considerar o Monumento ao Trabalhador Rural como resposta possível apenas pela aproximação temática.

Alternativa C:

A alternativa C corresponde integralmente à descrição.

O Monumento ao Sapateiro foi projetado pelo artista Flávio Scholles em 1979 e está relacionado à representação do trabalhador da indústria calçadista de Novo Hamburgo. Estudo acadêmico da UNESP identifica expressamente a obra, sua autoria e seu contexto histórico. Além disso, fontes públicas descrevem exatamente os elementos utilizados no enunciado: seis relógios estilizados, com oito horas, representando a jornada diária de trabalho e os seis dias trabalhados na semana. Dessa forma, a alternativa C é a única que reúne todos os elementos indicados na questão.

Alternativa D:

Monumento à Indústria Têxtil – INCORRETA.

Embora a indústria seja elemento importante da história econômica de Novo Hamburgo e possa guardar relação genérica com o universo do trabalho, a questão não descreve um monumento à indústria de maneira ampla. O enunciado apresenta elementos específicos relacionados ao trabalhador da indústria calçadista, especialmente por meio da obra de Flávio Scholles e da simbologia dos relógios. Portanto, a simples relação temática entre indústria e trabalho não é suficiente para tornar a alternativa D correta.

Referência Bibliográfica:

WEBER, Roswithia. Controvérsias em torno do Monumento ao Sapateiro - Novo Hamburgo/RS. *Patrimônio e Memória*, v. 14, n. 2, p. 206-219, 2018.

https://turismo.novohamburgo.rs.gov.br/atrativo/monumento-ao-sapateiro

Conteúdo Programático:

Turismo.

Comentários Gerais:

O enunciado informa expressamente que se trata de uma obra criada pelo artista Flávio Scholles, inaugurada em 1979, composta por seis relógios estilizados com oito horas cada, sendo que as oito horas representam a jornada diária de trabalho e os seis relógios simbolizam os dias trabalhados na semana. Essas informações correspondem ao Monumento ao Sapateiro, alternativa C. A descrição encontra respaldo em fontes públicas e acessíveis. Pesquisa acadêmica publicada pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, intitulada Controvérsias em torno do Monumento ao Sapateiro – Novo Hamburgo/RS, identifica a obra como sendo de autoria de Flávio Scholles, projetada em 1979, e analisa sua relação com a identidade dos trabalhadores da indústria calçadista de Novo Hamburgo. Há, ainda, registros públicos que descrevem de maneira praticamente coincidente os elementos apresentados no enunciado: o Monumento ao Sapateiro foi criado por Flávio Scholles, inaugurado em 1979, homenageia os operários das fábricas de calçados e é constituído por seis relógios estilizados, com oito horas cada, representando a jornada diária e os dias trabalhados na semana. Portanto, não se trata de informação meramente subjetiva ou de interpretação artística aberta. O conjunto de características fornecido pelo enunciado permite a identificação objetiva da obra. Recursos indeferidos.

QUESTÃO: 12 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

Getúlio Vargas — INCORRETA. Embora Getúlio Vargas tenha exercido posteriormente a chefia do Poder Executivo do Rio Grande do Sul, não era o governador do Estado no momento da emancipação de Novo Hamburgo, ocorrida em 1927. O ato mencionado na questão está relacionado ao governo de Borges de Medeiros.

Alternativa B:

A questão apresenta de forma objetiva o contexto histórico da emancipação político-administrativa de Novo Hamburgo, mencionando expressamente o movimento emancipacionista, as tentativas de obtenção da autonomia junto ao Conselho Municipal de São Leopoldo e, sobretudo, a intervenção do governo estadual, responsável pela concretização da emancipação por meio do Decreto nº 3.818, de 5 de abril de 1927.

A própria fonte oficial utilizada como referência para a questão – o histórico disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo – confirma expressamente que, a partir de 1924, foram realizadas tentativas de conquistar a emancipação por meio do Conselho Municipal de São Leopoldo e que a autonomia somente foi alcançada mediante a interferência direta do governador Borges de Medeiros, que, por meio do Decreto nº 3.818, de 5 de abril de 1927, concedeu a Novo Hamburgo a condição de município. Dessa forma, não procede a alegação de que o enunciado não permitiria identificar a esfera governamental considerada. O próprio texto-base estabelece uma sequência clara: inicialmente, são mencionadas as tentativas realizadas perante o Conselho Municipal de São Leopoldo; posteriormente, afirma-se expressamente que a autonomia foi alcançada por meio da intervenção direta do governo estadual. Assim, o comando “A emancipação de Novo Hamburgo ocorreu durante o governo de” deve ser interpretado em conjunto com as informações imediatamente apresentadas no enunciado, não havendo razoabilidade em dissociá-lo do contexto fornecido.

Também não há ambiguidade decorrente das alternativas apresentadas. Entre os nomes indicados, Borges de Medeiros é o único cuja atuação corresponde ao ato de emancipação ocorrido em 1927. A fonte oficial da Prefeitura, inclusive, utiliza expressamente a denominação “governador Borges de Medeiros” ao descrever a intervenção que resultou na criação do município. A alegação de que o termo “governo” poderia conduzir o candidato à esfera federal ou municipal igualmente não prospera. A questão não exige que o candidato faça uma interpretação isolada do comando, pois o próprio enunciado delimita o contexto administrativo ao mencionar o governo estadual e o decreto que efetivou a emancipação. Além disso, a alternativa correta é diretamente corroborada pela fonte histórica oficial indicada para a elaboração da questão.

Quanto à alegação de suposto anacronismo decorrente do uso da expressão “governo”, trata-se de argumento que não compromete a compreensão nem a resolução do item. O objetivo da questão é identificar a autoridade responsável pelo governo estadual no período em que ocorreu o ato de emancipação, e não avaliar a nomenclatura constitucional do cargo vigente à época. O uso da expressão “durante o governo de” não altera o conteúdo histórico solicitado nem produz mais de uma alternativa correta.

Da mesma forma, não procede a alegação de que a questão cobraria conteúdo estranho ao previsto no edital. Trata-se de questão inserida no âmbito dos conhecimentos relacionados ao município de Novo Hamburgo, abordando fato histórico diretamente relacionado à sua formação político-administrativa. Ademais, a questão não exige conhecimento de detalhe alheio ao tema, mas apenas a identificação da autoridade associada ao ato de emancipação de 1927.

Por fim, a alegação de que poderia haver dúvida quanto a eventual substituição do titular do Poder Executivo na data do decreto não encontra respaldo na própria fonte histórica utilizada. O histórico oficial do Município afirma expressamente que o desligamento de São Leopoldo e a autonomia de Novo Hamburgo foram conquistados por meio da interferência direta do governador Borges de Medeiros, mediante o Decreto nº 3.818, de 5 de abril de 1927.

Assim, considerando que o enunciado apresenta elementos suficientes para a compreensão do fato histórico, que a esfera estadual está expressamente delimitada no texto e que a fonte oficial do Município confirma de forma inequívoca a participação de Borges de Medeiros na concretização da emancipação, não se verifica qualquer vício capaz de comprometer a objetividade, a clareza ou a validade da questão.

Alternativa C:

Flores da Cunha — INCORRETA. Flores da Cunha não era o chefe do Poder Executivo estadual quando ocorreu a emancipação de Novo Hamburgo em 1927. Sua atuação como governador do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu posteriormente, em outro período histórico.

Alternativa D:

Júlio de Castilhos — INCORRETA. Júlio de Castilhos faleceu em 1903, portanto não poderia ser o chefe do Executivo estadual no período da emancipação de Novo Hamburgo, ocorrida em 1927.

Referência Bibliográfica:

https://novohamburgo.rs.gov.br/historia

Conteúdo Programático:
História do município.
Comentários Gerais:
As alternativas apresentam autoridades que tiveram atuação em diferentes momentos da história política do Rio Grande do Sul, mas somente Borges de Medeiros corresponde ao período e ao ato histórico mencionado no enunciado. Ressalta-se ainda que o enunciado não se limita ao comando final da questão. A informação imediatamente anterior delimita expressamente que a autonomia foi alcançada por meio da intervenção direta do governo estadual, permitindo ao candidato compreender qual esfera administrativa está sendo considerada. Desse modo, não procede a alegação de que haveria dúvida entre os governos municipal, estadual ou federal. Também não há necessidade de utilização da nomenclatura constitucional exata do cargo vigente em 1927 para que a questão seja compreendida e respondida. A expressão "durante o governo de" é utilizada para identificar a autoridade que exercia a chefia do Poder Executivo estadual no período indicado, não constituindo o objeto da questão a denominação formal do cargo. Quanto à alegação de que o processo emancipacionista envolveu diferentes etapas e agentes, tal circunstância não interfere na resposta. O enunciado reconhece a existência de um movimento anterior e, ao mesmo tempo, estabelece o marco que efetivamente concretizou a autonomia: a intervenção do governo estadual e a edição do Decreto nº 3.818, de 5 de abril de 1927. A questão solicita justamente a identificação da autoridade correspondente a esse período.
Dessa forma, não se verifica ambiguidade, duplicidade de respostas ou ausência de elementos suficientes para a resolução do item. A alternativa B é a única compatível com o período histórico e com o ato de emancipação referido na questão. Gabarito mantido.

QUESTÃO: 13 – MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
Leonel Brizola – Cuba — INCORRETA. A alternativa apresenta corretamente o nome de Leonel Brizola como primeiro elemento, mas incorretamente indica Cuba como destino da comitiva. Conforme a referência histórica oficial utilizada na questão, a iniciativa de Brizola resultou no envio de uma comitiva de empresários gaúchos aos Estados Unidos, em 1960, com o objetivo de buscar parcerias comerciais. A Revolução Cubana é mencionada no contexto do fato econômico, mas não corresponde ao país visitado pela comitiva. Portanto, a alternativa não preenche corretamente as duas lacunas.
Alternativa B:
A questão foi elaborada com base em conteúdo histórico relacionado diretamente à formação e ao desenvolvimento econômico de Novo Hamburgo, tendo como referência a própria página oficial do Município, intitulada "História", disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. A fonte oficial é inequívoca ao registrar que, a partir da redemocratização de 1945, a produção fabril de Novo Hamburgo voltou a se desenvolver, abrindo, no início da década de 1960, as portas para a exportação de calçados. Na sequência, o texto afirma expressamente que, por iniciativa do então Governador do Estado, Leonel Brizola, uma comitiva de empresários gaúchos visitou os Estados Unidos, em 1960, buscando parcerias comerciais com aquele mercado. A mesma fonte registra que, diante do fechamento de um dos principais polos de fabricação de sapatos para os norte-americanos após a Revolução Cubana, surgiu a possibilidade de os Estados Unidos importarem o calçado gaúcho, transformando a exportação em realidade. Portanto, as duas lacunas apresentadas na questão possuem correspondência direta e objetiva com a referência oficial utilizada: Leonel Brizola e os Estados Unidos. Não se trata de uma conclusão construída exclusivamente por interpretação do candidato, mas de informação expressamente registrada na fonte histórica oficial do Município.
A alegação de que o desenvolvimento da indústria calçadista teria sido resultado de múltiplos fatores não invalida a questão. O enunciado não afirma que a exportação decorreu exclusivamente da atuação governamental, tampouco pretende atribuir a uma única pessoa todo o desenvolvimento histórico da indústria calçadista gaúcha. A expressão utilizada – "uma iniciativa [...] contribuiu decisivamente para impulsionar" – refere-se especificamente à iniciativa mencionada no próprio enunciado: a articulação que resultou na visita de uma comitiva de empresários gaúchos aos Estados Unidos em 1960 e na busca de parcerias comerciais naquele mercado. Essa informação está expressamente respaldada pela fonte oficial.
Também não procede a alegação de ambiguidade quanto ao país visitado. O enunciado afirma que a comitiva "visitou _____ em busca de parcerias comerciais" e, logo em seguida, relaciona a oportunidade comercial ao fechamento de um polo fornecedor de calçados para esse país. A fonte histórica oficial esclarece o referente ao registrar, de forma direta, que a comitiva visitou os Estados Unidos e que a oportunidade surgiu justamente porque os Estados Unidos passaram a ter possibilidade de importar o calçado gaúcho.
A alternativa A) Leonel Brizola – Cuba não encontra respaldo na fonte utilizada. Embora a Revolução Cubana seja mencionada como parte do contexto histórico, Cuba não foi o destino da comitiva empresarial. O destino

foi expressamente identificado como os Estados Unidos. A Revolução Cubana aparece no enunciado como elemento contextual para explicar a abertura de uma oportunidade comercial no mercado norte-americano, e não como indicação do país visitado pelos empresários.
Quanto à alegação de que a questão dependeria de uma fonte bibliográfica não indicada, ressalta-se que a referência utilizada foi expressamente disponibilizada e corresponde ao site oficial da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. A página apresenta o histórico do Município e registra exatamente os fatos utilizados na formulação da questão, inclusive o nome de Leonel Brizola, o ano de 1960, a visita aos Estados Unidos e a relação entre o contexto internacional e a abertura do mercado para o calçado gaúcho.
Não procede, igualmente, a alegação de que o enunciado exigiria uma reconstrução histórica excessivamente complexa. As informações necessárias para a resolução encontram-se integradas ao próprio texto da questão. O candidato precisava identificar, de um lado, o governador do Estado mencionado no contexto de 1960 e, de outro, o destino da comitiva empresarial. As alternativas foram construídas justamente para testar a associação correta desses dois elementos.
Também não procede a alegação de direcionamento político ou ideológico. A questão não solicita avaliação, julgamento ou posicionamento acerca de Leonel Brizola, da Revolução Cubana, de Cuba ou dos Estados Unidos. Os acontecimentos são utilizados exclusivamente como elementos históricos e econômicos para contextualizar a expansão das exportações de calçados gaúchos. A menção a acontecimentos políticos internacionais não transforma a questão em item de natureza ideológica.
A questão, portanto, apresenta conteúdo factual, contextualizado e verificável, diretamente relacionado à história econômica de Novo Hamburgo e do Rio Grande do Sul. O conteúdo encontra respaldo no programa disponibilizado em edital, tanto em história do município, quanto em Economia, não havendo necessidade de que o enunciado reproduza ou cite formalmente a fonte bibliográfica dentro do corpo do item.
Alternativa C:
Ildo Meneghetti – Cuba — INCORRETA. A alternativa apresenta incorretamente tanto o agente político quanto o país de destino. Ildo Meneghetti não era o governador do Rio Grande do Sul em 1960 e, além disso, a comitiva empresarial mencionada no enunciado teve como destino os Estados Unidos, e não Cuba. Assim, nenhum dos dois elementos preenche corretamente as lacunas.
Alternativa D:
Sinval Guazzelli – os Estados Unidos — INCORRETA. Embora indique corretamente o país de destino da comitiva, a alternativa apresenta Sinval Guazzelli como governador em 1960, o que está incorreto. O governador do Rio Grande do Sul naquele período era Leonel Brizola. Dessa forma, a alternativa não atende à primeira lacuna e, consequentemente, não pode ser considerada correta.

Referência Bibliográfica:
https://novohamburgo.rs.gov.br/historia
Conteúdo Programático:
História do município e Economia.
Comentários Gerais:
A análise das alternativas demonstra que somente a alternativa B reúne simultaneamente os dois elementos históricos corretos: a autoridade estadual responsável pela iniciativa (Leonel Brizola) e o destino da comitiva empresarial (os Estados Unidos). A presença de Cuba nas alternativas A e C não constitui possibilidade de resposta correta, pois Cuba aparece no enunciado exclusivamente como parte do contexto histórico que provocou alterações no mercado internacional de calçados, enquanto a comitiva mencionada dirigiu-se aos Estados Unidos. Assim, não há duplicidade de respostas nem possibilidade de preenchimento equivalente das lacunas, permanecendo válido o gabarito B.

QUESTÃO: 14 – MANTIDA alternativa 'A'.
Quanto à primeira assertiva, não se verifica inconsistência capaz de comprometer a objetividade da questão. A informação utilizada encontra respaldo na fonte oficial da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, indicada como referência para a elaboração da questão. A página institucional apresenta os dados populacionais de 1960 e 1991 e registra expressamente que, “entre o início da década de 1960 e o primeiro ano da década de 90”, o município apresentou aumento populacional “na casa dos 282%”. A mesma fonte relaciona o crescimento demográfico à expansão econômica e industrial do município e ao intenso fluxo migratório de trabalhadores atraídos pela oferta de empregos. Portanto, o conteúdo da assertiva está amparado na fonte oficial adotada, não havendo exigência de que o candidato realizasse cálculo próprio ou identificasse outra base estatística para sua resolução. A utilização da expressão “aproximadamente 282%” também afasta a alegação de necessidade de precisão matemática absoluta, uma vez que o enunciado reproduz uma informação aproximada constante da fonte utilizada. Do mesmo modo, a expressão “migração de trabalhadores” é adequada e compreensível no contexto histórico apresentado, não sendo necessária a

substituição por “imigração” ou por outra formulação, pois o termo “migração” abrange o deslocamento populacional e, no contexto da assertiva, está claramente relacionado à chegada de trabalhadores ao município em razão da expansão da atividade econômica.
Quanto à segunda assertiva, esta é falsa, pois atribui a Novo Hamburgo a denominação de “Capital Gaúcha da Uva e do Vinho” e afirma que a vitivinicultura teria predominado em sua economia antes da consolidação do polo calçadista. Tal afirmação não corresponde à trajetória histórica apresentada na fonte oficial utilizada pela questão. A formação e o desenvolvimento econômico de Novo Hamburgo estão associados à colonização, ao comércio, à industrialização e, posteriormente, à expressiva expansão da indústria coureiro-calçadista. A eventual existência de atividades vitivinícolas na região durante determinados períodos históricos não torna verdadeira a afirmação de que Novo Hamburgo fosse nacionalmente conhecida como “Capital Gaúcha da Uva e do Vinho” em razão da predominância dessa atividade econômica.
No que se refere à terceira assertiva, os recursos sustentam que Centro, Hamburgo Velho, Vila Rosa, Ideal, Rio Branco e Operário não poderiam ser considerados integrantes do núcleo original de povoamento, sob uma interpretação estritamente cronológica da formação individual de cada bairro. Contudo, essa interpretação não prevalece diante do conteúdo da fonte oficial expressamente utilizada na elaboração da questão.
A página de História da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo afirma que o processo de expansão urbana se desenvolveu “ao redor do núcleo original de povoamento (Centro, Hamburgo Velho, Vila Rosa, Ideal, Rio Branco, Operário)”, apresentando justamente o conjunto de localidades mencionado na assertiva. Assim, a proposição reproduz informação constante de fonte institucional oficial, não havendo fundamento para considerá-la falsa com base em interpretação historiográfica diversa ou em análise individual da data de formação ou urbanização de cada bairro.
As referências históricas apresentadas pelos recorrentes, embora possam contribuir para análises acadêmicas mais específicas acerca da formação territorial, das antigas denominações e das diferentes etapas de urbanização do município, não demonstram erro objetivo na assertiva tal como formulada, especialmente porque a questão foi elaborada com base em fonte oficial municipal que apresenta expressamente a caracterização utilizada.
Ressalta-se, ainda, que a questão deve ser analisada segundo o conteúdo e a fonte adotados para sua elaboração, não sendo possível invalidá-la simplesmente pela existência de outras abordagens historiográficas ou por interpretações distintas acerca da formação urbana do município, quando a informação utilizada encontra respaldo em fonte oficial.
Dessa forma, não foram identificados erro material, ambiguidade relevante, ausência de alternativa correta ou incompatibilidade entre as assertivas e a fonte utilizada que justifiquem a anulação da questão ou a alteração do gabarito. A classificação permanece: I – VERDADEIRA II – FALSA III – VERDADEIRA. Consequentemente, a sequência correta é V – F – V, correspondente à alternativa A.

Referência Bibliográfica:
https://novohamburgo.rs.gov.br/historia
Conteúdo Programático:
História do município.

QUESTÃO: 15 – MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A:
Capital Nacional do Calçado
Embora Novo Hamburgo seja historicamente reconhecida pela relevância de sua indústria calçadista e pela expressão “Capital Nacional do Calçado”, essa alternativa não corresponde ao que foi especificamente solicitado no enunciado. A questão não pergunta qual denominação está relacionada à atividade econômica pela qual o Município posteriormente ganhou projeção nacional e internacional. O comando delimita outro aspecto histórico: o intenso processo de industrialização, a concentração de fábricas e a associação simbólica com Manchester, cidade inglesa considerada um símbolo da Revolução Industrial. Nesse contexto específico, a denominação correspondente é “Manchester Brasileira”. Assim, a alternativa A apresenta uma denominação relacionada a Novo Hamburgo, mas não responde ao elemento caracterizador expressamente indicado no enunciado, razão pela qual não pode ser considerada correta.
Alternativa B:
Cidade dos Imigrantes
A alternativa B não corresponde ao apelido histórico descrito na questão. A presença de imigrantes e seus descendentes possui evidente importância na formação histórica e cultural de Novo Hamburgo, especialmente em razão da colonização alemã, mas esse aspecto não é o elemento utilizado para explicar a denominação apresentada no enunciado. A questão estabelece relação direta entre industrialização,

concentração de fábricas e Revolução Industrial. Portanto, a expressão “Cidade dos Imigrantes” não satisfaz o comando proposto e não se apresenta como resposta ao questionamento formulado.

Alternativa C:

Capital do Vale Germânico

A alternativa C também não corresponde ao apelido histórico solicitado. O enunciado não busca identificar a região geográfica ou uma denominação relacionada à localização de Novo Hamburgo no contexto do Vale Germânico, mas sim o apelido recebido em razão de seu desenvolvimento industrial. A própria estrutura da questão conduz o candidato à associação entre a industrialização do Município e Manchester, referência histórica da Revolução Industrial. Portanto, “Capital do Vale Germânico” não atende ao critério estabelecido no comando e deve ser afastada.

Alternativa D:

A questão descreve período em que Novo Hamburgo se destacava pelo intenso desenvolvimento industrial, pela concentração de fábricas e pela atração de trabalhadores de outras regiões do Rio Grande do Sul. A partir dessas características, solicita-se a identificação do apelido atribuído ao Município em referência a Manchester, cidade inglesa reconhecida como um dos grandes símbolos da Revolução Industrial. A resposta correta é, portanto, a alternativa D – Manchester Brasileira. A denominação encontra respaldo em fontes sobre a história e o desenvolvimento econômico do Município. O próprio Município de Novo Hamburgo registra sua trajetória de industrialização e a importância histórica da indústria coureiro-calçadista. Além disso, em matéria publicada no ABC+/Jornal NH, assinada pelo professor e historiador Paulo Daniel Spolier, registra-se expressamente que Novo Hamburgo era conhecida como “Manchester Brasileira”, “Cidade Industrial” e “Courocap”, destacando que o desenvolvimento fabril ligado à produção calçadista foi fundamental para o crescimento econômico do Município. A mesma fonte informa que, já nas décadas de 1950 e 1960, a cidade era identificada pela expressão “Manchester Brasileira”, período anterior à consolidação de sua projeção internacional no setor calçadista. Há, ainda, registro histórico de que Novo Hamburgo chegou a ser chamada de “Manchester brasileira” na década de 1940 pela quantidade de fábricas, reforçando que o apelido estava diretamente relacionado ao processo de industrialização e não dependia da posterior consolidação do Município como polo exportador de calçados. Desse modo, o enunciado foi construído justamente para diferenciar o período de intenso desenvolvimento industrial da fase posterior de consolidação das exportações calçadistas. A expressão “antes mesmo de se consolidar como um dos principais polos exportadores de calçados” funciona como elemento de contextualização temporal e afasta a interpretação de que a resposta deveria ser simplesmente “Capital Nacional do Calçado”. Portanto, o item apresenta elementos suficientes para que o candidato identifique objetivamente a resposta, não havendo ambiguidade, ausência de informação essencial ou multiplicidade de alternativas corretas. Recursos indeferidos.

Referência Bibliográfica:

https://novohamburgo.rs.gov.br/historia
https://www.abcmais.com/brasil/rio-grande-do-sul/por-que-novo-hamburgo-era-chamada-de-manchester-brasileira-nos-anos-50-e-60/

Conteúdo Programático:

História do município.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): ADVOGADO DO CREAS/SUAS, ANALISTA DE SUPORTE, ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, ARQUITETO, ARQUITETO HOSPITALAR, ARQUIVISTA, ASSISTENTE SOCIAL AS, AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, BIBLIOTECÁRIO I, BIÓLOGO, CIRURGIÃO DENTISTA – ESPECIALISTA BUCO-MAXILO-FACIAL, CONTADOR, EDUCADOR SOCIAL, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE TRÁFEGO, ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO QUÍMICO, MÉDICO CARDIOLOGISTA, MÉDICO CLINICO GERAL, MÉDICO DERMATOLOGISTA, MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA, MÉDICO GINECOLOGISTA, MÉDICO INFECTOLOGISTA, MÉDICO NEUROPEDIATRA, MÉDICO OFTALMOLOGISTA, MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA, MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO PNEUMOLOGISTA, MÉDICO PSIQUIATRA, MÉDICO VETERINÁRIO, ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, PSICÓLOGO PS, TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

QUESTÃO: 16 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

A legislação não exige autorização judicial para a remoção do veículo abandonado, tratando-se de medida administrativa decorrente do poder de polícia. Art. 24-A, §§ 6º, 7º e 8º.

Alternativa B:

Caracterizado o depósito irregular ou abandono, o proprietário será notificado para remover o veículo no prazo de 48 horas, sob pena de autuação, retenção, remoção compulsória e aplicação das demais penalidades previstas na legislação. Art. 24-A, § 6º.

Alternativa C:

A caracterização do abandono ocorre quando o veículo permanecer estacionado em via pública por prazo superior a 30 dias, desde que observadas as demais hipóteses legais. Art. 24-A, § 1º, inciso I.

Alternativa D:

A ausência de placa de identificação autoriza, inclusive, a retenção e remoção compulsória imediata, quando constatada situação de urgência. Art. 24-A, § 8º.

Referência Bibliográfica:

https://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7707ecdDiploma=202032759

Conteúdo Programático:

Código de Posturas Municipal (Lei nº 3.275/2020).

Comentários Gerais:

A questão não versa sobre a criação ou alteração de regras gerais de trânsito, mas sobre a disciplina municipal relativa à situação de veículos abandonados ou irregularmente depositados em vias públicas, matéria expressamente contemplada no Código de Posturas do Município de Novo Hamburgo.

A competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte não impede, por si só, o exercício das competências municipais relacionadas ao interesse local e ao poder de polícia administrativa. O próprio Código de Trânsito Brasileiro, atualmente, prevê em seu art. 279-A que o veículo em estado de abandono poderá ser removido para depósito fixado pelo órgão ou entidade competente do Sistema Nacional de Trânsito, independentemente da existência de infração à legislação de trânsito, observada a regulamentação aplicável. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da competência municipal em matéria de trânsito, inclusive no Tema 430, refere-se à impossibilidade de o Município estabelecer sanções mais gravosas que aquelas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, não havendo, portanto, fundamento para concluir que toda disciplina municipal relacionada a veículos em vias públicas seja, por esse simples fato, inválida ou abrangida pela competência legislativa privativa da União.

No caso concreto, a alternativa B está de acordo com a disciplina estabelecida pelo Código de Posturas Municipal. O art. 24-A da Lei Complementar nº 3.275/2020 prevê hipóteses de caracterização de veículo como irregularmente depositado ou abandonado e estabelece procedimento administrativo próprio, incluindo a notificação para remoção no prazo de 48 horas, seguida das medidas administrativas previstas na legislação em caso de não atendimento. O conteúdo programático do concurso contempla expressamente o Código de Posturas Municipal – Lei nº 3.275/2020 no tópico de Legislação, de modo que a cobrança de dispositivo dessa norma encontra-se abrangida pelo conteúdo previsto. Dessa forma, não se verifica vício de competência, extrapolação do conteúdo programático ou qualquer elemento capaz de comprometer a objetividade da questão. Recursos INDEFERIDOS. Mantém-se o gabarito B.

QUESTÃO: 17 – ANULADA.

Após análise dos recursos interpostos, verifica-se que assiste razão aos recorrentes quanto à existência de mais de uma alternativa compatível com a Lei Complementar nº 3.275/2020.

A alternativa A encontra fundamento no art. 27, § 3º, do Código de Posturas, segundo o qual, não observadas as disposições relativas ao calçamento no prazo de 60 (sessenta) dias da notificação, as obras poderão ser realizadas pela Municipalidade às expensas do proprietário.

Entretanto, a alternativa D também apresenta conteúdo juridicamente compatível com o texto legal. O art. 27, § 5º, inciso I, estabelece que:

“A ninguém é permitido, sem autorização da municipalidade: I – remover a pavimentação do calçamento dos passeios, salvo para reparos.”

A expressão “salvo para reparos” constitui ressalva expressamente prevista pelo legislador à regra geral de exigência de autorização. Assim, a alternativa D, ao afirmar que a remoção da pavimentação do passeio para reparos independe de autorização da Administração Pública, encontra respaldo na interpretação literal do dispositivo, uma vez que delimita sua afirmação precisamente à hipótese excepcionada pela norma.

A interpretação é ainda reforçada pelos dispositivos subsequentes do próprio art. 27. O § 7º contempla a hipótese de reparos realizados sem licença da municipalidade, enquanto os §§ 8º e 10º também fazem referência a situações de reparo realizadas independentemente da concessão de licença, disciplinando as respectivas consequências. Tais disposições demonstram que o próprio diploma normativo contempla a realização de reparos sem prévia licença, não sendo possível considerar a alternativa D manifestamente incompatível com a legislação.
Não se mostra adequado, portanto, afastar a alternativa D mediante interpretação restritiva da expressão "salvo para reparos", pois isso implicaria desconsiderar ressalva expressamente inserida pelo legislador no inciso I do § 5º.
As demais alternativas permanecem incorretas: a alternativa B contraria a obrigação legal de manter os passeios limpos e conservados; a alternativa C contraria a exigência de autorização municipal para escavações em vias públicas; e, conforme já demonstrado, as alternativas A e D encontram respaldo na legislação indicada no enunciado.
Considerando que o comando da questão exigia a identificação de uma única alternativa correta, a coexistência de duas alternativas juridicamente defensáveis compromete a objetividade e a unicidade da resposta. Dessa forma, os recursos são deferidos, procedendo-se à anulação da questão 17, com a atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos, nos termos do edital.

Referência Bibliográfica:
https://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7707ecdDiploma=202032759
Conteúdo Programático:
Código de Posturas Municipal (Lei nº 3.275/2020).

QUESTÃO: 18 – MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
A obrigação decorre diretamente da lei, independentemente de prévia notificação. Art. 28 e 30.
Alternativa B:
A lei não prevê prescrição em 90 dias; estabelece que, não quitadas nesse prazo, as multas deverão ser encaminhadas para cobrança judicial. Art. 30, parágrafo único.
Alternativa C:
O Código impõe aos proprietários a obrigação de conservar os terrenos limpos, cercados, capinados e drenados, além de responderem pelo pagamento do serviço de limpeza realizado pela Municipalidade quando executado por esta. Art. 28 e 30 caput.
Alternativa D:
Também são considerados terrenos não edificados aqueles cujas construções estejam em ruínas, em demolição ou em construção com prazo regulamentar excedido. Art. 29.

Referência Bibliográfica:
https://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7707ecdDiploma=202032759
Conteúdo Programático:
Código de Posturas Municipal (Lei nº 3.275/2020).
Comentários Gerais:
A alternativa C apresenta, em termos objetivos, as obrigações de conservação impostas aos proprietários de terrenos não edificados pela legislação municipal, contemplando a manutenção do terreno em condições adequadas de limpeza, capinação, drenagem e cercamento, além da responsabilidade pelo pagamento do serviço de limpeza executado pela Municipalidade.
A ausência, na alternativa, da ressalva específica prevista no art. 30 – "salvo os que estejam dependentes de obras públicas" – não descaracteriza a correção da assertiva. A alternativa descreve a regra geral estabelecida pela legislação, não havendo nela afirmação de que inexistam exceções ou hipóteses legalmente ressalvadas. A exigência de reprodução integral e literal de todas as ressalvas existentes no dispositivo não constitui requisito para que uma alternativa que descreva corretamente a regra legal seja considerada correta.
Da mesma forma, a alternativa não afirma que a Municipalidade poderá executar o serviço de limpeza e cobrar seu custo de forma automática, independentemente da observância dos procedimentos administrativos eventualmente exigidos pela legislação. O que se afirma é que, sendo o serviço de limpeza executado pela Municipalidade, o proprietário responde pelo respectivo pagamento, circunstância expressamente contemplada pelo art. 30.

Quanto à alegação de que a questão teria exigido conteúdo não previsto no edital, não se verifica, por si só, fundamento para anulação, especialmente porque a questão versa sobre matéria de legislação municipal indicada no conteúdo programático do certame.
As demais alternativas apresentam afirmações incompatíveis com a legislação. A alternativa A condiciona a obrigação de limpeza à existência de notificação prévia, enquanto a obrigação de conservação decorre diretamente da legislação. A alternativa B estabelece prazo de prescrição de 90 dias sem respaldo legal. A alternativa D restringe indevidamente o conceito de terreno não edificado, ao afirmar que somente existe tal condição quando inexiste qualquer construção.
Dessa forma, não se identifica erro material, ausência de alternativa correta ou incompatibilidade capaz de comprometer a validade da questão. Diante do exposto, os recursos são indeferidos, mantendo-se o gabarito da alternativa C.

QUESTÃO: 19 – MANTIDA alternativa 'C'.

Após análise dos recursos apresentados, mantém-se o gabarito da Questão 19, sendo considerada correta a alternativa C. Os recursos sustentam, em síntese, que a alternativa “Critérios de distribuição territorial da população negra no Estado” encontraria respaldo na Lei Estadual nº 13.694/2011, seja em razão de sua relevância para pesquisas em saúde pública, seja pela existência de outros dispositivos do Estatuto relacionados à população negra e às políticas públicas de saúde. O enunciado solicita expressamente a identificação da linha de pesquisa que “não encontra respaldo expresso” na Lei Estadual nº 13.694/2011, especificamente no âmbito das políticas públicas de incentivo à pesquisa do processo de saúde e doença da população negra. O art. 6º da Lei Estadual nº 13.694/2011 estabelece que serão instituídas políticas públicas de incentivo à pesquisa do processo de saúde e doença da população negra nas instituições de ensino, com ênfase, entre outros aspectos, nas doenças geneticamente determinadas, na contribuição das manifestações negras de promoção à saúde, na medicina popular de matriz africana, na percepção popular do processo saúde/doença e no impacto do racismo sobre as doenças. As alternativas A, B e D correspondem, portanto, a matérias expressamente contempladas pelo dispositivo legal.
Por sua vez, a expressão “critérios de distribuição territorial da população negra no Estado”, constante da alternativa C, não integra as matérias expressamente indicadas no art. 6º. A circunstância de aspectos territoriais ou demográficos poderem ser relevantes para estudos epidemiológicos ou para a formulação de políticas públicas não equivale à existência de previsão legal expressa dessa matéria como linha de pesquisa no dispositivo utilizado como fundamento da questão.
Também não procede a alegação de que a expressão “com ênfase” impediria a identificação da alternativa C. A questão não afirma que o rol legal seja exaustivo quanto a todas as pesquisas que possam ser desenvolvidas, mas solicita, objetivamente, a identificação da matéria que não possui previsão expressa na norma. Quanto aos recursos que indicam outros dispositivos da Lei nº 13.694/2011 como fundamento para as alternativas, observa-se que as referências apresentadas não afastam a distinção estabelecida pelo art. 6º, que é o dispositivo específico relativo às políticas públicas de incentivo à pesquisa do processo de saúde e doença da população negra.
Dessa forma, a alternativa C permanece como a única que não encontra respaldo expresso no dispositivo legal pertinente, enquanto as alternativas A, B e D possuem correspondência expressa com as matérias nele previstas. Diante do exposto, os recursos são INDEFERIDOS, mantendo-se o gabarito da alternativa C.

Referência Bibliográfica:

https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-13694-2011-rio-grande-do-sul-institui-o-estatuto-estadual-da-igualdade-racial-e-da-outras-providencias

Conteúdo Programático:

Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual do Rio do Grande do Sul nº 13.694/2011).

QUESTÃO: 20 – MANTIDA alternativa 'B'.

A alternativa B apresenta corretamente o conceito previsto no art. 23, §2º, da Lei Estadual nº 13.694/2011, ao definir a prática de iguais oportunidades de emprego como o conjunto de medidas sistemáticas destinadas a garantir a diversidade étnica, de sexo e de idade na equipe vinculada ao projeto contratado. Em questões objetivas, não se exige reprodução literal e integral do dispositivo legal, desde que a alternativa preserve o conteúdo jurídico essencial da norma e não introduza afirmação incompatível com ela. No caso, a questão trata especificamente de contrato de produção publicitária e de equipe vinculada ao projeto contratado, circunstância plenamente compatível com a hipótese descrita na alternativa B. A supressão da expressão “ou serviço” não torna a assertiva falsa nem modifica o conceito jurídico central que está sendo aferido. As demais alternativas apresentam restrições ou exigências que não correspondem à definição legal, como a

imposição de percentual fixo de trabalhadores negros, a limitação às cotas previstas na legislação federal ou a contratação exclusiva de artistas negros. Dessa forma, a alternativa B permanece como a única compatível com o conceito estabelecido pela legislação. Diante do exposto, o recurso é indeferido, mantendo-se o gabarito da alternativa B.

Referência Bibliográfica:
https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-13694-2011-rio-grande-do-sul-institui-o-estatuto-estadual-da-igualdade-racial-e-da-outras-providencias
Conteúdo Programático:
Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual do Rio do Grande do Sul nº 13.694/2011).
Comentários Gerais:

QUESTÃO: 21 – MANTIDA alternativa 'D'.
O art. 22 da Lei Estadual nº 13.694/2011 estabelece, como regra, a adoção de prática destinada a conferir oportunidades de emprego a atores, figurantes e técnicos negros nas produções indicadas no dispositivo. O parágrafo único do mesmo artigo estabelece hipótese de não aplicação da exigência quando os filmes e programas abordarem especificidades de grupos étnicos determinados. A alternativa D, ao estabelecer que a regra "poderá ser afastada" quando a obra abordar especificidades de grupos étnicos determinados, contempla, em essência, a exceção prevista na legislação. A expressão utilizada na alternativa deve ser compreendida em seu contexto jurídico, como referência à possibilidade de não incidência da exigência diante da hipótese legalmente estabelecida, e não como atribuição de faculdade discricionária ao produtor para afastar a norma. Também não procede a alegação de que a utilização da expressão "a obra" tornaria a alternativa incorreta, uma vez que o enunciado já delimita o universo das produções abrangidas pela questão, permitindo que a expressão seja compreendida em relação ao objeto nele indicado. As demais alternativas não se mostram compatíveis com o dispositivo legal: a alternativa A afirma aplicação indistinta, desconsiderando a exceção prevista em lei; a alternativa B restringe indevidamente a regra aos atores, embora o dispositivo alcance também figurantes e técnicos; e a alternativa C condiciona a aplicação da norma a produções financiadas exclusivamente pelo Estado, requisito inexistente no art. 22. Dessa forma, o conteúdo da alternativa D corresponde à exceção normativa prevista no art. 22, inexistindo prejuízo à identificação da única alternativa correta. Recursos indeferidos. Mantido o gabarito D.

Referência Bibliográfica:
https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=55774&hTexto=&Hid_IDNorma=55774
Conteúdo Programático:
Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual do Rio do Grande do Sul nº 13.694/2011).

QUESTÃO: 22 – MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
A modificação das estruturas institucionais constitui uma das medidas prioritárias para promover a igualdade de oportunidades.
Alternativa B:
O Estatuto não determina a substituição das políticas universais.
Alternativa C:
O Estatuto não prevê essa medida.
Alternativa D:
Não existe previsão legal de benefício econômico obrigatório dessa natureza.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm
Conteúdo Programático:
Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010).
Comentários Gerais:
O enunciado descreve atuação estatal consistente na revisão de critérios administrativos, na ampliação do acesso a programas públicos e na criação de mecanismos permanentes destinados à redução de barreiras institucionais que contribuem para a desigualdade racial. Tal conduta corresponde diretamente ao meio previsto no art. 4º, inciso III, da Lei Federal nº 12.288/2010, consistente na modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas

decorrentes do preconceito e da discriminação étnica. A existência, no Estatuto da Igualdade Racial, de outros mecanismos relacionados à promoção da inclusão econômica da população negra, inclusive no âmbito de financiamentos públicos, não implica a correção da alternativa D. Esta estabelece a instituição de benefícios econômicos obrigatórios para toda empresa administrada por pessoas negras, conteúdo que não corresponde às disposições invocadas nos recursos. O art. 41, por exemplo, prevê o estímulo à promoção de empresários negros no âmbito de determinadas ações de emprego e renda, enquanto o art. 56, IV, prevê incentivo à criação e à manutenção de microempresas administradas por pessoas autodeclaradas negras, sem estabelecer a obrigação geral e irrestrita descrita na alternativa D. Assim, não há sobreposição que comprometa a objetividade da questão. As demais alternativas apresentam conteúdos que não encontram correspondência com a atuação estatal descrita no enunciado, enquanto a alternativa A reproduz o meio expressamente previsto no art. 4º, III, da Lei nº 12.288/2010. Dessa forma, os recursos são indeferidos, mantendo-se o gabarito A.

QUESTÃO: 24 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:
O Estatuto não restringe a produção de informações sobre raça aos levantamentos censitários. Ao contrário, incentiva a produção de conhecimento voltado à saúde da população negra.

Alternativa B:
O Estatuto assegura o direito à saúde da população negra mediante políticas destinadas à redução das desigualdades étnicas e prevê a produção de conhecimento científico e informações sobre saúde da população negra como instrumento de efetivação dessas políticas.

Alternativa C:
A Lei nº 12.288/2010 não condiciona essa atuação à autorização do Ministério da Saúde.

Alternativa D:
O Estatuto não veda a utilização de informações relacionadas à raça na formulação de políticas públicas; ao contrário, prevê medidas específicas para identificar e reduzir desigualdades raciais na área da saúde.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

Conteúdo Programático:
Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010).

Comentários Gerais:
Quanto à alegação de ausência da Lei Federal nº 12.288/2010 no conteúdo programático, estando o referido diploma abrangido pelo conteúdo de legislação federal previsto no edital, não procede a alegação de cobrança de matéria estranha ao certame. No mérito, a situação apresentada no enunciado encontra respaldo direto no Estatuto da Igualdade Racial. O art. 7º, inciso II, da Lei nº 12.288/2010 estabelece, entre as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra. Por sua vez, o art. 8º, inciso II, prevê a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que se refere à coleta, ao processamento e à análise de dados desagregados por cor, etnia e gênero. Assim, a coleta e a análise de dados desagregados por raça, no contexto apresentado, voltado à identificação de desigualdades e ao aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde, são compatíveis com as disposições expressas do Estatuto. Não procede, igualmente, a alegação de que a alternativa B combinaria indevidamente conceitos distintos. A referência à produção de conhecimento e de informações sobre a saúde da população negra sintetiza previsões normativas complementares constantes dos arts. 7º, II, e 8º, II, não sendo exigível que a alternativa reproduza literalmente a redação de um único dispositivo legal. A circunstância de o enunciado utilizar a expressão “dados estatísticos desagregados por raça” não afasta a pertinência da alternativa B, uma vez que a legislação expressamente contempla a coleta, o processamento e a análise de dados desagregados por cor e etnia no âmbito dos sistemas de informação do SUS. Dessa forma, a alternativa B é a única que se mostra compatível com o caso apresentado, enquanto as demais alternativas atribuem ao Estatuto restrições ou exigências que não encontram respaldo em seu texto. Recursos indeferidos. Mantido o gabarito B.

QUESTÃO: 25 – MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:
Diferentemente do estado de defesa, o estado de sítio exige autorização prévia do Congresso Nacional. Art. 137 da CRFB.

Alternativa B:

Constatada a ineficácia das medidas adotadas durante o estado de defesa, o Presidente poderá solicitar autorização ao Congresso Nacional para decretar o estado de sítio, cabendo ao Parlamento decidir por maioria absoluta. Art. 137, I, e parágrafo único da CRFB.

Alternativa C:

O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional possuem função consultiva, não lhes competindo decretar o estado de sítio. Art. 137 da CRFB.

Alternativa D:

A autorização do Congresso Nacional é exigida tanto na hipótese de comoção grave ou ineficácia do estado de defesa quanto nos casos de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. Art. 137, I, II e parágrafo único da CRFB.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Conteúdo Programático:

Constituição Federal de 1988: e) Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas (Arts. 136 ao 144).

Comentários Gerais:

A situação descrita no enunciado corresponde à hipótese prevista no art. 137, inciso I, da Constituição Federal, que admite o estado de sítio diante da ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa. Nessa hipótese, o Presidente da República, após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, deve solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio. O art. 137 da Constituição Federal estabelece expressamente a necessidade de autorização prévia do Congresso Nacional, cuja deliberação ocorre por maioria absoluta. Assim, a alternativa C apresenta conteúdo juridicamente correto.

Não procede a alegação de que a alternativa deveria reproduzir integralmente todas as etapas do procedimento constitucional. A questão não exige a descrição exaustiva dos atos subsequentes, mas a identificação do requisito constitucional relativo à autorização parlamentar e ao respectivo quórum. A existência de posterior ato presidencial de decretação não torna incorreta a alternativa C. Também não procede a pretensão de alteração do gabarito para a alternativa A. O procedimento constitucional do estado de sítio não admite a decretação imediata pelo Presidente com posterior comunicação ao Congresso Nacional. Essa sistemática é própria do estado de defesa e não pode ser estendida por analogia ao estado de sítio. No estado de sítio, a autorização do Congresso Nacional deve ser prévia, conforme expressamente determinado pelo art. 137 da Constituição Federal. A menção, no enunciado, à insuficiência das medidas adotadas durante o estado de defesa não gera confusão entre os institutos, mas caracteriza justamente uma das hipóteses constitucionais que autorizam o pedido de estado de sítio. Dessa forma, a alternativa C é a única que se mostra compatível com o procedimento constitucional descrito, inexistindo ambiguidade capaz de comprometer a objetividade da questão. Recursos indeferidos. Mantido o gabarito C.

MATÉRIA: MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

CARGO(S): ADVOGADO DO CREAS/SUAS, ANALISTA DE SUPORTE, ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, ARQUITETO, ARQUITETO HOSPITALAR, ARQUIVISTA, ASSISTENTE SOCIAL AS, AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, BIBLIOTECÁRIO I, BIÓLOGO, CIRURGIÃO DENTISTA – ESPECIALISTA BUCO-MAXILO-FACIAL, CONTADOR, EDUCADOR SOCIAL, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE TRÁFEGO, ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO QUÍMICO, MÉDICO CARDIOLOGISTA, MÉDICO CLINICO GERAL, MÉDICO DERMATOLOGISTA, MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA, MÉDICO GINECOLOGISTA, MÉDICO INFECTOLOGISTA, MÉDICO NEUROPEDIATRA, MÉDICO OFTALMOLOGISTA, MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA, MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO PNEUMOLOGISTA, MÉDICO PSIQUIATRA, MÉDICO VETERINÁRIO, ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, PSICÓLOGO PS, TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

QUESTÃO: 26 – MANTIDA alternativa 'B'.

A questão será mantida

(F) 140 é divisor de 5.

5 é divisor de 140 e 140 é múltiplo de 5.

(F) Zero é divisor de 100.
Zero não é divisor.
(V) 7.416 é divisível por 3 e por 4.
(F) Todo número que é divisível por 3 é também divisível por 9.
Por exemplo, o número 6 é divisível por 3, mas não por 9.

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003
Conteúdo Programático:
Múltiplos e divisores.

QUESTÃO: 27 – MANTIDA alternativa 'C'.
A questão será mantida, seu enunciado é claro, dizendo que trata-se de uma equação de 2° grau.
Para que ela tenha raízes iguais o delta deve ser zero.
Delta = b2 – 4ac
0 = 1600 – 100a
a = 16

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003
Conteúdo Programático:
Equações de 1º e 2º graus, Funções: ideia de função, interpretação de gráficos, domínio e imagem, função do 1º grau, função do 2º grau.

QUESTÃO: 28 – MANTIDA alternativa 'A'.
A questão será mantida
X = não Q
Sendo Q = V, logo X = F
Y = se p, então q
sendo p = V e q = F , portanto se verdadeiro, então falso = falso.
Y = F
Para W
~ Q (P→Q)
V e (se verdadeiro então falso) = F
Para Z
~ Q (P→Q)
V e V = v
Logo : X, Y, W e Z= F – F – F – V.

Referência Bibliográfica:
PADILHA, Josimar. Raciocínio lógico-matemático: teoria e aplicação. 3. Ed. Ver. e atual. Brasília: Vestcon, 2013.
LIRA, Alex. Raciocínio Lógico Definitivo para concursos/ Alex Lira e Alexandre Meirelles – 3 ed. ver. E atual – São Paulo: Editora Juspodivm, 2025.
BISPO, Carlos Alberto Ferreira, CASTANHEIRA, Luiz Batista. Introdução à lógica matemática. – São Paulo: Cengage Learning, 2018
BATISTA, Kairton e MENDES, Sérgio. Matemática e raciocínio lógico. Ed. Nova concursos.

Conteúdo Programático:
Construção de tabelas-verdade.

QUESTÃO: 29 – MANTIDA alternativa 'D'.
A questão será mantida
Ab (área da base) = como é uma pirâmide com base quadrada e lado medindo 24 cm, a área da base = 24 x 24 = 576 cm^2
V = ab.h/3 = 576. 30/3 = 5.760 cm3
A questão pede em dm3 = 5,760 dm3

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy , CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino : ensino fundamental : anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo : FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003
Conteúdo Programático:
Noções de geometria espacial: cálculo de áreas e volume de prismas, pirâmides e corpos redondo

QUESTÃO: 30 – MANTIDA alternativa 'C'.
A questão será mantida, ela traz linguagem inerente ao conteúdo de matemática financeira.
J = c.i.t
J = 23.000. 2,5 . 16
J = 9 200
M = C + J
M = 32.2000,00
20% de 32.200 = 6.440,00

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy, CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO/ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

CARGO(S): PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO: 16 – MANTIDA alternativa 'C'.
A Questão 16 exigia a identificação das incumbências dos Municípios previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), considerando sua redação vigente na data de aplicação da prova. As assertivas I e II encontram respaldo direto no art. 11 da LDB. A assertiva I reproduz as competências municipais de exercer ação redistributiva em relação às suas escolas e baixar normas complementares para o respectivo sistema de ensino (art. 11, incisos II e III). A assertiva II corresponde ao disposto no art. 11, inciso V, que estabelece a oferta da educação infantil e, com prioridade, do ensino fundamental, admitindo atuação em outros níveis de ensino desde que plenamente atendidas as necessidades da área de competência municipal e observados os requisitos legais.
A assertiva IV também está correta, pois reproduz a redação vigente do art. 11, inciso VI, da LDB, alterada pela Lei nº 14.862/2024, segundo a qual compete aos Municípios assumir o transporte escolar dos alunos

da rede municipal, permitindo aos respectivos professores, em trechos autorizados, o uso de assentos vagos nos veículos. Assim, não procede a alegação de que essa previsão não integra a Lei nº 9.394/1996, uma vez que se trata de alteração incorporada ao próprio texto da LDB.
A assertiva III, por sua vez, é incorreta. Embora o parágrafo único do art. 11 da LDB estabeleça que os Municípios podem optar por integrar-se ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica, a assertiva acrescenta que, nessa hipótese, os Municípios "deixam de exercer competência normativa complementar sobre as instituições integrantes de seu sistema". Essa consequência não está prevista na LDB. Ao contrário, o art. 11, inciso III, atribui aos Municípios a incumbência de baixar normas complementares para o seu sistema de ensino, inexistindo disposição legal que estabeleça a perda automática dessa competência em decorrência da opção prevista no parágrafo único.
Em questões de legislação, a correção da assertiva deve decorrer do conteúdo efetivamente previsto na norma jurídica. Como a assertiva III reúne uma previsão legal verdadeira com uma consequência normativa não estabelecida pela LDB, ela é incorreta em sua integralidade.
Dessa forma, permanecem corretas apenas as assertivas I, II e IV, razão pela qual fica mantido o gabarito da alternativa C.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm
Conteúdo Programático:
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

QUESTÃO: 17 – ANULADA.
Após análise dos recursos interpostos e revisão técnica da questão, a Banca Examinadora delibera pela ANULAÇÃO da questão.
A situação apresentada exige do professor atuação voltada à proteção dos direitos do estudante diante de conduta potencialmente ofensiva à sua integridade psíquica e moral. Nesse sentido, os arts. 17, 18 e 18-A do Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram a proteção da dignidade da criança e do adolescente e vedam sua submissão a tratamento vexatório, constrangedor, cruel ou degradante.
Embora a alternativa D, indicada no gabarito preliminar, apresente conduta compatível com esses deveres ao prever comunicação imediata à direção, adoção das providências institucionais cabíveis e proteção integral do estudante, verificou-se, após revisão, que a alternativa B também contém providências compatíveis com a atuação esperada do professor diante da situação descrita, especialmente ao prever o acolhimento do estudante e a comunicação do fato à coordenação pedagógica.
Ainda que as alternativas apresentem diferenças quanto aos desdobramentos posteriores da atuação institucional, a formulação do enunciado, ao solicitar a conduta "mais adequada" do professor, não estabeleceu elemento suficientemente delimitador que permitisse afastar, de maneira inequívoca, a interpretação de que as providências iniciais previstas na alternativa B também constituem resposta admissível diante do caso concreto.
Dessa forma, a possibilidade de interpretação concorrente entre as alternativas B e D compromete a existência de resposta única e inequívoca, requisito indispensável às questões objetivas de múltipla escolha.
A anulação decorre, portanto, de problema de formulação e de objetividade do item, e não da incompatibilidade da alternativa D com os deveres de proteção estabelecidos pelo ECA.
Diante do exposto, deferem-se os recursos, com a consequente anulação da questão.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm
Conteúdo Programático:
Estatuto da Criança e do adolescente.

QUESTÃO: 18 – MANTIDA alternativa 'B'.
Após análise dos recursos interpostos, a Banca Examinadora decide pela manutenção da questão e do gabarito preliminar – alternativa B (apenas as afirmativas I e III estão corretas).
A questão foi elaborada com fundamento na Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), devendo as afirmativas ser examinadas conforme a estrutura conceitual e normativa estabelecida por essa legislação. O art. 2º da referida Lei distingue expressamente diretrizes, objetivos, metas e estratégias, atribuindo a cada uma dessas categorias significado próprio. Nesse sentido, as diretrizes correspondem às orientações gerais que fundamentam a formulação dos objetivos, das metas e das estratégias, enquanto os objetivos representam as mudanças esperadas em relação aos problemas identificados, resultantes da implementação das políticas educacionais.

A assertiva I está correta, pois encontra respaldo direto no art. 3º, inciso XIII, da Lei nº 15.388/2026, que estabelece como diretriz do PNE a integração do monitoramento e da avaliação contínuos aos processos de planejamento e de implementação das políticas educacionais. A referência, na afirmativa, à utilização permanente dessas atividades na gestão das políticas públicas educacionais não modifica o conteúdo normativo, mas explicita consequência compatível com a própria natureza contínua do monitoramento e da avaliação determinada pelo dispositivo.
A assertiva II está incorreta. O art. 3º, inciso XIV, não atribui ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em caráter exclusivo, a definição das bases de dados utilizadas para essa finalidade. A inserção dessa exclusividade altera o conteúdo da norma. A própria Lei nº 15.388/2026 contempla a utilização e a articulação de informações provenientes de diferentes fontes e instituições oficiais, razão pela qual a proposição, considerada em sua integralidade, é incorreta.
A assertiva III está correta, uma vez que corresponde expressamente ao conteúdo do art. 4º, incisos X e XI, da Lei nº 15.388/2026. O inciso X estabelece como objetivo geral da educação nacional "consolidar a gestão democrática do ensino público", enquanto o inciso XI prevê a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento das carreiras docentes e dos demais profissionais da educação básica e superior, asseguradas condições adequadas de trabalho. Portanto, não procede a alegação apresentada em alguns recursos de que a assertiva teria atribuído indevidamente a condição de objetivos gerais a conteúdos classificados pela Lei exclusivamente como diretrizes. A classificação empregada na assertiva encontra correspondência direta no art. 4º da legislação que fundamenta a questão.
A assertiva IV está incorreta, não porque a promoção da cultura da paz, a prevenção à violência, a participação e o controle social sejam incompatíveis com o PNE, mas porque a proposição os enquadra, nos termos em que foi redigida, como objetivos gerais da educação nacional. A Lei nº 15.388/2026 estabelece expressamente, em seu art. 3º, inciso VII, a promoção da cultura da paz e da prevenção à violência no ambiente escolar como diretriz do PNE. Da mesma forma, o inciso XV do referido artigo estabelece como diretriz a democratização dos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais com participação e controle social. Esses conteúdos não integram, com essa formulação, o rol dos objetivos gerais previsto no art. 4º. Assim, a existência desses princípios e conteúdos no PNE não autoriza sua reclassificação normativa como objetivos gerais, sobretudo porque a própria Lei estabelece distinção conceitual expressa entre diretrizes e objetivos.
Nesse sentido, o argumento de que a afirmativa IV deveria ser considerada correta porque os conteúdos nela mencionados encontram respaldo geral no PNE não afasta a incorreção identificada. A questão não indaga simplesmente se cultura da paz, prevenção à violência, participação e controle social são contemplados pela legislação educacional, mas exige a análise de sua classificação no âmbito da estrutura normativa estabelecida pela Lei nº 15.388/2026. A correspondência temática com outras disposições, metas ou estratégias do Plano não modifica a classificação expressamente conferida pelo legislador aos dispositivos mencionados.
Ressalta-se, ainda, que parte das fundamentações recursais utiliza como parâmetro a Lei nº 13.005/2014, referente ao Plano Nacional de Educação anterior. Tal fundamentação não altera o gabarito da questão, cuja análise deve observar a Lei nº 15.388/2026, legislação que aprovou o novo Plano Nacional de Educação e que estabelece estrutura própria de diretrizes e objetivos gerais. A utilização de dispositivos ou classificações pertencentes ao plano anterior não pode prevalecer sobre o texto da legislação vigente que fundamenta o conteúdo objeto da questão.
Dessa forma, a análise das proposições resulta inequivocamente na seguinte composição: assertiva I – correta; assertiva II – incorreta; assertiva III – correta; assertiva IV – incorreta. Consequentemente, a alternativa B (apenas as afirmativas I e III estão corretas) é a única que corresponde integralmente ao disposto na Lei nº 15.388/2026.
Não se verifica, portanto, ambiguidade, inexistência de alternativa correta ou erro de enquadramento normativo capaz de justificar a alteração do gabarito ou a anulação da questão.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm
Conteúdo Programático:
Plano Nacional de Educação.

QUESTÃO: 19 – MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
A alternativa A torna-se incorreta ao afirmar que se preserva "a autonomia de cada área para definir formas próprias de desenvolvimento das competências". A autonomia curricular reconhecida pela BNCC relaciona-se às decisões dos sistemas e redes de ensino e das instituições escolares na elaboração e contextualização

de seus currículos e propostas pedagógicas. Tal autonomia não se confunde com a atribuição, a cada área do conhecimento, da faculdade de definir autonomamente formas próprias de desenvolvimento das Competências Gerais. Estas possuem caráter comum e articulado no âmbito da Educação Básica, enquanto as áreas e os componentes possuem competências específicas e habilidades próprias. Assim, a existência de autonomia curricular não torna verdadeira a proposição formulada na alternativa A em sua integralidade.

Alternativa B:

Correta. A BNCC define competência como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Estabelece, ainda, que as dez Competências Gerais se inter-relacionam e se desdobram no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica, articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores.

Alternativa C:

A alternativa C apresenta relação conceitualmente inadequada ao afirmar que o desenvolvimento das Competências Gerais é "definido em função da progressão curricular prevista para cada componente". A BNCC diferencia as Competências Gerais das competências específicas de áreas e componentes e das habilidades organizadas no percurso curricular. As Competências Gerais constituem referências comuns à Educação Básica e articulam-se às aprendizagens desenvolvidas nas diferentes áreas, não sendo seu desenvolvimento definido pela progressão curricular particular de cada componente. A alternativa, portanto, estabelece relação de determinação que não corresponde à organização conceitual adotada pela BNCC.

Alternativa D:

A alternativa D torna-se incorreta ao estabelecer que as competências são "operacionalizadas por meio dos objetivos educacionais estabelecidos para cada etapa e componente curricular". A BNCC não utiliza uma categoria uniforme denominada "objetivos educacionais" como elemento estruturante comum a todas as etapas e componentes da Educação Básica. A organização curricular varia conforme a etapa: na Educação Infantil, são previstos, entre outros elementos, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, campos de experiências e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento; no Ensino Fundamental, a organização contempla áreas do conhecimento, competências específicas, componentes curriculares, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Não é tecnicamente adequado, portanto, generalizar a operacionalização das Competências Gerais mediante "objetivos educacionais" aplicáveis indistintamente a cada etapa e componente curricular.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

Conteúdo Programático:

Base Nacional Comum Curricular.

Comentários Gerais

A Banca indefere os recursos e mantém o gabarito preliminar da Questão 19 – alternativa B.

A questão solicita a identificação da alternativa correta com base na concepção de competência adotada pela BNCC e em seus fundamentos pedagógicos. A BNCC define competência como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Estabelece, ainda, que as dez Competências Gerais se inter-relacionam e se desdobram no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica, articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Desse modo, as Competências Gerais constituem elementos comuns à formação dos estudantes ao longo da Educação Básica e apresentam caráter articulador no conjunto das aprendizagens previstas pelo documento.

Nesse sentido, a alternativa B é a única que preserva, em sua integralidade, essa concepção. Ao afirmar que as Competências Gerais articulam conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, relacionam-se entre si e orientam o tratamento didático nas diferentes etapas da Educação Básica, a alternativa apresenta uma síntese conceitualmente compatível com os fundamentos da BNCC. A expressão empregada na alternativa não pretende constituir transcrição literal do documento, circunstância que tampouco foi exigida pelo enunciado. A utilização de formulação equivalente ou explicativa não configura incorreção quando preservado o conteúdo conceitual que constitui objeto da avaliação.

Também não procede o argumento de que a expressão "orientar o tratamento didático" tornaria a alternativa incorreta pelo fato de a BNCC utilizar, em determinado trecho, a formulação segundo a qual as Competências Gerais "inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático". A ideia de desdobramento das competências no tratamento didático não é incompatível com sua função orientadora na organização das aprendizagens. A própria estrutura da BNCC estabelece as Competências Gerais como referências comuns ao desenvolvimento das aprendizagens essenciais ao longo das etapas da Educação Básica. Do mesmo

modo, a referência à superação dos limites disciplinares traduz o caráter abrangente e articulador dessas competências, que não são estabelecidas como competências particulares de um único componente curricular, distinguindo-se, na estrutura da BNCC, das competências específicas de áreas e componentes e das respectivas habilidades.
Ressalta-se que, em questões objetivas, a correção de uma alternativa deve ser aferida considerando-se a proposição em sua integralidade. A presença de um segmento conceitualmente válido em determinada alternativa não implica sua correção quando outro elemento da mesma proposição estabelece relação incompatível ou inadequada em relação ao conteúdo avaliado.
Diante do exposto, verifica-se que a alternativa B é a única que mantém compatibilidade integral com a concepção de competência e com o caráter articulado das Competências Gerais da BNCC, enquanto as alternativas A, C e D apresentam, respectivamente, relações inadequadas quanto à autonomia das áreas, à determinação das Competências Gerais pela progressão de cada componente e à sua suposta operacionalização uniforme por "objetivos educacionais".
Dessa forma, não se constata ambiguidade, ausência de alternativa correta ou existência de mais de uma resposta integralmente correta que justifique a anulação da questão. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar – alternativa B –, restando indeferidos os recursos interpostos.

QUESTÃO: 20 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito da alternativa A.
O enunciado informa a realização de diagnóstico institucional por meio do qual foram identificadas diferentes necessidades relacionadas à educação digital, entre elas limitações de acesso à internet fora da escola, barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência e diferentes níveis de domínio das tecnologias educacionais pelos docentes. A referência a esse diagnóstico não torna incompatível a previsão, no planejamento institucional, de diagnóstico das condições de conectividade.
A Política Nacional de Educação Digital (PNED), instituída pela Lei nº 14.533/2023, estabelece expressamente, no art. 3º, § 1º, VIII, como estratégia prioritária do eixo Educação Digital Escolar o "diagnóstico e monitoramento das condições de acesso à internet nas redes de ensino federais, estaduais e municipais". Portanto, a consideração das condições de conectividade integra as estratégias previstas legalmente para a implementação da Educação Digital Escolar e pode compor o planejamento institucional juntamente com as demais medidas pertinentes.
Ressalta-se, ainda, que o diagnóstico mencionado no enunciado possui caráter institucional e identifica um conjunto de necessidades da comunidade escolar, enquanto a alternativa A contempla, entre os elementos do planejamento, o diagnóstico especificamente relacionado às condições de conectividade. A expressão "inclua diagnóstico" não determina, por si só, a repetição integral ou o reinício do diagnóstico institucional anteriormente realizado, mas indica a incorporação dessa dimensão ao planejamento das ações relacionadas à educação digital.
Ademais, o comando da questão não solicita a identificação da etapa imediatamente subsequente ao diagnóstico nem estabelece uma sequência cronológica de implementação. Solicita a proposta de atuação mais compatível com as diretrizes da PNED. Sob esse parâmetro, a alternativa A é a única que articula adequadamente diferentes estratégias expressamente contempladas pela legislação, abrangendo conectividade, acessibilidade, tecnologia assistiva, desenvolvimento de competências digitais dos estudantes e formação dos profissionais da educação.
O art. 3º da Lei nº 14.533/2023 prevê, entre as estratégias prioritárias da Educação Digital Escolar, a adoção de critérios de acessibilidade, com atenção especial à inclusão dos estudantes com deficiência; o diagnóstico e monitoramento das condições de acesso à internet; a formação de professores em competências digitais relacionadas à cidadania digital e ao uso de tecnologias; e a utilização das tecnologias digitais na formação continuada dos profissionais da educação. Tais elementos encontram correspondência direta na proposta apresentada pela alternativa A.
As demais alternativas, embora contenham ações que isoladamente podem guardar relação com a educação digital, introduzem limitações que não correspondem à abordagem integrada estabelecida pela PNED. Dessa forma, a eventual percepção de redundância entre o diagnóstico mencionado no enunciado e aquele contemplado no planejamento não gera contradição capaz de alterar o gabarito, tampouco estabelece outra alternativa igualmente correta.
Assim, permanece inequívoca a alternativa A como a proposta mais compatível com as disposições da Política Nacional de Educação Digital, não havendo fundamento técnico para anulação da questão.
Diante do exposto, o recurso é indeferido, mantendo-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm

Conteúdo Programático:
Política Nacional de Educação Digital.

QUESTÃO: 21 – MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
A alternativa A está incorreta no contexto específico do comando porque desloca o núcleo da concepção de currículo para a organização dos conhecimentos escolares, das experiências educativas, dos componentes curriculares, dos objetivos formativos e do projeto pedagógico. Embora esses elementos participem da organização curricular, eles não constituem, por si, a concepção de currículo adotada pelas Diretrizes. A questão não indaga quais elementos se relacionam à organização do currículo, mas qual alternativa expressa a concepção curricular que ultrapassa a organização formal dos conteúdos. A alternativa A, portanto, toma aspectos da organização e do planejamento curricular como caracterização do próprio currículo, deixando de contemplar os elementos sociais, culturais e identitários que integram a concepção apresentada no documento.
Alternativa B:
A alternativa B também está incorreta. Embora reconheça a presença de conhecimentos científicos e culturais, estabelece que a organização curricular estaria centrada nos componentes curriculares formais, sendo as demais ações educativas apresentadas como complementares. Essa relação não corresponde à perspectiva das Diretrizes, segundo a qual o percurso formativo deve ser aberto e contextualizado, não se restringindo às aulas das diversas disciplinas e podendo incorporar diferentes componentes, tempos, espaços e práticas educativas. A concepção adotada pelo documento, portanto, não estabelece a centralidade das práticas formais nos termos apresentados pela alternativa.
Alternativa C:
O enunciado solicita a identificação da alternativa que expressa a concepção de currículo apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, considerando expressamente a perspectiva segundo a qual o currículo ultrapassa a organização formal dos conteúdos escolares. Nesse sentido, a alternativa C é a única que contempla os elementos constitutivos dessa concepção, ao caracterizar o currículo como conjunto de valores e práticas relacionado à produção e à socialização de significados, à construção das identidades dos estudantes, à consideração de seus contextos e à integração de diferentes tempos, espaços e práticas educativas.
Essa formulação encontra fundamento direto nas Diretrizes, que compreendem o currículo como conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados e contribuem para a construção das identidades sociais e culturais dos estudantes. O documento também estabelece que a organização curricular deve considerar as peculiaridades do meio e as características dos educandos, não se restringindo às aulas dos diferentes componentes curriculares, além de admitir a ampliação e a diversificação dos tempos e espaços educativos. Assim, a alternativa C não apresenta concepção genérica ou estranha ao documento normativo, mas sintetiza elementos expressamente contemplados pelas próprias Diretrizes.
Ressalta-se que a distinção entre as alternativas não decorre de mera diferença de grau de completude. A alternativa C responde ao objeto conceitual delimitado pelo enunciado, enquanto A e D descrevem predominantemente dimensões de organização, planejamento e operacionalização curricular, e B introduz uma centralidade das práticas formais que não corresponde à perspectiva apresentada pelas Diretrizes. Portanto, a existência de elementos verdadeiros isoladamente considerados nas alternativas incorretas não as torna respostas corretas à questão, uma vez que sua adequação deve ser aferida em relação ao comando e ao conceito especificamente solicitado.
Alternativa D:
A alternativa D, por sua vez, menciona relações efetivamente existentes no âmbito da organização curricular, como conhecimentos, planejamento docente, matriz curricular e elementos estruturantes do trabalho educativo. Entretanto, tais relações dizem respeito à organização e à operacionalização do currículo, não constituindo a concepção de currículo tomada como objeto da questão. As próprias Diretrizes distinguem conceitualmente currículo e matriz curricular, atribuindo a esta última função operacional relacionada à gestão do currículo e da escola. Dessa forma, o fato de planejamento, matriz curricular e organização pedagógica se relacionarem ao currículo não torna a alternativa D resposta adequada ao comando, pois ela caracteriza o currículo a partir de elementos de sua estruturação e gestão, e não a partir da concepção ampla expressamente adotada pelo documento.

Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf
Conteúdo Programático:

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

QUESTÃO: 22 – ANULADA.

Após análise dos recursos interpostos, a Banca Examinadora decide pela ANULAÇÃO da questão.
Embora a alternativa indicada no gabarito preliminar esteja fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, especialmente quanto à responsabilidade dos educadores na superação do racismo e da discriminação racial, bem como à necessidade de formação e de desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas à valorização da diversidade, verificou-se que outra alternativa (C) também comporta interpretação compatível com as orientações do documento de referência.
As Diretrizes reconhecem a relevância da formação dos professores para a compreensão das questões relacionadas à diversidade étnico-racial e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas, prevendo, ainda, o aprofundamento de estudos destinado a subsidiar a elaboração de unidades de estudos, projetos e programas envolvendo diferentes componentes curriculares.
Nesse sentido, a alternativa C, referente ao incentivo a momentos de estudo coletivo e à contribuição da formação continuada para a qualificação das práticas pedagógicas não apresenta incompatibilidade suficiente com o conteúdo normativo para que possa ser afastada de maneira inequívoca.
Dessa forma, embora o gabarito preliminar possua respaldo nas Diretrizes, constatou-se a possibilidade de interpretação de mais de uma alternativa como adequada ao comando da questão, comprometendo a necessária unicidade da resposta em item objetivo de múltipla escolha.
Diante do exposto, os recursos são deferidos, ficando anulada a questão.

Referência Bibliográfica:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf

Conteúdo Programático:

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

MATÉRIA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CARGO(S): PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO: 26 – MANTIDA alternativa 'A'.

Alternativa A:

A questão apresenta delimitação suficiente ao situar expressamente a aprendizagem significativa no contexto da Educação 5.0, não tendo por objeto a identificação dos requisitos específicos da Teoria da Aprendizagem Significativa de David Ausubel. Desse modo, a análise das alternativas deve considerar a articulação entre aprendizagem significativa e os fundamentos pedagógicos próprios da Educação 5.0, caracterizados pela centralidade do estudante, pela mediação docente, pela contextualização das experiências educativas, pela participação ativa e pela construção do conhecimento.
A alternativa A é a correta porque apresenta, de maneira articulada, elementos diretamente relacionados ao processo de aprendizagem significativa nesse contexto: mobilização dos conhecimentos prévios, experiências contextualizadas, mediação docente e participação efetiva do estudante na construção do conhecimento. A referência às metodologias ativas e à construção colaborativa não pretende estabelecê-las como requisitos universais ou necessários da teoria ausubeliana, mas situar a aprendizagem significativa no paradigma expressamente indicado pelo enunciado, qual seja, a Educação 5.0. Portanto, não procede a interpretação de que a alternativa estaria formulando uma definição estrita da teoria de David Ausubel.

Alternativa B:

A alternativa B está incorreta porque concentra a caracterização na organização de sequências didáticas por competências, no uso contínuo de recursos tecnológicos e na sistematização progressiva dos conteúdos. Embora tais elementos possam integrar determinadas propostas pedagógicas contemporâneas, sua articulação não caracteriza suficientemente a aprendizagem significativa no contexto solicitado, pois não contempla aspectos essenciais presentes na alternativa correta, como a mobilização dos conhecimentos

prévios, a contextualização das experiências e a participação efetiva do estudante na construção do conhecimento.

Alternativa C:

A alternativa C está incorreta, porque descreve predominantemente estratégias de planejamento, acompanhamento e avaliação do processo educativo, sem caracterizar adequadamente o processo de aprendizagem significativa propriamente dito. Em especial, não estabelece a articulação dos novos conhecimentos com os conhecimentos prévios do estudante nem explicita sua participação efetiva na construção do conhecimento, aspectos contemplados pela alternativa A. Assim, distingue-se a existência de práticas que podem favorecer aprendizagens significativas da caracterização do processo de aprendizagem significativa solicitada pela questão.

Alternativa D:

A alternativa D também está incorreta. Resolução de problemas, competências digitais, contextualização curricular e interação escolar são elementos que podem integrar práticas alinhadas à Educação 5.0; entretanto, sua simples combinação não caracteriza suficientemente a aprendizagem significativa. Assim como ocorre na alternativa C, são apresentados componentes e estratégias educacionais pertinentes ao paradigma contemporâneo, mas sem explicitar a articulação entre conhecimentos prévios e novos conhecimentos e a participação efetiva do estudante na construção do conhecimento, presentes na alternativa correta.

Cabe destacar que a presença, nas alternativas incorretas, de elementos pedagogicamente válidos não implica multiplicidade de respostas corretas. Em questões de nível elevado de complexidade, os distratores podem conter conceitos verdadeiros ou práticas educacionais pertinentes, sendo necessário verificar se a relação estabelecida entre esses elementos responde integral e precisamente ao objeto solicitado pelo enunciado. Nesse caso, somente a alternativa A reúne, de forma articulada, os elementos que caracterizam a aprendizagem significativa no contexto da Educação 5.0.

Também não prospera a alegação de ausência de indicação de David Ausubel no enunciado. A questão não solicita a identificação dos fundamentos da teoria ausubeliana, tampouco atribui o conceito a esse autor. Ao contrário, delimita expressamente o campo de análise ao mencionar a aprendizagem significativa “no contexto da Educação 5.0”. Consequentemente, exigir que a alternativa correta reproduza os pressupostos específicos de uma única teoria ou autor significaria atribuir ao comando uma delimitação que nele não consta.

Dessa forma, não se verifica ambiguidade capaz de produzir duas respostas igualmente adequadas, tampouco imprecisão conceitual que inviabilize a resolução objetiva da questão. A alternativa A permanece como a única que atende integralmente ao comando.

Diante do exposto, os recursos são INDEFERIDOS, mantendo-se o gabarito preliminar da Questão 26 na alternativa A.

Referência Bibliográfica:

FEY, R. E. Educação 5.0 e Prática Docente: Caminhos para o Protagonismo Estudantil. Revista Tópicos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 29, p. 1-12, 2026. ISSN: 2965-6672.

Conteúdo Programático:

Os impactos e a importância da educação 3.0, 4.0 e 5.0.

QUESTÃO: 28 – MANTIDA alternativa 'A'.

Após análise dos recursos interpostos, a Banca Examinadora mantém o gabarito preliminar da questão.

A assertiva I está correta, pois a avaliação diagnóstica permite identificar conhecimentos prévios, lacunas conceituais e necessidades de aprendizagem, fornecendo elementos para que o professor organize ou reorganize suas estratégias didáticas em consonância com as condições identificadas.

A assertiva II também está correta. A assertiva não restringe a avaliação diagnóstica ao início do ano letivo, de uma unidade ou do processo de ensino-aprendizagem. Ao empregar expressamente a formulação “embora possa ser reaplicada ao longo do percurso educativo”, reconhece-se que essa modalidade avaliativa pode ocorrer em diferentes momentos. A referência às “condições iniciais de aprendizagem” deve ser compreendida em relação às condições identificadas para orientar o planejamento das intervenções pedagógicas subsequentes, conforme estabelece a própria continuidade da assertiva. Assim, uma nova aplicação pode produzir novo diagnóstico acerca dos conhecimentos, dificuldades e necessidades que constituirão referência para as ações pedagógicas posteriores, sem que isso descaracterize sua função diagnóstica. A recorrência da avaliação diagnóstica, portanto, não implica sua conversão automática em outra modalidade avaliativa. Sua caracterização decorre da finalidade pedagógica com que é empregada: diagnosticar conhecimentos, dificuldades, lacunas e necessidades para subsidiar o planejamento e as

intervenções docentes. Dessa forma, admitir sua realização em diferentes momentos não é incompatível com a preservação de sua função diagnóstica.
Por essa mesma razão, a assertiva III está incorreta. A proposição não se limita a reconhecer possíveis aproximações entre as funções diagnóstica e formativa, mas estabelece que a utilização recorrente da avaliação diagnóstica transformaria sua finalidade em predominantemente formativa e que o acompanhamento contínuo descaracterizaria sua função diagnóstica original. Essa consequência não decorre necessariamente da recorrência da avaliação. Uma avaliação realizada durante o processo pode continuar exercendo função diagnóstica quando destinada a identificar a situação de aprendizagem dos estudantes para orientar intervenções pedagógicas subsequentes.
Cabe destacar, ainda, que o próprio referencial que fundamenta o conteúdo da questão reconhece que a avaliação diagnóstica não deve ser compreendida como momento isolado, mas como prática que pode ocorrer ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Essa característica não elimina sua identidade diagnóstica; ao contrário, possibilita novos diagnósticos destinados à orientação das decisões pedagógicas em diferentes momentos do percurso educativo.
As referências apresentadas nos recursos acerca da dimensão contínua, processual ou reguladora da avaliação não invalidam o gabarito, pois a assertiva II não nega a realização da avaliação diagnóstica ao longo do processo. Da mesma forma, eventual articulação entre funções avaliativas não autoriza concluir que a recorrência, por si mesma, transforme necessariamente a avaliação diagnóstica em predominantemente formativa ou descaracterize sua função.
Portanto, permanecem corretas as assertivas I e II e incorreta a assertiva III, correspondendo à alternativa A, conforme o gabarito preliminar.
Diante do exposto, os recursos são INDEFERIDOS e o gabarito é MANTIDO.

Referência Bibliográfica:
MELO JUNIOR, Madson Fernandes de *et al.* Instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem. *Revista Caderno Pedagógico*, Curitiba, v.21, n.7, p. 01-22. 2024. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/download/5853/3841/15581
Conteúdo Programático:
Avaliação da aprendizagem, instrumentos avaliativos e tipos de avaliação.

QUESTÃO: 30 – MANTIDA alternativa 'C'.
Após análise dos argumentos apresentados, os recursos são INDEFERIDOS, mantendo-se o gabarito preliminar da questão.
A assertiva III deve ser compreendida no âmbito dos pressupostos atribuídos à pedagogia tradicional, e não como uma afirmação geral de que as condições sociais, econômicas e culturais efetivamente não exercem influência sobre os processos de aprendizagem. Trata-se da caracterização de uma determinada concepção pedagógica e da forma pela qual ela explica e organiza o processo educativo.
Conforme o referencial que fundamenta a questão, na pedagogia tradicional, as diferenças de classe social não são consideradas na organização da prática escolar, sendo atribuída ao próprio aluno, mediante seu esforço, a responsabilidade por sua aprendizagem. Nessa perspectiva, o ensino se estrutura pela transmissão do saber constituído, com centralidade da ação docente e valorização da assimilação dos conteúdos pelo educando. A formulação da assertiva III sintetiza esses elementos ao relacionar a transmissão organizada do conhecimento e o esforço individual à desconsideração das diferenças sociais na explicação da apropriação escolar do saber.
Assim, a expressão “as diferenças sociais não interferem significativamente na apropriação escolar do saber” deve ser interpretada como parte da lógica atribuída à pedagogia tradicional, que não incorpora as determinações sociais de classe como elemento estruturante para explicar as diferenças no processo de escolarização. Não se está afirmando, como realidade objetiva ou como posição da Banca Examinadora, que as desigualdades socioeconômicas sejam efetivamente irrelevantes para a aprendizagem. A afirmativa descreve os pressupostos da tendência pedagógica examinada.
A distinção apresentada nos recursos entre “não considerar as diferenças sociais” e reconhecer que essas diferenças podem, concretamente, interferir na aprendizagem não modifica o gabarito. Essa segunda consideração corresponde a uma análise crítica externa à pedagogia tradicional. A questão, contudo, solicita a identificação dos fundamentos teórico-metodológicos das tendências pedagógicas segundo a caracterização apresentada, razão pela qual a afirmativa III deve ser apreciada segundo a lógica interna dessa tendência.
A assertiva I também está correta, pois a pedagogia libertadora compreende o diálogo como elemento fundamental do processo de conhecimento e de conscientização, mediante a problematização da realidade vivenciada pelos sujeitos.

A assertiva II está igualmente correta, uma vez que a pedagogia tecnicista está associada à racionalização do processo educativo, à definição de objetivos, ao planejamento sistemático, à utilização de técnicas e à busca de eficiência e eficácia no ensino.
Por sua vez, a assertiva IV está incorreta, pois atribui à pedagogia renovada características relacionadas à centralidade da transmissão e à fixação dos conteúdos por meio da repetição. A pedagogia renovada desloca a centralidade do processo educativo para o aluno, valorizando sua atividade, seus interesses, suas experiências e seus ritmos de aprendizagem, enquanto o professor atua na organização e coordenação das situações de aprendizagem.
Dessa forma, permanecem corretas as assertivas I, II e III, enquanto a assertiva IV está incorreta, confirmando-se a alternativa C como única resposta compatível com os fundamentos teóricos apresentados. Não se verifica, portanto, imprecisão capaz de comprometer a objetividade da questão ou de produzir mais de uma resposta correta.
Diante do exposto, os recursos são INDEFERIDOS, mantendo-se o gabarito preliminar: alternativa C.

Referência Bibliográfica:
LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.
Conteúdo Programático:
Teorias da aprendizagem e tendências pedagógicas

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
A alternativa apresenta uma compreensão limitada da competência docente ao associá-la principalmente à aquisição de conhecimentos teóricos e à experiência acumulada. Conforme Tardif, Lessard e Lahaye, a competência não corresponde a um estado fixo ou a um conjunto de técnicas aplicadas mecanicamente, mas envolve a capacidade de mobilizar diferentes recursos diante de situações complexas. A prática docente exige análise, adaptação, reflexão e integração de múltiplos saberes profissionais.
Alternativa B:
Embora o domínio dos conteúdos seja importante para a atuação docente, o texto evidencia que a competência profissional ultrapassa o conhecimento específico da disciplina. A prática educativa envolve também aspectos cognitivos, afetivos, relacionais e avaliativos, que participam diretamente da mediação da aprendizagem. Portanto, considerar esses elementos como complementares e secundários reduz a complexidade do trabalho docente apresentada pelos autores.
Alternativa C:
A alternativa expressa a concepção de competência defendida por Tardif, Lessard e Lahaye, segundo a qual ela não representa um estado adquirido definitivamente, mas um processo permanente de mobilização de recursos diversos. O professor competente articula conhecimentos, raciocínio, memória, avaliações, relações interpessoais e esquemas de ação para enfrentar situações pedagógicas concretas. Essa perspectiva valoriza a capacidade reflexiva e adaptativa do docente diante dos desafios da prática escolar.
Alternativa D:
A alternativa contradiz a ideia de desenvolvimento profissional contínuo apresentada no texto, pois pressupõe que práticas estáveis seriam suficientes para garantir uma atuação competente. Entretanto, a docência exige constante reflexão sobre a ação, reconstrução dos saberes e adaptação às necessidades dos estudantes e às transformações sociais. A competência profissional não elimina a necessidade de revisão das práticas, mas depende justamente dessa capacidade de mudança.
Recursos indeferidos, gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:
VICENTIM, Maria de Nazaré Sales. O papel do professor no processo ensino-aprendizagem do aluno: uma revisão de literatura. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, v. 1, n. 193, p. 1-14, 2020. DOI: 10.35265/2236-6717-193-08685. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/44-nazare-publicacao-1artigo_1.pdf.
Conteúdo Programático:
Processo ensino-aprendizagem.

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

A alternativa A está incorreta, pois estabelece uma organização na qual o professor delimita previamente os procedimentos e as fontes de pesquisa que orientarão o desenvolvimento do trabalho. Essa configuração restringe a participação dos estudantes nas decisões relativas ao percurso do projeto. Na ABP, os estudantes são convidados a pensar, planejar e executar tarefas, bem como a tomar decisões durante o desenvolvimento do projeto, enquanto o professor exerce a função de mediação e orientação do processo.

Alternativa B:

A alternativa B está correta, pois articula de maneira coerente os elementos característicos da Aprendizagem Baseada em Projetos e atende integralmente à situação proposta no enunciado. A questão significativa relacionada à realidade dos estudantes constitui o ponto de partida para um percurso no qual eles planejam ações, pesquisam informações, desenvolvem soluções de maneira colaborativa e participam da avaliação contínua do processo, sob mediação docente. Essa organização contempla investigação, tomada de decisões, resolução de problemas, colaboração e autogestão, além de considerar a avaliação ao longo do desenvolvimento do projeto como instrumento para aprimoramento do processo e dos resultados.

Alternativa C:

A alternativa C está incorreta, pois apresenta uma proposta que estabelece uma separação entre a construção conceitual individual e a posterior elaboração coletiva das propostas de intervenção. Ressalta-se que momentos individuais de pesquisa, reflexão e construção do conhecimento podem integrar a Aprendizagem Baseada em Projetos, razão pela qual a incorreção da alternativa não decorre da mera presença de atividade individual. Na situação apresentada, entretanto, a ABP pressupõe uma organização em que investigação, construção de conhecimentos, tomada de decisões, colaboração e resolução do problema sejam articuladas ao longo do desenvolvimento do projeto. Assim, a prioridade atribuída à construção conceitual individual antes da elaboração coletiva não representa, entre as alternativas apresentadas, a organização pedagógica mais adequada à situação descrita no enunciado, diferentemente da alternativa B, que integra esses elementos ao percurso e contempla o planejamento das ações, o desenvolvimento colaborativo de soluções e a avaliação contínua do processo.

Alternativa D:

A alternativa D está incorreta, pois atribui ao professor a responsabilidade pela definição das soluções consideradas mais adequadas ao problema investigado. Tal organização reduz a participação dos estudantes na análise das informações, na tomada de decisões e na construção das respostas ao problema. Na ABP, cabe ao professor mediar e orientar o processo, enquanto os estudantes assumem participação ativa na investigação, no planejamento, na construção e na avaliação das soluções desenvolvidas.

Referência Bibliográfica:

MENDES, I.; FINOTI, A. C.; COSTA, T. S.; OLIVEIRA, E. A. de; CUIM, A. da S.; FARIA, M. C. C. Metodologias ativas: a importância da inserção de novas práticas pedagógicas no processo de ensino aprendizagem nos anos iniciais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 1, p. 270-291, 2023.

Conteúdo Programático:

Metodologias Ativas.

Comentários Gerais:

Após análise dos recursos interpostos, mantém-se o gabarito da questão, correspondente à alternativa B. O comando da questão solicita a identificação da organização pedagógica mais adequada à situação apresentada, na qual o professor pretende desenvolver uma proposta fundamentada na Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), envolvendo a investigação de uma situação concreta da comunidade, a formulação de questionamentos, a busca de informações, a construção de possibilidades de intervenção e a apresentação de um produto final articulando diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, as alternativas devem ser analisadas em sua integralidade e em relação à situação descrita, não sendo suficiente que apresentem, isoladamente, procedimentos que também possam ser empregados no desenvolvimento de metodologias ativas. A presença, em determinada alternativa, de procedimentos que possam ser utilizados no âmbito da Aprendizagem Baseada em Projetos não implica, por si só, que ela constitua resposta correta. A questão solicita a identificação da organização pedagógica mais adequada à situação apresentada, exigindo a análise conjunta dos elementos que estruturam cada proposta. A alternativa B é a que articula, de forma integrada, a contextualização do problema, o planejamento e a tomada de decisões pelos estudantes, a investigação, a colaboração, a construção de soluções, a avaliação contínua e a mediação docente, atendendo de maneira integral ao comando da questão. Diante do exposto, os recursos são indeferidos, mantendo-se o gabarito preliminar – alternativa B.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A:

A alternativa A está incorreta porque sua formulação desloca a organização das decisões institucionais para os responsáveis pela condução pedagógica da escola. A gestão democrática pressupõe participação efetiva e construção coletiva dos processos decisórios, não se confundindo com uma dinâmica em que os diferentes segmentos participam das ações enquanto a organização das decisões permanece concentrada em determinado grupo. A existência de funções de coordenação ou condução pedagógica não elimina o caráter coletivo da definição, acompanhamento e avaliação das decisões que estruturam o PPP.

Alternativa B:

A alternativa B está incorreta porque não expressa adequadamente o objeto conceitual delimitado pelo enunciado. A questão não solicita a identificação de fatores associados à qualidade educacional considerada isoladamente, mas a relação entre os princípios orientadores do PPP e a organização democrática do trabalho escolar segundo Veiga (2008). Assim, a presença de elementos educacionalmente pertinentes na proposição não é suficiente para que ela responda ao recorte teórico solicitado.

Alternativa C:

A alternativa C está incorreta. Sua formulação particulariza a autonomia como capacidade institucional de organização das práticas pedagógicas e administrativas em articulação com características locais, políticas e diretrizes educacionais. O reconhecimento da autonomia como elemento relacionado ao PPP não equivale, contudo, à caracterização da articulação dos princípios que fundamentam a organização democrática do trabalho escolar, que constitui o objeto estabelecido pelo enunciado. Portanto, não se trata de considerar a autonomia incompatível com o PPP, mas de reconhecer que a alternativa C aborda especificamente uma de suas dimensões e não estabelece a relação conceitual solicitada entre o conjunto de princípios do PPP e a organização democrática.

Alternativa D:

A alternativa D está correta porque apresenta, de forma articulada, os princípios da igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade/autonomia e valorização do magistério, relacionando-os à participação coletiva e ao compromisso social da escola. Esses princípios não constituem elementos isolados, mas fundamentos que orientam a construção do Projeto Político-Pedagógico e a própria organização democrática do trabalho escolar. A alternativa, portanto, corresponde diretamente ao referencial de Veiga (2008) indicado no enunciado e ao objeto conceitual solicitado.

Referência Bibliográfica:

GUIMARÃES, Ronaldo dos Santos; SOUZA, Antônio Adônnis Sátiro de. O projeto político pedagógico da escola, a sua organização, aplicabilidade e responsabilidades. *Contemporânea – Revista de Ética e Filosofia Política*, v. 2, n. 3, mai./jun. 2022.

Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/download/202/126/394

Conteúdo Programático:

Projeto Político Pedagógico, currículo, plano de aula e processo educativo.

Comentários Gerais:

Após análise dos recursos interpostos, mantém-se o gabarito da Questão 34 – alternativa D, não havendo fundamento para sua anulação.

O enunciado deve ser considerado em sua integralidade. Ao mencionar expressamente que Veiga (2008) destaca princípios que orientam a construção e a função social do Projeto Político-Pedagógico (PPP), a questão estabelece como objeto de análise os princípios que fundamentam o PPP e sua relação com a organização democrática do trabalho escolar. Nessa perspectiva, a alternativa D é a que corresponde ao recorte conceitual proposto, ao articular gestão democrática, igualdade, qualidade, liberdade/autonomia e valorização do magistério, princípios que fundamentam a construção do Projeto Político-Pedagógico na perspectiva da autora. Ressalta-se que a correção de uma questão objetiva não decorre da escolha da alternativa simplesmente “mais completa” ou “mais abrangente”. A identificação da resposta exige a análise conjunta do enunciado e das alternativas, observando-se o recorte teórico e conceitual estabelecido pelo comando. Uma proposição pode conter elementos teoricamente pertinentes ao tema geral e, ainda assim, não constituir resposta adequada àquilo que especificamente se solicita. Desse modo, a alternativa C não configura segundo gabarito pelo fato de apresentar elementos relacionados à autonomia escolar, assim como a alternativa B não se torna correta por apresentar aspectos relacionados à qualidade educacional. A alternativa D diferencia-se por corresponder ao conjunto de princípios expressamente tomado como referência pelo enunciado e por estabelecer sua articulação com a organização democrática do trabalho escolar. Diante do exposto, os recursos são indeferidos, mantendo-se a alternativa D como gabarito da Questão 34.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'B'.

Os recursos são indeferidos, mantendo-se o gabarito da questão na alternativa B (Corretas apenas I, II e IV). A questão solicita expressamente a análise dos pressupostos de Feuerstein acerca da Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM) e de suas aproximações com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky. Dessa forma, sua resolução não pressupõe a identificação isolada dos conceitos de cada autor, mas a compreensão das relações teóricas estabelecidas entre mediação, desenvolvimento cognitivo, aprendizagem e formação de conceitos.

A assertiva I está correta, pois caracteriza a EAM como uma interação intencional na qual um mediador se interpõe entre o sujeito e os estímulos, selecionando-os e organizando-os de modo a favorecer formas mais elaboradas de percepção, significação e organização cognitiva. A mediação não tem como objetivo manter permanentemente a dependência do sujeito em relação ao mediador, mas contribuir para sua progressiva autonomia e para sua capacidade de beneficiar-se posteriormente dos estímulos e das situações de aprendizagem.

A assertiva II também está correta, pois corresponde à distinção estabelecida por Feuerstein entre fatores proximais e distais. Condições orgânicas, hereditárias, emocionais e socioeconômicas constituem fatores distais que podem exercer influência sobre o desenvolvimento, mas não possuem caráter absolutamente determinante. A qualidade das experiências de aprendizagem mediada constitui fator proximal relevante, podendo favorecer modificações cognitivas e ampliar as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do sujeito.

A assertiva III está incorreta, porque apresenta uma compreensão inadequada do conceito de privação cultural. Na perspectiva de Feuerstein, privação cultural não significa que determinadas culturas ou grupos sociais sejam, em si mesmos, cognitivamente menos favorecedores que outros. O conceito está relacionado à ausência ou insuficiência da transmissão e mediação da própria cultura às novas gerações. Portanto, não se atribui a dificuldade cognitiva à suposta inferioridade ou insuficiência de determinada cultura, mas à ausência de experiências mediadas que possibilitem ao indivíduo apropriar-se dos conhecimentos, valores, crenças e instrumentos produzidos culturalmente.

A assertiva IV está correta no contexto teórico expressamente delimitado pelo enunciado. Embora a formulação de conceitos científicos esteja associada à teoria de Vygotsky, a questão não atribui esse conceito isoladamente a Feuerstein. Ao contrário, solicita a consideração das aproximações entre Feuerstein e a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky. Nessa articulação, a instrução escolar, mediante explicações, questionamentos, correções, orientações e intervenções do professor, constitui processo mediado capaz de favorecer a apropriação dos conceitos científicos. Assim, a referência aos conceitos científicos na assertiva não representa fusão indevida das teorias, mas justamente a aproximação entre elas proposta no conteúdo que fundamenta a questão.

A assertiva V está incorreta, pois reduz a Experiência de Aprendizagem Mediada à transmissão de informações culturais e atribui caráter indireto e secundário à reorganização cognitiva. Tal proposição contraria um fundamento central da abordagem de Feuerstein: a modificabilidade cognitiva. A mediação não se limita à transferência de informações ou conteúdos, mas busca produzir transformações nas formas pelas quais o sujeito seleciona, organiza, interpreta e utiliza os estímulos, favorecendo o desenvolvimento das funções cognitivas, a capacidade de aprender a aprender e a progressiva autonomia diante de novas situações.

Nesse sentido, não procede a alegação de que a alternativa D poderia ser considerada correta. Essa alternativa contempla as assertiva III, IV e V e, embora a afirmativa IV seja correta, as afirmativas III e V apresentam incompatibilidades conceituais com os pressupostos considerados na questão. Ressalta-se, inclusive, que a defesa da modificabilidade cognitiva e do caráter transformador da mediação, apresentada nos próprios recursos, não valida a afirmativa V; ao contrário, evidencia sua incorreção, uma vez que essa afirmativa qualifica a reorganização das estruturas cognitivas como consequência “indireta e secundária” da EAM. Dessa forma, as afirmativas I, II e IV são corretas, enquanto as afirmativas III e V são incorretas, havendo uma única alternativa que contempla precisamente essa combinação. Mantém-se, portanto, o gabarito na alternativa B, ficando indeferidos os recursos.

Referência Bibliográfica:

CENCI, Adriane; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Mediação e conceitos cotidianos: os aportes de Feuerstein e Vygotsky para investigar as dificuldades de aprendizagem. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 250-270, ago. 2013.

Disponível em:
https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2013v19n2p250/5755

Conteúdo Programático:

Mediação da aprendizagem.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): ADVOGADO DO CREAS/SUAS

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:
A alternativa A está incorreta, pois a simples presença processual de pessoa em condição de vulnerabilidade não justifica a intervenção do Ministério Público. Como exemplo, pode-se constatar que não há intervenção do Ministério Público em demandas que envolvam interesses de consumidores em geral.

Alternativa B:
A alternativa B está correta, pois o entendimento predominante na doutrina jurídica é no sentido de que a presença de interesse público primário, ou seja, da coletividade, justifica a presença do Ministério Público na demanda judicial. O interesse público é classificado em primário e secundário. Nesse sentido, o interesse público primário corresponde ao interesse da coletividade, ensejando a atuação do Ministério Público.

Alternativa C:
A alternativa C está incorreta. O interesse público secundário é o interesse de entes públicos, que possuem procuradoria própria, e não justifica, por si só, a intervenção do Ministério Público na demanda.

Alternativa D:
A alternativa D está incorreta. O CPC não inclui a Fazenda Pública entre as hipóteses de intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.

Referência Bibliográfica:
Código de Processo Civil.

Conteúdo Programático:
Direito Processual Civil: Ministério Público.

CARGO(S): ANALISTA DE SUPORTE

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'C'.

A banca reexaminou a questão e mantém o entendimento de que a alternativa C é correta, pelos seguintes motivos. No TLS 1.2, era comum o uso de cifras de bloco no modo CBC, do algoritmo de fluxo RC4 e de funções de hash como SHA-1 em diversas etapas do protocolo. O TLS 1.3, por sua vez, removeu do conjunto de cifras negociáveis no handshake todos os modos CBC, o RC4 e as construções baseadas em SHA-1 para o handshake e para o material de derivação de chaves, restando apenas cifras AEAD (como AES-GCM e ChaCha20-Poly1305) e funções de hash da família SHA-2. A menção ao SHA-1 na RFC 8446 refere-se estritamente à possibilidade de, em cenários excepcionais de compatibilidade, ainda ser utilizada uma cadeia de certificados assinada com SHA-1. Isso não significa que o TLS 1.3 negocie SHA-1 como parte de suas cifras ou de seu handshake, mas apenas que, em situações muito específicas, um certificado legado possa ser tolerado na cadeia de confiança. Portanto, afirmar que o protocolo “eliminou algoritmos obsoletos como RC4, SHA-1 e cifras CBC” está correto no contexto das cifras e dos mecanismos criptográficos do protocolo, que é o escopo da questão. Quanto ao forward secrecy, o TLS 1.3 de fato introduziu modos baseados em PSK (Pre-Shared Key), nos quais, tecnicamente, a propriedade de forward secrecy pode não ser garantida, especialmente no modo PSK-only. No entanto, a alternativa C não afirma que “todo tráfego TLS 1.3 possui forward secrecy”, mas descreve a mudança de segurança em relação ao TLS 1.2: a obrigatoriedade de utilizar troca de chaves efêmera (DHE ou ECDHE) como mecanismo padrão do protocolo, eliminando as trocas de chaves estáticas (como RSA estático) que eram comuns no TLS 1.2 e não ofereciam forward secrecy. Nesse sentido, a redação “tornando o forward secrecy obrigatório por meio de troca de chaves efêmera (ECDHE)” expressa corretamente a intenção de desenho do protocolo e a alteração de segurança em relação à versão anterior. A alternativa A está incorreta porque inverte as características: no TLS 1.3, o forward secrecy é obrigatório no modo padrão, ao passo que no TLS 1.2 era opcional. A alternativa B está incorreta porque o TLS 1.3 removeu o suporte à troca de chaves via RSA estático. A alternativa D está incorreta porque o TLS 1.3 reduziu o handshake de dois round-trips para um (1-RTT), e não o aumentou. Diante disso, a alternativa C é a que melhor descreve, de forma correta e comparativa, as alterações de

segurança introduzidas pelo TLS 1.3 em relação ao TLS 1.2. Mantém-se o gabarito preliminar na alternativa C

Referência Bibliográfica:
RESKORLA, Eric et al. RFC 8446: The Transport Layer Security (TLS) Protocol Version 1.3. IETF, 2018. Disponível em: https://datatracker.ietf.org/doc/html/rfc8446.
STALLINGS, William. Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.
Conteúdo Programático:
Segurança

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'A'.
Gabarito preliminar: A — Apenas I e II.
Decisão: recurso indeferido. Gabarito mantido. A banca reexaminou a questão e mantém o entendimento de que não há fundamento para anulação, pelos seguintes motivos. A assertiva I está correta. O SNMP (Simple Network Management Protocol) é amplamente utilizado para consultar métricas de interfaces de rede, como estado operacional, contadores de bytes transmitidos e recebidos, erros, descartes e outras informações de gerenciamento disponíveis nas MIBs dos dispositivos. A assertiva II também está correta. O Syslog é um protocolo padrão para encaminhamento de mensagens de eventos e logs gerados por dispositivos de rede, sistemas operacionais e aplicações para um servidor central de logs, viabilizando a coleta, o armazenamento e a análise centralizada de eventos. A assertiva III está incorreta. O NetFlow (e protocolos correlatos, como IPFIX) tem como objetivo principal fornecer informações sobre fluxos de tráfego de rede (origem, destino, portas, protocolo, volume de bytes/pacotes, entre outros), permitindo análise de tráfego, detecção de anomalias e planejamento de capacidade. Não se trata de um mecanismo de coleta e armazenamento de mensagens textuais de falhas, função típica do Syslog. Quanto à alegação de que Syslog e NetFlow não estariam expressamente previstos no edital, observa-se que a questão está inserida no contexto de “tecnologias de monitoramento de redes corporativas”, tema correlato ao gerenciamento de redes e ao conteúdo de protocolos de gerenciamento. O SNMP está expressamente previsto, e as demais assertivas abordam tecnologias complementares de monitoramento e coleta de informações de rede, comuns em ambientes corporativos e frequentemente tratadas em conjunto com SNMP em bibliografia básica de redes e gerenciamento. Não há, portanto, extrapolação indevida do programa nem ambiguidade que justifique anulação. Assim, apenas as assertivas I e II estão corretas. Mantém-se o gabarito preliminar na alternativa A.

Referência Bibliográfica:
STALLINGS, William. Redes e sistemas de comunicação de dados. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2017.
Conteúdo Programático:
Redes de computadores.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'A'.
Decisão: recursos indeferidos. Gabarito mantido. A banca reexaminou a questão e mantém o entendimento de que a alternativa A é correta, pelos motivos a seguir. Quanto ao conteúdo programático, o edital prevê, para o cargo de Analista de Suporte, “Sistema Operacional RISC/UNIX, AIX e Tecnologia M”. O bit SUID (Set User ID) é um conceito fundamental de permissões em sistemas UNIX/POSIX, do qual o Linux é uma implementação amplamente difundida. O comando passwd e o mecanismo de elevação temporária de privilégios por meio do SUID são exemplos clássicos de administração de sistemas UNIX-like, estando plenamente inseridos no escopo de “Sistema Operacional RISC/UNIX”. O fato de o enunciado mencionar Linux não caracteriza extrapolação, mas apenas contextualiza um ambiente específico dentro da família UNIX, cujos conceitos de permissões, proprietário e bits especiais são comuns a AIX, BSD, Solaris e outros derivados. No que se refere à relação entre as asserções, a I descreve uma situação factual: o utilitário passwd possui o bit SUID atribuído e é propriedade de root. A II explica o funcionamento do bit SUID: o processo é executado com os privilégios efetivos do proprietário do arquivo, permitindo que um usuário comum altere sua própria senha, mesmo que o arquivo de senhas (/etc/shadow) seja protegido contra escrita direta por usuários não privilegiados. A relação “PORQUE” expressa que a razão pela qual o passwd possui o bit SUID é exatamente a necessidade de permitir essa operação com privilégios elevados. Em outras palavras, a II justifica a existência da configuração descrita em I, e não o ato humano de constatá-la. A questão não afirma que o funcionamento do SUID causou a constatação do administrador, mas que a configuração existe porque o SUID permite esse comportamento. Quanto à alegação de imprecisão técnica, a asserção II não afirma que o usuário comum altera diretamente o arquivo protegido, mas que o bit SUID

permite que o processo seja executado com os privilégios do proprietário, “permitindo que um usuário comum altere sua própria senha armazenada em arquivo protegido”. Essa redação está tecnicamente correta: o usuário invoca o comando, mas é o processo executado com privilégios de root que realiza a alteração no arquivo protegido, em nome do usuário. Não há, portanto, erro conceitual que comprometa a objetividade da questão. Assim, ambas as asserções são verdadeiras, e a II apresenta adequadamente a justificativa para a configuração descrita em I. Mantém-se o gabarito preliminar na alternativa A.

Referência Bibliográfica:
TANENBAUM, Andrew S. Sistemas operacionais: projeto e implementação. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
STALLINGS, William. Segurança de computadores: princípios e práticas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
Conteúdo Programático:
Segurança de informação.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'D'.
Decisão: recurso indeferido. Gabarito mantido. A banca reexaminou a questão e mantém o entendimento de que não há fundamento para anulação, pelos seguintes motivos. A questão aborda a função primária do AD DS em uma rede corporativa, conceito fundamental de serviços de diretório, autenticação centralizada e gerenciamento de identidades. Esses temas são transversais a diferentes plataformas e estão diretamente relacionados às atribuições típicas de um analista de suporte em ambiente corporativo, independentemente do sistema operacional específico. O edital, ao estabelecer conhecimentos de infraestrutura e suporte, contempla implicitamente noções de serviços de diretório e gerenciamento de identidades, ainda que não cite expressamente “Windows Server” ou “Active Directory”. Além disso, a distinção entre as alternativas permite ao candidato identificar a função correta do AD DS mesmo sem conhecimento profundo de implementação específica da Microsoft. As alternativas A, B e C descrevem funções claramente associadas a outros serviços (serviço de arquivos, autoridade certificadora e DHCP, respectivamente), enquanto a alternativa D descreve de forma precisa e genérica a função de um serviço de diretório: centralizar autenticação, autorização e gestão de identidades e políticas. Não há, portanto, extrapolação indevida do programa nem ambiguidade que justifique anulação. A questão avalia compreensão conceitual de serviços de diretório e gerenciamento de identidades, conteúdos esperados para o cargo de Analista de Suporte em ambiente corporativo. Assim, a alternativa D é a que corretamente descreve a função primária do AD DS. Mantém-se o gabarito preliminar na alternativa D.

Referência Bibliográfica:
MICROSOFT. Active Directory Domain Services overview. [S. l.], 2023. Disponível em: https://learn.microsoft.com/en-us/windows-server/identity/ad-ds/get-started/virtual-dc/active-directory-domain-services-overview.
TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
Conteúdo Programático:
Redes de computadores

CARGO(S): ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A:
O comando ps -ef é um comando tradicional de sistemas UNIX/Linux para listar processos. A sintaxe process -ef não existe nativamente no Windows.
Alternativa B:
ThreadList não é um cmdlet nativo do PowerShell nem um comando padrão do ecossistema Windows para listagem de processos.
Alternativa C:
Embora tasklist funcione no terminal do Windows e liste processos, ele é um utilitário executável de linha de comando clássico do CMD, e não um cmdlet nativo do PowerShell.
Alternativa D:

Get-Process é o cmdlet nativo do PowerShell padrão para recuperar e exibir uma lista de todos os processos ativos no sistema operacional Windows. Ele segue a convenção de nomenclatura padrão do PowerShell baseada na estrutura Verbo-Substantivo.

Referência Bibliográfica:
MICROSOFT. Get-Process. Disponível em: https://learn.microsoft.com/pt-br/powershell/module/microsoft.powershell.management/get-process?view=powershell-7.6. Acesso em agosto de 2026.

Conteúdo Programático:
Sistemas operacionais Windows (Home e Pro) 10 (ou versões superiores), Windows 2012 Server (ou versões superiores), Linux Ubuntu 18 (ou versões superiores): funcionalidades, operação, uso, configuração, interconexão em rede, softwares e aplicativos, arquivos de log, configuração e monitoramento de rede, gerenciamento de discos, sistemas de arquivos, configuração de hardware e software, gerenciamento de usuários e controles de acesso. Comandos e scripts shell: sh, bash e PowerShell.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'D'.
Assertiva I (correta). A herança define o mecanismo de reutilização de código e criação de hierarquias entre classes. A subclasse herda as características (atributos) e os comportamentos (métodos) da superclasse, podendo reaproveitá-los ou sobrescrevê-los. Assertiva II (correta). O polimorfismo permite que objetos de classes diferentes respondam à mesma chamada de método (interface/assinatura comum), executando comportamentos específicos de acordo com a implementação de cada classe derivada. Assertiva III (correta). O encapsulamento trata de agrupar dados (atributos) e os comportamentos que operam sobre esses dados (métodos) em uma única unidade (a classe), restringindo o acesso direto aos estados internos do objeto via modificadores de acesso.

Referência Bibliográfica:
CARVALHO, Tiago Leite e. Orientação a Objetos: Aprenda seus conceitos e suas aplicabilidades de forma efetiva. São Paulo: Casa do Código, 2016.

Conteúdo Programático:
Noções de linguagens de programação orientadas a objetos: objetos, classes, herança, polimorfismo, sobrecarga de métodos.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:
A Sprint Review tem como foco inspecionar o resultado da Sprint (o incremento do produto) com as partes interessadas (stakeholders) para adaptar o Product Backlog, e não avaliar os processos internos da equipe.

Alternativa B:
A Sprint Planning é o evento inicial da Sprint onde se define o que será feito e como o trabalho será realizado.

Alternativa C:
A Sprint Retrospective é o evento dedicado a inspecionar a própria equipe Scrum – incluindo processos, pessoas, relacionamentos, ferramentas e a definição de "Pronto" – durante a última Sprint. Seu objetivo principal é planejar formas de aumentar a qualidade e a eficácia, identificando as melhorias mais úteis a serem implementadas no ciclo seguinte.

Alternativa D:
A Sprint Backlog não é um evento, mas sim um artefato que contém o objetivo da Sprint, os itens selecionados do Product Backlog e o plano para entregá-los.

Referência Bibliográfica:
SCRUM ORG. The 2020 Scrum Guide. Disponível em https://scrumguides.org/scrum-guide.html. Acesso em junho de 2026.

Conteúdo Programático:
Metodologias ágeis: SCRUM, XP, FDD, MDA (Model Driven Architecture) e MDD (Model Driven Development).

CARGO(S): ARQUITETO

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'B'.
A Figura 3 da NBR 15777:2009 (item 4.3) identifica a representação apresentada como cerca viva. Os requisitos relativos à cor, às dimensões e aos espaçamentos integram a padronização gráfica das convenções, não alterando a identificação do símbolo apresentado na questão. A indicação “sem escala” informa que a figura reproduzida não se destina à aferição dimensional. Assim, os elementos apresentados são suficientes para a identificação solicitada. Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:
NBR 15777:2009
Convenções topográficas para cartas e plantas cadastrais – Escalas 1:10.000, 1:5.000, 1:2.000 e 1:1.000 – Procedimento
Conteúdo Programático:
Topografia.

CARGO(S): ARQUITETO HOSPITALAR

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'A'.
Conforme mencionado na RDC 50/2002, p. 74, uma CME simplificada só pode existir como apoio técnico a procedimentos cirúrgicos, ou seja, que não exijam ambiente cirúrgico para sua realização, o que está de acordo com a alternativa A. Em relação à alternativa C, é incorreta, pois a RDC prevê “Sala de lavagem e descontaminação” e “Sala de esterilização/Estocagem de material esterilizado” como ambientes distintos.

Referência Bibliográfica:
RDC 50/2002 – ANVISA.
Conteúdo Programático:
Arquitetura Hospitalar e Vigilância Sanitária: RDC ANVISA nº 50/2002 e atualizações.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'B'.
Recursos indeferidos. A assertiva I está incorreta, porque a RDC 50/2002 dispõe que “Circulações das unidades de emergência e urgência, centro cirúrgico e obstétrico, devem sempre possuir largura mínima de 2,00 m”, e não 2,50, como descrito na assertiva. A assertiva V também está incorreta, pois as escadas destinadas à circulação de funcionários devem ter dimensão mínima de 1,20 m, e não de 1 m.

Referência Bibliográfica:
RDC 50/2002 – ANVISA
Conteúdo Programático:
Arquitetura Hospitalar e Vigilância Sanitária: RDC ANVISA nº 50/2002 e atualizações.

CARGO(S): ARQUIVISTA

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
A banca indefere o recurso e mantém o gabarito. Conforme o Guia de gestão de documentos para os órgãos e entidades do Poder Executivo federal (2025), p. 36, “A preservação é uma função arquivística que se insere na gestão de documentos, e tem como objetivo a salvaguarda dos documentos que chegarão à idade permanente, após passarem pelas fases de produção, uso e destinação”. Portanto, a resposta correta é a alternativa A, Preservação. As outras alternativas não respondem corretamente ao conceito apresentado.

Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/Guiadegestaodedocumentos.pdf

Conteúdo Programático:
Funções arquivísticas.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'D'.
A banca indefere o recurso e mantem o gabarito. Conforme o documento Difusão de acervos arquivísticos (2018), p. 31, a difusão cultural “contemplaria eventos não apenas sobre o fenômeno arquivístico, mas também sobre outras temáticas culturais, com inspiração no conteúdo do acervo institucional”. A alternativa "D", cultural, é a única possível para responder corretamente à questão. As demais alternativas estão erradas. A alternativa A, incorreta, não é conceito abordado no documento, referindo-se à difusão da história. De acordo com o mesmo documento, a difusão editorial consiste nas publicações, consideradas canais de comunicação com o exterior (da arquivologia), uma vez que informam outros meios, como a comunidade, a administração e a academia, sobre o acervo documental – alternativa B, incorreta. A difusão educativa compreende um serviço educativo da própria instituição arquivística, por meio de visitas escolares e ações que visem dar conhecimento aos acervos custodiados, imbuídas de uma qualidade didática, o que corresponde à alternativa C, incorreta.
Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/difusao-de-acervos-arquivisticos_bianca-lopes.pdf
Conteúdo Programático:
Difusão arquivística e acesso.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'A'.
A banca indefere o recurso e mantém o gabarito. A alternativa A é a única opção que responde corretamente o item. As demais opções estão erradas. De acordo com a referência (p. 10), Foxing trata-se de uma deterioração que se caracteriza pelo surgimento de manchas de cor castanha no documento. Até hoje sua origem gera controvérsias. Há pesquisadores que pensam tratar-se de um microrganismo, porém outros defendem que são manchas originárias do processo de oxidação de impurezas metálicas que ficaram nos papéis durante sua formação. Este tipo de deterioração tende a aparecer em documentos que tenham ficado em contato direto com papeis ácidos, ou em obras que tenham sido emolduradas com cartões e papéis de baixa qualidade arquivística.

Referência Bibliográfica:
https://www.unir.br/uploads/13579246/diversos/Manual_para_Preservacao__Conservacao_e_Organizacao_dos_Arquivos_Fisicos_da_UNIR.pdf
Conteúdo Programático:
Preservação e conservação de documentos analógicos.

CARGO(S): ASSISTENTE SOCIAL AS

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A:
A descrição corresponde ao PAEFI, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco social ou com direitos ameaçados ou violados. O PAIF atua na Proteção Social Básica, com foco na prevenção de situações de vulnerabilidade e no fortalecimento da função protetiva das famílias.
Alternativa B:
O PAIF não tem como finalidade oferecer tratamento psicológico. Suas ações são de caráter socioassistencial e não terapêutico.
Alternativa C:
As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. O serviço busca fortalecer vínculos familiares e comunitários, prevenir vulnerabilidades e ampliar o acesso a direitos e serviços.
Alternativa D:
As ações do PAIF podem utilizar atividades culturais para ampliar o universo informacional, favorecer novas vivências e fortalecer a convivência familiar e comunitária, sem caráter terapêutico, o que corresponde à

alternativa correta. Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNASo 109, de 11 de novembro de 2009. Reimpressão 2014. Brasília – DF: [s.n.], 2014.

Conteúdo Programático:
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'C'.
1- Falsa. A ausência de ciência da notificação não implica cancelamento automático do benefício após 30 dias. A legislação estabelece procedimentos e prazos específicos para regularização e ciência do beneficiário, não sendo correta a afirmação apresentada.
2- Verdadeira. A normativa estabelece prazo de 45 dias para beneficiários residentes em municípios de pequeno porte e de 90 dias para aqueles residentes em municípios de médio e grande porte ou metrópoles com população superior a 50.000 habitantes, conforme os critérios previstos para a revisão do BPC.
3- Verdadeira. Os beneficiários do BPC que não estiverem inscritos no CadÚnico ou estiverem com os dados cadastrais desatualizados há mais de 24 meses devem regularizar a situação após a devida notificação.
Art. 21-B. Os beneficiários do benefício de prestação continuada, quando não estiverem inscritos no CadÚnico ou quando estiverem com o cadastro desatualizado há mais de 24 (vinte e quatro) meses, deverão regularizar a situação nos seguintes prazos, contados a partir da efetiva notificação bancária ou por outros canais de atendimento: (Redação dada pela Lei nº 15.077, de 2024)
I – 45 (quarenta e cinco) dias para Municípios de pequeno porte; (Incluído pela Lei nº 14.973, de 2024)
II – 90 (noventa) dias para Municípios de médio e grande porte ou metrópole, com população acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes. (Incluído pela Lei nº 14.973, de 2024) § 1º Na falta da ciência da notificação bancária ou por outros canais de atendimento, o crédito do benefício será bloqueado em 30 (trinta) dias após o envio da notificação.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

Conteúdo Programático:
Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993 – LOAS).

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
Embora o controle social envolva a participação dos conselhos no acompanhamento e na avaliação da Política de Assistência Social, a alternativa afirma que não há interferência na manutenção e ampliação da rede de ofertas socioassistenciais, o que restringe indevidamente as atribuições do controle social.
Alternativa B:
A composição dos conselhos de assistência social é paritária, com representação equilibrada entre governo e sociedade civil, e não proporcional. Portanto, paritário significa igualdade de representação entre os segmentos. Já proporcional à representação governamental significa que a quantidade de representantes pode variar conforme uma determinada proporção ou critério, não necessariamente 50% (cinquenta) para cada lado.
Alternativa C:
Conforme descrito na Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023:
CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Art. 11. O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA, Plano Municipal de Assistência Social - PMAS e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, devendo o conselho de assistência social possuir estrutura suficiente para zelar pela manutenção e ampliação e qualidade da rede de ofertas socioassistenciais para

todos os destinatários da Política. Parágrafo único. A participação da sociedade civil no Conselho é garantida na LOAS, que estabelece a composição paritária entre sociedade civil e governo.

Alternativa D:

A participação da sociedade civil nos conselhos de assistência social não é facultativa. A participação social integra a organização democrática do SUAS, e os conselhos possuem composição paritária entre governo e sociedade civil.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023. Estabelece as diretrizes para a estruturação, reformulação, funcionamento e acompanhamento dos conselhos de assistência social dos estados, Distrito Federal e municípios, com o objetivo de fortalecer e consolidar o controle social na Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social, 2023

Conteúdo Programático:

Controle social no SUAS (Conselhos e Conferências).

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A:

Existem diferentes interpretações e debates teóricos sobre o conceito, inclusive no âmbito das Ciências Sociais e do Serviço Social.

Alternativa B:

Embora relacione corretamente a questão social às desigualdades produzidas pelo capitalismo e à gênese do Serviço Social, a alternativa apresenta incorreção ao afirmar que sua incorporação pela profissão ocorreu apenas posteriormente à sua consolidação, o que contraria a relação histórica entre a questão social e a constituição do Serviço Social como profissão.

Alternativa C:

A questão social, de fato, expressa a contradição entre capital e trabalho e coloca desafios ao exercício profissional. Contudo, é incorreto afirmar que isso indica uma atuação voltada à manutenção da ordem social vigente, pois o Serviço Social, em sua perspectiva crítica, atua sobre as expressões da questão social e na defesa de direitos.

Alternativa D:

Desde logo, entendemos que existe uma vinculação entre o Serviço Social e a questão social a qual não se deu por acaso, mas resultante de uma relação histórica. E, nessa perspectiva, é importante trabalhar sua historicidade pela via da formação social brasileira para situarmos em que momento a questão social ganhou materialidade (objetividade) e protagonismo (subjetividade), isto é, expressão e legitimidade no desenvolvimento do processo capitalista de produção, tornando-se, inclusive, base inegável para o surgimento do Serviço Social como profissão.

Referência Bibliográfica:

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão Social e Serviço Social na Formação SócioHistórica Brasileira. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Brasília, n. 25, p.261-278, jan/jun, 2013

Conteúdo Programático:

A Questão Social, o contexto conjuntural.

Comentários Gerais:

A questão aborda conteúdo previsto no edital — A Questão Social, o contexto conjuntural, e a referência a Silva (2013) constitui elemento de fundamentação da questão, não implicando, por si só, extrapolação do conteúdo programático.

CARGO(S): AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A: reproduz, em essência, o próprio conteúdo do art. 119 do CTN. O sujeito ativo é a pessoa jurídica de direito público legitimada a exigir o cumprimento da obrigação tributária.

Alternativa B: deve ser compreendida à luz do art. 119: a qualidade de sujeito ativo pressupõe a titularidade da capacidade para exigir o cumprimento da obrigação tributária. É importante não confundir essa expressão

com a competência tributária em sentido estrito, isto é, o poder constitucional de instituir tributos. A questão utiliza “competência” no sentido empregado pelo próprio art. 119, relacionado à exigência da obrigação.
Alternativa C: pessoas jurídicas de direito privado podem receber atribuições meramente instrumentais ou materiais ligadas à arrecadação, mas isso não as transforma em sujeito ativo da obrigação tributária. O próprio CTN distingue essas situações. O art. 7º, § 3º, estabelece que o simples encargo de arrecadar tributos atribuído a pessoas de direito privado não constitui delegação de competência. Portanto, arrecadar valores ou executar atividades auxiliares não equivale à titularidade da relação jurídico-tributária.
Alternativa D: traduz corretamente a posição jurídica do sujeito ativo: é aquele legitimado pelo ordenamento para exigir do sujeito passivo o cumprimento da prestação correspondente à obrigação tributária.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Código Tributário Nacional.
Conteúdo Programático:
Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A: a imunidade não constitui hipótese de exclusão do crédito tributário nos termos do art. 175 do CTN, caracterizando-se como limitação constitucional ao poder de tributar.
Alternativa B: fundamenta-se expressamente na concepção apresentada por Ricardo Alexandre (2016, p. 448), segundo a qual excluir o crédito tributário significa impedir sua constituição, esclarecendo o autor, na sequência, que as “cláusulas excludentes (isenção e anistia)” impedem a normal sucessão dos fatos no fenômeno jurídico-tributário, evitando o procedimento de lançamento e o consequente nascimento do crédito tributário. A classificação doutrinária encontra respaldo direto no art. 175 do Código Tributário Nacional, que estabelece expressamente que excluem o crédito tributário a isenção (inciso I) e a anistia (inciso II).
Alternativa C: estabelece que a liquidação igualmente não integra as hipóteses de exclusão previstas no referido dispositivo.
Alternativa D: por sua vez, a compensação constitui modalidade de extinção do crédito tributário, conforme expressamente estabelece o art. 156, II, do CTN.
Entre as alternativas apresentadas na questão, a única que corresponde a uma das hipóteses de exclusão referidas pelo autor é, portanto, a anistia, constante da alternativa B. Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Alexandre, Ricardo. Direito tributário esquematizado / Ricardo Alexandre. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.
Código Tributário Nacional.
Conteúdo Programático:
Crédito tributário: conceito; constituição; lançamento (modalidades de lançamento; hipótese de alteração do lançamento); suspensão da exigibilidade; extinção; exclusão; garantias e privilégios do crédito tributário.

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A: afirma que, nos termos do art. 156-A, § 1º, IV e V, da CF, o IBS terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvado que cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.
Alternativa B: prevê a incidência do IBS sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, conforme o art. 156-A, § 1º, II, da Constituição Federal.
Alternativa C: afirma que, embora o IBS não incida sobre as exportações, a Constituição assegura expressamente ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço, conforme o art. 156-A, § 1º, III, da CF. A alternativa torna-se incorreta ao afirmar justamente o contrário quanto aos créditos.
Alternativa D: estabelece que o IBS não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses expressamente previstas na própria Constituição. Não existe a regra indicada na alternativa de autorização por lei complementar estadual acompanhada de deliberação favorável do Comitê Gestor.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Constituição Federal.
Conteúdo Programático:
Tributos de competência dos Municípios e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública).

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A: corresponde ao disposto no art. 97, § 12, II, do ADCT, que adota, para os Municípios, o valor de 30 salários-mínimos enquanto não houver lei própria estabelecendo o limite das obrigações de pequeno valor.
Alternativa B: não há aplicação, por simetria, de limite de 25 salários-mínimos. O próprio ADCT estabelece diretamente o parâmetro aplicável aos Municípios omissos: 30 salários-mínimos.
Alternativa C: a ausência de lei municipal não impede o pagamento mediante RPV nem determina a submissão de todos os débitos ao regime de precatórios. Justamente para suprir a ausência de legislação própria, o art. 97, § 12, do ADCT estabelece limites subsidiários.
Alternativa D: não compete ao Tribunal de Justiça estabelecer provisoriamente o valor. A solução para a omissão legislativa já se encontra prevista diretamente no art. 97, § 12, II, do ADCT.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Constituição Federal e ADCT.
Conteúdo Programático:
Operações de crédito, dívida ativa, precatórios em regime especial.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A: a assertiva confunde os institutos da caducidade e da cassação. A superveniência de norma jurídica incompatível com a manutenção do ato caracteriza hipótese de caducidade, e não de cassação. Além disso, seus efeitos, em regra, não são retroativos.
Alternativa B: o descumprimento, pelo destinatário, das condições necessárias à manutenção do ato administrativo configura hipótese de cassação, e não de caducidade. A cassação decorre da conduta do beneficiário do ato, ao passo que a caducidade resulta da edição de norma superveniente incompatível com sua permanência.
Alternativa C: a revogação pressupõe ato válido, sendo motivada por razões de conveniência e oportunidade. Verificada a ilegalidade originária, a providência cabível é a anulação, que visa retirar do ordenamento jurídico o ato viciado.
Alternativa D: a anulação é a forma de extinção do ato administrativo decorrente da constatação de ilegalidade originária. Pode ser promovida pela própria Administração, no exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário, quando provocado, observados os limites de suas respectivas competências.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 38. ed. Barueri: Atlas, 2025.
Conteúdo Programático:
Atos administrativos: Atributos, classificação, perfeição, validade, eficácia e espécies de atos administrativos.

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'D'.
Segundo o art. 114 da Lei de Licitações, “o contrato que previr a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 15 (quinze) anos”.
Logo, a alternativa D é o gabarito, o qual se mantém.

Referência Bibliográfica:
Lei 14.133/2021.
Conteúdo Programático:
Licitação Pública: conceitos, princípios, modalidades, características e tipos, de licitação e seu processamento. Inexigibilidade e dispensa de licitação.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A: o valor de R$ 228.000.000,00 corresponde a 47,50% da Receita Corrente Líquida, percentual que não representa o limite prudencial da despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal.

Alternativa B: o valor de R$ 240.000.000,00 equivale a 50,00% da Receita Corrente Líquida, mas esse percentual não corresponde ao limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alternativa C: o limite máximo da despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal é de 54,00% da Receita Corrente Líquida, conforme o art. 20, III, "b", da LRF. O limite prudencial corresponde a 95,00% desse limite máximo, nos termos do art. 22, parágrafo único.

54% x 95% = 51,30%

Aplicando-se esse percentual à Receita Corrente Líquida:

480.000.000 x 51,30% = 246.240.000,00

Portanto, o limite prudencial é de R$ 246.240.000,00.

Alternativa D: o valor de R$ 259.200.000,00 corresponde ao limite máximo de 54,00% da Receita Corrente Líquida, e não ao limite prudencial.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Lei Complementar nº 101/2000.

Conteúdo Programático:

Responsabilidade na Gestão Fiscal: Conceitos e normas estabelecidas pela lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A: nos termos do caput do art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a lei em vigor possui efeito imediato e geral, devendo, contudo, respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Trata-se de garantia da segurança jurídica, que impede a incidência retroativa da lei nova sobre situações jurídicas protegidas.

Alternativa B: conforme o § 1º do art. 6º da LINDB, reputa-se ato jurídico perfeito aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. A circunstância de seus efeitos se projetarem no tempo não descaracteriza sua natureza nem afasta a proteção conferida pela norma.

Alternativa C: a assertiva restringe indevidamente o conceito de direito adquirido. De acordo com o § 2º do art. 6º da LINDB, consideram-se adquiridos tanto os direitos que o titular, ou alguém por ele, possa exercer, quanto aqueles cujo começo do exercício tenha termo prefixado ou condição preestabelecida inalterável ao arbítrio de outrem. Assim, não se exige que o direito já tenha sido integralmente exercido antes da entrada em vigor da lei nova.

Alternativa D: nos termos do § 3º do art. 6º da LINDB, considera-se coisa julgada (ou caso julgado) a decisão judicial da qual já não caiba recurso. Uma vez formada a coisa julgada, a superveniência de lei nova não autoriza, por si só, a revisão da decisão judicial definitiva.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

Conteúdo Programático:

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'A'.

A questão exige a identificação das hipóteses de interrupção da prescrição, apresentando institutos previstos na legislação civil que integram a disciplina geral da prescrição e são aplicáveis subsidiariamente às relações jurídico-tributárias quando compatíveis e na ausência de disciplina específica em sentido contrário.

Com efeito, embora o enunciado contextualize a situação no âmbito de processo administrativo tributário e faça referência à prescrição do crédito tributário, tal circunstância não restringe a análise exclusivamente ao rol previsto no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. O CTN disciplina especificamente as causas interruptivas da prescrição para a cobrança do crédito tributário, sem afastar a utilização das normas gerais do ordenamento jurídico quando pertinentes. Nesse sentido, o próprio art. 108 do CTN admite mecanismos de integração da legislação tributária, e o art. 109 reconhece a utilização dos princípios gerais de direito privado para a pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas.

A assertiva I apresenta hipótese expressamente prevista no art. 202, I, do Código Civil como causa de interrupção da prescrição, consistente no despacho do juiz, ainda que incompetente, que ordenar a citação, observadas as condições estabelecidas pela legislação processual.
Por outro lado, as assertivas II e III não constituem causas de interrupção. Ambas estão contempladas no art. 197 do Código Civil entre as situações em que a prescrição não corre: entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal (inciso I), e entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela (inciso III). A distinção entre interrupção e impedimento ou suspensão da prescrição é precisamente o conhecimento jurídico exigido para a resolução da questão.
Ademais, a referência inicial ao contexto tributário não altera a natureza jurídica dos institutos apresentados nas assertivas nem gera pluralidade de respostas. O comando é objetivo ao indagar quais das situações enumeradas constituem causas que "interrompem a prescrição", sendo possível, a partir da legislação indicada pelos próprios institutos descritos, identificar inequivocamente que apenas a assertiva I possui natureza interruptiva.
Dessa forma, a contextualização da questão no âmbito tributário não compromete sua higidez, tampouco conduz à existência de mais de uma resposta possível. Apenas a assertiva I corresponde a causa de interrupção da prescrição, enquanto as assertivas II e III constituem hipóteses em que a prescrição não corre.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Código Civil.
Conteúdo Programático:
Prescrição e decadência.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'B'.
Em relação à formação dos contratos, o art. 433 do Código Civil estabelece que: "considera-se inexistente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante".
Logo, a alternativa B é o gabarito, o qual se mantém.
Referência Bibliográfica:
Código Civil.
Conteúdo Programático:
Contratos: disposições gerais e princípios contratuais.

CARGO(S): BIBLIOTECÁRIO I

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'C'.
Com o intuito de aferir o conhecimento acerca das atividades formais que constituem o tratamento temático da informação/análise documentária, utilizou-se como referência Fujita, Rubi e Boccato (2009), que apresenta claramente o rol de atividades macro (processos formais) que compõem o processamento temático no ambiente documental, como: Classificação, Elaboração de resumos, Indexação e Catalogação de assunto. Portanto, a alternativa C contempla exatamente essa atividade, de forma explícita e literal, apresentada pelas autoras, respondendo de maneira assertiva ao comando do enunciado, enquanto a alternativa D insere o elemento (SELEÇÃO) estranho ao rol das atividades macro da análise documentária.
É importante entender que não é correto equiparar uma etapa da indexação (a extração e seleção de conceitos) à atividade macro de Seleção, habitual no Desenvolvimento de Coleções, devido a SELEÇÃO DE CONCEITOS (ou termos) ser uma subetapa da análise de assunto dentro da indexação. Dessa forma, ela não constitui, por si só, uma "atividade de análise documentária", mas sim uma etapa intrínseca da própria indexação e desconfigura o rol das quatro atividades principais da análise documentária.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
Conteúdo Programático:
Indexação: conceitos, características e sistemas. Indexação automática. Vocabulário controlado e tesaurus.

CARGO(S): BIÓLOGO

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa 'C'.

A assertiva I está correta. Os cnidários apresentam duas formas corporais principais: pólipo e medusa. A medusa é adaptada à existência pelágica, enquanto o pólipo é, em geral, bentônico e preso ao substrato. A afirmação está de acordo com Ruppert e Barnes, Zoologia dos Invertebrados, 6. ed., Capítulo 4, p. 112.

A assertiva II está incorreta. A evolução dos gastrópodes envolveu maior cefalização, alongamento corporal dorsoventral, desenvolvimento de uma concha espiral assimétrica e torção. A assertiva, ao afirmar “menor cefalização” e “concha espiral simétrica”, apresenta características que não correspondem às modificações evolutivas descritas para o grupo. Ruppert e Barnes, Zoologia dos Invertebrados, 6. ed., Capítulo 10, p. 409.

A assertiva III está correta. Os crustáceos apresentam grande diversidade de estrutura e hábitos e distinguem-se dos demais artrópodes pela presença de dois pares de antenas. A afirmação está de acordo com Ruppert e Barnes, Zoologia dos Invertebrados, 6. ed., Capítulo 14, p. 671.

A assertiva IV está correta. A assertiva descreve a organização corporal geral de Insecta, com um par de antenas e apêndices alimentares na cabeça, três pares de pernas no tórax e ausência de apêndices no abdômen, conforme Ruppert e Barnes, Zoologia dos Invertebrados, 6. ed., Capítulo 17, p. 838. A existência de prolegs em determinadas formas larvais não descaracteriza essa caracterização geral.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

RUPPERT, Edward E.; BARNES, Robert D. Zoologia dos Invertebrados. 6. ed. São Paulo: Roca, 1996.

Conteúdo Programático:

Fauna: Animais invertebrados e vertebrados. Biodiversidade.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'A'.

A alternativa A está correta. A reprodução vegetativa é um modo de reprodução assexuada no qual um novo indivíduo é produzido a partir de tecidos parentais não sexuais, sem participação de gametas.

O enunciado descreve a formação de um novo indivíduo “a partir de tecidos parentais não sexuais, sem a participação de gametas”. Essa descrição corresponde à reprodução vegetativa, definida por Ricklefs e Relyea (8ª ed.) como um modo de reprodução assexuada no qual um indivíduo é produzido a partir de tecidos parentais não sexuais

Assim, não procede a alegação de que o enunciado seria insuficiente por não mencionar especificamente raízes, caules, folhas ou estruturas especializadas, como rizomas, estolões, tubérculos e bulbos. Esses são exemplos de estruturas que podem participar da reprodução vegetativa, mas sua enumeração não é necessária para a identificação do processo quando o enunciado já apresenta seu princípio definidor: a formação de um novo indivíduo a partir de tecidos parentais não sexuais, sem participação de gametas.

Além disso, o enunciado solicita a identificação do “tipo de reprodução”, e não de uma estrutura vegetativa específica ou de um mecanismo particular de propagação. Portanto, não é necessário que sejam mencionados exemplos para que a modalidade de reprodução possa ser identificada.

Também não procede a interpretação de que a reprodução vegetativa seria necessariamente um processo induzido pelo ser humano. A reprodução vegetativa pode ocorrer tanto naturalmente quanto de forma artificial. Assim, o fato de determinado processo ser natural ou induzido não é o critério que define essa modalidade de reprodução.

A alternativa B está incorreta. A esporulação é uma forma de reprodução assexuada caracterizada pela formação de esporos, estruturas especializadas capazes de originar novos indivíduos. O enunciado, entretanto, descreve diretamente a formação de um novo indivíduo a partir de tecidos parentais não sexuais, e não a formação de esporos.

A alternativa C está incorreta. A partenogênese corresponde ao desenvolvimento de um novo indivíduo a partir de um óvulo não fecundado. Portanto, envolve uma célula reprodutiva e não corresponde à formação de um indivíduo a partir de tecidos parentais não sexuais, conforme descrito no enunciado.

A alternativa D está incorreta. A gemulação é uma forma específica de reprodução assexuada caracterizada pela formação de estruturas denominadas gêmulas, capazes de originar novos indivíduos. É observada principalmente em determinados grupos de invertebrados, como as esponjas, não correspondendo à reprodução vegetativa descrita no enunciado.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
RICKLEFS, R. E.; RELYEA, R. A Economia da Natureza. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
Conteúdo Programático:
Botânica: Morfologia. Ecologia e Sustentabilidade.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'D'.
A alternativa A está incorreta. A aclimatação consiste em ajustes fisiológicos ou funcionais que permitem ao organismo lidar com alterações nas condições ambientais. Não corresponde, por definição, a um estado de dormência caracterizado por intensa redução do metabolismo.
A alternativa B está incorreta. O torpor é um estado temporário de redução da atividade metabólica e fisiológica, geralmente relacionado à economia de energia. Não corresponde especificamente à dormência sazonal característica da diapausa.
A alternativa C está incorreta. A estivação é um estado de dormência associado principalmente à sobrevivência durante períodos prolongados de calor e seca. Diferentemente, a diapausa pode estar relacionada a diferentes condições ambientais sazonais desfavoráveis, incluindo frio e seca.
A alternativa D está correta. A diapausa é um tipo de dormência comum em insetos, caracterizado por intensa redução do metabolismo em resposta a condições ambientais desfavoráveis. Pode envolver mecanismos relacionados à redução ou à ligação química da água corporal, contribuindo para a tolerância ao congelamento e à dessecação.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
RICKLEFS, R. E.; RELYEA, R. A Economia da Natureza. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
Conteúdo Programático:
Fauna: Animais invertebrados e vertebrados. Ecologia e sustentabilidade.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'C'.
A alternativa A está incorreta. A implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas é classificada como hipótese de interesse social, nos termos do art. 3º, IX, “c”, da Lei nº 12.651/2012, e não como utilidade pública.
A alternativa B está incorreta. As atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente, são classificadas como hipótese de interesse social, conforme art. 3º, IX, “f”, da Lei nº 12.651/2012, e não como utilidade pública.
A alternativa C está correta. As atividades e obras de defesa civil constituem hipótese expressamente definida como de utilidade pública pelo art. 3º, VIII, “c”, da Lei Federal nº 12.651/2012. O art. 8º, § 1º, da mesma Lei estabelece, de forma específica, que a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.
Há, portanto, correspondência direta entre os dois dispositivos legais: o art. 8º, § 1º, estabelece o requisito jurídico para a autorização da supressão, enquanto o art. 3º, VIII, “c”, define expressamente “atividades e obras de defesa civil” como hipótese de utilidade pública. Assim, a alternativa C não apenas se enquadra genericamente no conceito de interesse público, mas atende precisamente à categoria jurídica exigida pela legislação para a situação descrita.
Ressalta-se que a classificação legal é objetiva e expressa: a defesa civil está prevista no rol de utilidade pública, enquanto as demais alternativas correspondem a outras categorias previstas no art. 3º da Lei nº 12.651/2012. Desse modo, não há margem para considerar outra alternativa como equivalente à hipótese de utilidade pública exigida pelo art. 8º, § 1º.
A alternativa D está incorreta. A implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo é expressamente classificada como atividade eventual ou de baixo impacto ambiental, conforme art. 3º, X, “c”, da Lei nº 12.651/2012. Portanto, não se enquadra como utilidade pública para os fins do art. 8º, § 1º.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
Conteúdo Programático:
Gestão Ambiental. Áreas de Proteção Permanente. Legislação Ambiental.

CARGO(S): CONTADOR

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'A'.

A alternativa A está correta, pois o art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006 estabelece que a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00.

A alternativa B está incorreta porque a legislação utiliza como referência os itens de contratação, e não simplesmente o valor global da licitação.

A alternativa C está incorreta porque o enquadramento do fornecedor como ME ou EPP não constitui, por si só, hipótese de dispensa de licitação. O benefício consiste em tratamento favorecido previsto em lei, observadas as regras de contratação pública.

A alternativa D está incorreta porque, nas aquisições de bens de natureza divisível, o art. 48, III, da LC nº 123/2006 determina o estabelecimento de cota de até 25% do objeto, e não de 50%, para contratação de ME e EPP.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Constituição Federal de 1988.

Art. 170, IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

Art. 179 – determinação para que União, Estados, Distrito Federal e Municípios dispensem tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Arts. 42 a 49 – acesso aos mercados e tratamento favorecido nas licitações públicas. Art. 48, inciso I – possibilidade de realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME e EPP nas contratações de até R$ 80.000,00. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Art. 4º – determina a aplicação, nas licitações e nos contratos administrativos, das disposições da Lei Complementar nº 123/2006 relativas ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

Conteúdo Programático:

Licitações Públicas.

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa 'B'.

A alternativa A está incorreta, pois existem requisitos mínimos para a contratação. Além do valor mínimo de R$ 10 milhões, o período de prestação do serviço não pode ser inferior a 5 anos nem superior a 35 anos, incluindo eventual prorrogação, conforme arts. 2º, § 4º, II, e 5º, I.

A alternativa B está correta. Conforme o art. 2º da Lei nº 11.079/2004, a PPP é um contrato administrativo de concessão nas modalidades patrocinada ou administrativa. Além disso, o art. 2º, § 4º, I, veda a celebração de contrato de PPP cujo valor seja inferior a R$ 10 milhões.

A alternativa C está incorreta porque confunde a concessão administrativa com a concessão patrocinada. Na concessão patrocinada, há tarifa cobrada dos usuários acrescida de contraprestação pecuniária do parceiro público. A concessão administrativa, por sua vez, é aquela em que a Administração Pública é usuária direta ou indireta do serviço.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 2º, § 4º, III, da Lei nº 11.079/2004 veda PPP que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Constituição Federal de 1988, art. 175.

Lei nº 11.079/2004.

Art. 2º, caput., art. 2º, §§ 1º, 2º e 3º.

Lei nº 8.987/1995 – Regime de concessão e permissão de serviços públicos.

Conteúdo Programático:

Parceria Público Privada.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'C'.
A alternativa A está incorreta. Representaria um Ativo Circulante líquido de estoques igual ao Passivo Circulante.
A alternativa B está incorreta. Não corresponde ao cálculo efetuado.
A alternativa C está correta.
480.000 - 120.000 = 360.0000
360.000 / 240.000 = 1,50
Isso significa que, desconsiderando os estoques, a empresa possui R$ 1,50 em ativos circulantes de maior liquidez para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo.
A alternativa D está incorreta. O índice não alcança 2,00 com os valores apresentados.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações):
Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.
Marion, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis. Atlas.
Conteúdo Programático:
Análise das Demonstrações Financeiras.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'D'.
A alternativa A está incorreta, pois descreve essencialmente o método indireto.
A alternativa B está incorreta, pois a apresentação das principais classes de recebimentos e pagamentos brutos caracteriza o método direto.
A alternativa C está incorreta, porque a escolha entre os métodos direto e indireto refere-se à forma de apresentação dos fluxos das atividades operacionais; não modifica, por si só, os fluxos de investimento e financiamento.
A alternativa D está correta. Conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a entidade deve apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais utilizando um dos seguintes métodos:
(a) o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas; ou
(b) o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos efeitos:
(i) das transações que não envolvem caixa;
(ii) de quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
(iii) de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações).
Art. 176, inciso IV – Obrigatoriedade da Demonstração dos Fluxos de Caixa para as sociedades obrigadas à sua elaboração. Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.
Conteúdo Programático:
Estrutura e aspectos contábeis do Fluxo de Caixa.

CARGO(S): EDUCADOR SOCIAL

QUESTÃO: 37 – ANULADA.
O item em análise, assertiva III, propôs que o plano de trabalho do Educador Social prevê o desenvolvimento de ações no âmbito interno da unidade socioassistencial, cabendo à coordenação do serviço a mediação e o encaminhamento das articulações territoriais e de rede. Cumpre destacar que a NOB/SUAS 2012 estabelece o Princípio da Territorialização e a diretriz do trabalho descentralizado e extramuros como eixos centrais da política pública. A própria natureza da atuação no SUAS pressupõe intervenções comunitárias diretas, como busca ativa, abordagens de rua, mapeamento territorial e visitas domiciliares, de modo que limitar conceitualmente seu plano de trabalho ao espaço físico interno contraria a diretriz territorial do sistema. Contudo, embora o objetivo original da questão fosse testar o conhecimento sobre o caráter extramuros da

função, verifica-se que a redação aprovada não empregou partículas de caráter restritivo ou excludente. A mera omissão da dimensão extramuros, sem a presença de termos excludentes, gerou uma inconsistência lógica e comprometimento da clareza textual, induzindo o candidato à dupla interpretação. Assim, visando a preservar a idoneidade do certame, os recursos são providos, com a consequente anulação da questão.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica: NOB/SUAS 2012. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: NOBSUAS, 2012.
Conteúdo Programático:
Trabalho em rede na política de assistência social; Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Atuação do Educador Social: mediação social, fortalecimento de vínculos, mobilização comunitária, acesso a direitos, proteção social e trabalho territorial.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'B'.
A alternativa B expressa com precisão a essência e o método do Serviço Especializado em Abordagem Social. Conforme a Tipificação Nacional (Resolução CNAS nº 109/2009) e as orientações sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social (MDS, 2013), o serviço fundamenta-se na proatividade de ir aos logradouros públicos, no estabelecimento gradual de vínculos de confiança e no respeito à autonomia e ao tempo de cada indivíduo. Diante da estrita observância do arcabouço legal e normativo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Brasília, DF, 2009.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). SUAS e População em Situação de Rua: Perguntas e Respostas — Serviço Especializado em Abordagem Social. Volume IV. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Brasília, DF: MDS, 2013.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: MDS, 2009, reimpressão 2014.
Conteúdo Programático:
Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Abordagem social: fundamentos, objetivos e estratégias de atuação. Atendimento à população em situação de rua e políticas públicas de moradia.

CARGO(S): ENGENHEIRO AGRÔNOMO

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'A'.
A questão é clara e objetiva quanto ao comando a ser executado, bem como sobre os aspectos técnicos apresentados para análise, por meio das diferentes assertivas. No escopo geral, a proposta não é entrar nas especificidades e particularidades de cada produto ou molécula, mas sim em verificar a capacidade de entendimento de uma forma mais ampla e irrestrita sobre a dinâmica de funcionamento de diferentes mecanismos de ação, dada às atribuições do cargo. Assim, buscando tornar claro os aspectos técnicos norteadores da resposta, os herbicidas ariloxifenoxipropionatos são formulados como ésteres porque essa estrutura apolar penetra a cutícula foliar com velocidade 8 vezes maior do que a forma ácida. Uma vez dentro do tecido vegetal, as enzimas esterases realizam a de-esterificação na parede celular, ativando a molécula em sua forma ácida. O glyphosate (ou glifosato) possui um coeficiente de partição octanol/água baixo, indicando alta solubilidade em água e reduzida afinidade por lipídios. Além disso, em pH fisiológico (entre 5,5 e 7,5), o ácido se ioniza adquirindo cargas negativas na forma de monoânion ou diânion. compostos com log Kow elevado ficam retidos por adsorção nas membranas lipofílicas. Moléculas com pKa maior que 8 não sofrem dissociação eficiente na parede celular (onde o pH é próximo a 5), o que as impede de ativar o mecanismo de armadilha iônica no floema, limitando sua movimentação estritamente ao xilema (translocação apoplástica). O tráfego das auxinas sintéticas envolve transportadores específicos na membrana. A movimentação celular ocorre de forma polar e unidirecional (do ápice para a base) devido ao fato de que as proteínas transportadoras responsáveis pela exportação e saída da auxina estão localizadas unicamente na região basal da membrana celular.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Herbicidologia. Ribas Vidal e Aldo Merotto Junior. Porto Alegre, 2001. 152p. il.
Conteúdo Programático:
Plantas Daninhas: princípios gerais; métodos de controle; dinâmica de herbicidas; mecanismos de ação dos herbicidas.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'B'.
A questão é clara e objetiva quanto ao comando a ser executado, bem como sobre os aspectos técnicos apresentados para análise, por meio das diferentes assertivas. Tecnicamente, os herbicidas bipiridilos ligam-se à proteína PsaC do Fotossistema 1, desviando o fluxo de elétrons da rota da ferredoxina. Ao aceitar esse elétron, o dicátion do herbicida é reduzido a um monocátion estável, que atua como um radical livre altamente reativo. A planta não morre diretamente pela deficiência de energia (NADPH e ATP). A morte ocorre devido aos efeitos agudos e destrutivos causados pelo estresse oxidativo e pelos radicais livres formados a partir do oxigênio. O herbicida reduzido sofre auto-oxidação rápida ao interagir com o oxigênio, gerando radicais como o ânion superóxido, o peróxido de hidrogênio e o radical hidroxila. Embora o cloroplasto possua mecanismos nativos de detoxificação envolvendo ascorbato e glutationa, essa via é saturada e torna-se insuficiente para conter os danos nas membranas provocados pela aplicação do herbicida.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Herbicidologia. Ribas Vidal e Aldo Merotto Junior. Porto Alegre, 2001. 152p. il.
Conteúdo Programático:
Plantas Daninhas: princípios gerais; métodos de controle; dinâmica de herbicidas; mecanismos de ação dos herbicidas.

CARGO(S): ENGENHEIRO CIVIL

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'C'.
A classificação funcional das vias urbanas apresentada na figura está de acordo com a relação entre mobilidade e acessibilidade adotada pelo DNIT, segundo a qual as vias arteriais apresentam maior predominância da função de mobilidade, as vias coletoras exercem função intermediária entre mobilidade e acesso, e as vias locais privilegiam a acessibilidade, correspondendo, respectivamente, às faixas I, II e III. A representação gráfica contém elementos suficientes para a correta interpretação da questão, seguindo convenções usuais de leitura, sem que a ausência de escala (assim como na imagem original), valores numéricos (assim como na imagem original) ou setas (assim como na imagem original) comprometa sua objetividade, tampouco o sombreamento constitua elemento determinante para a resolução.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-demanuais/vigentes/ipr_740_manual_projetos_geometricos_travessias_urbanas.pdf
Conteúdo Programático:
Sistema Viário (caracterização e hierarquização de vias).
Planejamento e Mobilidade Urbana.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'D'.
O item IV está incorreto, pois o orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços, constitui elemento próprio do projeto básico, conforme o inciso XXV, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Lei nº 14.133/2021.
Conteúdo Programático:
Licitação de Obras Públicas.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'B'.
O conteúdo programático prevê expressamente “Acessibilidade”, sendo a ABNT NBR 9050 uma referência técnica central desse tema na Engenharia Civil. Sua menção específica em outro cargo não exclui sua aplicação ao cargo em análise. Ademais, a alternativa B é a única composta exclusivamente por elementos inseridos na Seção 4 – Parâmetros antropométricos da referida Norma.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
NBR 9050.
Conteúdo Programático:
Acessibilidade.

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'C'.
Conforme estabelece a ABNT NBR 6122:2022, em seu Anexo K, item K.3.1, durante a perfuração da estaca raiz pode-se adicionar polímero, sendo expressamente vedado o emprego de lama bentonítica. Desse modo, a alternativa C é inequivocamente incorreta ao admitir a utilização de lama polimérica ou bentonítica, pois a inclusão desta última contraria diretamente a prescrição normativa, independentemente das demais informações constantes da alternativa. As alternativas A e B estão de acordo, respectivamente, com os itens K.2 e K.5 da norma. A alternativa D, por sua vez, reproduz o critério estabelecido no item K.7, segundo o qual não se podem executar estacas com espaçamento inferior a cinco diâmetros em intervalo inferior a 12 horas, considerando-se, para essa distância, a estaca de maior diâmetro. Portanto, não procede a alegação de que o intervalo normativo seria de 24 horas, tampouco a de que o emprego da expressão “não se pode executar” alteraria o sentido técnico da disposição, uma vez que, no contexto apresentado, ela expressa de forma inequívoca uma vedação executiva e corresponde à redação adotada no item aplicável às estacas raiz.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
NBR 6122.
Conteúdo Programático:
Fundações.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'D'.
A alternativa A está incorreta. O silicato de cálcio hidratado (C-S-H) é, de fato, a principal fase ligante da pasta de cimento hidratada, exercendo papel determinante na coesão da matriz e no desenvolvimento da resistência mecânica do concreto. Assim, a descrição de sua função na alternativa é tecnicamente adequada. Contudo, o erro está em qualificá-lo como o “principal composto removido nas etapas iniciais da lixiviação”. Em concreto convencional de cimento Portland, a lixiviação se inicia tipicamente pela dissolução da portlandita, cuja maior solubilidade fornece cálcio à solução dos poros e atua no tamponamento alcalino do sistema.
A alternativa B está incorreta. O aluminato tricálcico, C3A\\mathrm{C_3A}C3A, é uma das principais fases do clínquer do cimento Portland e participa intensamente das reações iniciais de hidratação. Na presença do sulfato fornecido pelo gesso, ele participa da formação de etringita e de outros compostos sulfoaluminatos, contribuindo para o controle da pega e para a evolução da hidratação. No entanto, não é correto afirmar que o C3A\\mathrm{C_3A}C3A seja responsável por “controlar a retração hidráulica do concreto” ou por “impedir o surgimento de fissuras durante a perda de umidade da matriz cimentícia”. A retração por secagem e a fissuração decorrem de mecanismos mais amplos, relacionados à perda de água, à estrutura de poros, à relação água/cimento, ao teor de pasta, às condições ambientais, à restrição de deformações, à cura e às propriedades dos agregados. Além disso, o C3A\\mathrm{C_3A}C3A não é o composto tipicamente apontado como principal fase removida na etapa inicial da lixiviação.
A alternativa C está incorreta. O ferroaluminato tetracálcico, C4AF\\mathrm{C_4AF}C4AF, também é uma fase constituinte do clínquer do cimento Portland e participa das reações de hidratação, formando produtos hidratados que contêm cálcio, alumínio e ferro. Entretanto, sua contribuição para o desenvolvimento da resistência à compressão é secundária quando comparada à contribuição do C-S-H. O C-S-H é a principal fase responsável pela coesão da pasta e pela resistência dos materiais cimentícios. Ademais, o C4AF\\mathrm{C_4AF}C4AF não constitui o composto predominantemente dissolvido nas etapas iniciais da lixiviação em concreto convencional. Logo, a alternativa erra tanto ao atribuir a ele a responsabilidade principal pela resistência à compressão quanto ao vinculá-lo ao mecanismo inicial característico da lixiviação.

A alternativa D está correta. Ela é a única que associa corretamente a portlandita ao processo de lixiviação inicial e à manutenção do meio alcalino favorável à passivação das armaduras.

Referência Bibliográfica:
MEHTA, P. Kumar; MONTEIRO, Paulo J. M. Concreto: microestrutura, propriedades e materiais. 2. ed. São Paulo: IBRACON, 2014.
Conteúdo Programático:
Patologia de construção.

CARGO(S): ENGENHEIRO ELETRICISTA

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'B'.
A alternativa A está incorreta. Erro: O resistor de 5 Ohm em série no ramo superior impede que o curto-circuito alcance o nó do resistor de 4 Ohm de forma direta, mantendo este último no cálculo da resistência equivalente.
A alternativa B está correta. Em regime permanente de corrente contínua (CC), indutores ideais apresentam reatância nula (XL=0), comportando-se como um curto-circuito (0 Ohm).
Paralelo central: esse ramo de 5 Ohm fica em paralelo com o resistor de 4 Ohm:
Rp = (4x5) / (4+5)
RP = 2,22 Ohm
Resistência equivalente total: somando o resistor de 3 Ohm que está em série com a fonte:
Req = 3+2,22 = 5,22 Ohm.
A alternativa C está incorreta. Essa alternativa assume erroneamente que os indutores se comportam como circuitos abertos em regime permanente CC. Tratando os indutores de 6H e 5H como circuito aberto, o resistor em paralelo permanece no circuito.
A resistência equivalente à direita do resistor de 4 Ohm seria: 10 Ohm.
A associação em paralelo com o resistor de 4 Ohm resultaria em: 2,86 Ohm.
Somando o resistor em série de 3 Ohm Resistor equivalente = 5,86.
Com indutor e CC é um curto-circuito.
A alternativa D está incorreta. Essa alternativa resulta da soma simples em série de todos os resistores presentes no circuito (3 + 4 + 5 + 5 = 17 Ohm).
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
ALEXANDER, Charles K.; SADIKU, Matthew N. O. Fundamentos de circuitos elétricos. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
BOYLESTAD, Robert L. Introdução à análise de circuitos. 12. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
Conteúdo Programático:
Associações RL, RC e RLC, em série, paralelo e mistas.

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A: a afirmação é verdadeira. Na geração em larga escala (usinas hidrelétricas, térmicas e nucleares), os geradores síncronos são o padrão da indústria devido ao elevado rendimento e à capacidade de manter a frequência da rede estável (ex.: 60 Hz).
Alternativa B: a afirmação é falsa. Máquinas síncronas possuem construção complexa (exigem enrolamento de campo ou ímãs permanentes, além de sistemas de partida dedicados ou inversores de frequência) e alto custo, sendo inviáveis para eletrodomésticos simples de pequeno porte. Nesses aparelhos, utilizam-se motores universais ou motores de indução monofásicos.
Alternativa C: a afirmação é verdadeira. A variação da corrente de excitação no rotor permite que a máquina síncrona forneça ou absorva reativo da rede. Quando superexcitada e rodando em vazio, ela atua como um capacitor ajustável (condensador síncrono), corrigindo o fator de potência.
Alternativa D: a afirmação é verdadeira. A velocidade do motor síncrono é rigorosamente acoplada à frequência da rede elétrica (ns = (120 f) / p). Desde que não ultrapasse o torque máximo de sincronismo, a velocidade permanece 100% constante, independentemente da variação de carga.

Referência Bibliográfica:
FILIPPO FILHO, Guilherme. Motor elétrico e instalações elétricas industriais. São Paulo: Érica, 2012.
FITZGERALD, A. E.; KINGSLEY JR., Charles; UMANS, Stephen D. Máquinas elétricas de Fitzgerald e Kingsley. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
Conteúdo Programático:
Máquinas síncronas.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'A'.
A alternativa A está correta. Estruturalmente, o TRIAC pode ser compreendido como dois SCRs em antiparalelo (em sentidos opostos) com uma estrutura de gatilho integrada. Essa arquitetura permite que ele conduza corrente elétrica em ambos os sentidos da rede alternada (bidirecional) e seja disparado por correntes de gatilho de polaridade positiva ou negativa em relação ao terminal MT1 (modos de operação nos quadrantes I+, I-, III+, e III-).
A alternativa B está incorreta. O sinal de gatilho serve exclusivamente para iniciar a condução. Após o disparo, o TRIAC entra em estado de engate (latch) e permanece conduzindo mesmo sem sinal no gatilho. O comutamento/bloqueio (corte) só ocorre quando a corrente principal que circula entre os terminais de potência (MT1 e MT2) cai abaixo da corrente de manutenção (holding current, Ih), o que ocorre no cruzamento por zero da corrente alternada.
A alternativa C está incorreta. Embora opere em quatro quadrantes, a sensibilidade de disparo do TRIAC não é idêntica em todos eles. O modo de operação no 4º quadrante (onde MT2 é negativo e o gatilho é positivo em relação a MT1) apresenta a menor sensibilidade de disparo (exige maior corrente de gatilho, Igt). Por esse motivo, é comum o uso do DIAC em série com o gatilho para fornecer pulsos simétricos, rápidos e bem definidos nos dois semiciclos.
A alternativa D está incorreta. Ao controlar cargas indutivas (onde a corrente está defasada em relação à tensão), quando a corrente passa por zero e o TRIAC bloqueia, a tensão da rede já estará em um valor instantâneo elevado. Essa rápida variação de tensão por unidade de tempo (dv/dt) pode provocar um religamento indesejado (falso disparo). Para evitar isso, exige-se o uso de uma rede snubber (circuito RC em paralelo) para limitar a taxa de elevação da tensão.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
ALEXANDER, Charles K.; SADIKU, Matthew N. O. Fundamentos de circuitos elétricos. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
MALVINO, Albert P.; BATES, David J. Eletrônica. v. 2. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.
Conteúdo Programático:
TRIACS.

CARGO(S): ENGENHEIRO QUÍMICO

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'B'.
A alternativa A está incorreta. Análise do Regime de Operação (Estado Estacionário): o enunciado define explicitamente que a coluna de destilação opera em “estado estacionário” (regime permanente). Por definição termodinâmica e de balanço de massa/energia, em estado estacionário não há acúmulo de nenhuma propriedade com o tempo. Portanto, a taxa de acúmulo de energia deve ser obrigatoriamente igual a zero (Eacumulado = 0). Isso elimina imediatamente as alternativas C e E.
A alternativa B está correta. Análise da Unidade Base da Equação: o termo de carga térmica possui a unidade kJ.s-1 como 1 J/s = 1W, temos que [kJ/s]=[kW]. Essa é a unidade dimensional que rege a homogeneidade da equação (Energia/Tempo).
A alternativa C está incorreta. Verificação do Termo do Destilado:
Unidades: [kmol/h] x [kg/kmol] x [kJ/kg] = [kJ/h]
Para converter horas para segundos (unidade base do kW): [kJ/h] x [1 h/3600 s) = [kJ/s] = [kW].
Os termos de alimentação e fundo também resultam em [kJ/h] e necessitam do mesmo fator de conversão de tempo (1/3600). Como a alternativa D propõe multiplicar por 3600 em vez de dividir (ou multiplicar o denominador), ela está fisicamente incorreta.
A alternativa D está incorreta. Verificação e Correção do Termo de Potência.
O termo foi inserido na unidade de Watt.

Como a equação pera na escala de Quilowatt [kW], e sabendo que 1 kW = 1000 W, para transformar o valor numérico de Watts para Quilowatts dentro da equação, é necessário dividir o termo por 1000 (ex.: 5000 W/1000 = 5 kW).
Portanto, a única ação combinada que corrige a física do processo (regime permanente) e a escala de potência (W para kW) é a descrita na alternativa B, assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

FELDER, Richard M.; ROUSSEAU, Ronald W.; BULLARD, Lisa G. Princípios Básicos dos Processos Químicos. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. (Capítulo 3: Processos e Variáveis de Processo e Capítulo 7: Energia e Balanços de Energia).
HIMMELBLAU, David M.; RIGGS, James B. Engenharia Química: Princípios e Cálculos. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. (Capítulo 2: Balanços de Matéria e Capítulo 5: Balanços de Energia).
INMETRO. Sistema Internacional de Unidades: SI. 9. ed. Duque de Caxias, RJ: Inmetro, 2021.

Conteúdo Programático:

Balanços de massa e energia. Princípios básicos de Engenharia Química: unidades e dimensões.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'B'.

A alternativa A está incorreta. A pressão dinâmica depende exclusivamente da velocidade. Como o diâmetro é uniforme e o fluido é incompressível, a velocidade é constante e, portanto, a pressão dinâmica não pode aumentar.
A alternativa B está correta. Em fluidos reais, a viscosidade e a rugosidade do tubo geram forças de atrito que dissipam energia mecânica sob a forma de calor (perda de carga, hf>0). Como as energias cinética (velocidade) e potencial (altura) são constantes devido às restrições geométricas do enunciado, a única forma de suprir essa perda de energia mecânica é através da redução da energia de pressão. Portanto, a pressão estática diminui progressivamente na direção do escoamento (P2<p1).
A alternativa C está incorreta. A pressão estática diminui e não aumenta. O princípio da continuidade garante a constância da vazão e da velocidade, mas não causa aumento de pressão em tubos de diâmetro uniforme.
A alternativa D está incorreta. A energia mecânica total diminui devido à dissipação por atrito (perda de carga), independentemente de a tubulação ser horizontal.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

FOX, Robert W.; MCDONALD, Alan T.; PRITCHARD, Philip J. Introdução à Mecânica dos Fluidos. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. (Capítulo 6: Análise Escoamento Interno Incompressível e Viscoso).
ÇENGEL, Yunus A.; CIMBALA, John M. Mecânica dos Fluidos: Fundamentos e Aplicações. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. (Capítulo 8: Escoamento em Tubulações).
BRANAN, Carl R. Rules of Thumb for Chemical Engineers. 5th ed. Kidlington: Gulf Professional Publishing, 2012. (Fluid Flow Chapter: Pipe Pressure Drop).

Conteúdo Programático:

Fenômenos de Transporte: Mecânica dos Fluidos.

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa 'D'.

A alternativa A está incorreta. O armazenamento conjunto é extremamente perigoso. Além disso, as propriedades visuais (transparência) não ditam a compatibilidade química, e os pictogramas do GHS primários para ambos são diferentes (o etanol possui a chama de líquido inflamável, e o ácido nítrico possui a chama sobre círculo de gás/líquido oxidante, além do símbolo de corrosão).
A alternativa B está incorreta. O enunciado cita que a capela de exaustão estava desativada, o que anula qualquer argumento de fluxo de ar. Mesmo que estivesse ligada, capelas são locais de manipulação temporária de reagentes e nunca locais destinados ao armazenamento permanente de estoques de líquidos incompatíveis.
A alternativa C está incorreta. Misturar um composto inflamável com substâncias redutoras fortes não neutraliza seu potencial inflamável; pelo contrário, pode intensificar riscos dependendo da reatividade e geração de calor do sistema.
A alternativa D está correta. Ela afirma com exatidão a incompatibilidade química com base na natureza oxidante do ácido e na natureza orgânica/inflamável do etanol. O armazenamento correto exige a segregação física em armários específicos (líquidos inflamáveis em armários corta-fogo apropriados e ácidos/oxidantes em armários resistentes a corrosão), longe de qualquer possibilidade de contato físico ou de vapores.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
NATIONAL RESEARCH COUNCIL (NRC). Prudent Practices in the Laboratory: Handling and Management of Chemical Hazards. Updated Edition. Washington, DC: The National Academies Press, 2011. (Chapter 5: Working with Chemicals, seção específica sobre armazenamento segregado e tabelas de incompatibilidade química).
FUNDACENTRO. Manual de Segurança em Laboratórios Químicos. São Paulo: Fundacentro, 2015. (Diretrizes nacionais para segregação de produtos químicos perigosos).
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Sistemas Globalmente Harmonizado para a Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS). 10. ed. rev. Nova York e Genebra: Nações Unidas, 2023. (Anexos de compatibilidade e rotulagem de perigo).
Conteúdo Programático:
Segurança em Laboratório.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'D'.
A questão avalia profundamente o núcleo da engenharia das reações químicas: as taxas de conversão ponderadas pelo volume através do Diagrama de Levenspiel (versus XA).
PROPOSIÇÃO I (CORRETA): Para ordens de reação normais (n>0), como a primeira ordem, a taxa de reação diminui continuamente à medida que a conversão aumenta (pois a concentração do reagente decai). No PFR, o volume é a integral do inverso da taxa, operando com taxas mais altas no início. No CSTR, o reator opera inteiramente na menor taxa possível (a taxa da saída). Matematicamente, para n>0, VCSTR › VPFR
PROPOSIÇÃO II (CORRETA): Em reações autocatalíticas, a taxa de reação é baixa no início (pouco produto), atinge um valor máximo e depois cai (pouco reagente). No Diagrama de Levenspiel, a curva apresenta um ponto de mínimo (taxa máxima). Na região inicial até esse mínimo, a área do retângulo (CSTR) é menor do que a área sob a curva (PFR). Portanto, o CSTR é mais eficiente e exige menor volume nessa faixa.
PROPOSIÇÃO III (CORRETA): Em sistemas adiabáticos exotérmicos, a liberação de calor eleva a temperatura do meio reacional conforme a conversão avança. Como a constante cinética (κ) cresce exponencialmente com a temperatura (Lei de Arrhenius), a taxa de reação aumenta drasticamente com a conversão nos estágios iniciais, superando o efeito da queda de concentração. Quando a taxa aumenta com a conversão, a curva de Levenspiel se inclina para baixo. Nesse trecho, o volume do CSTR (retângulo baseado na taxa final alta) é menor do que o volume do PFR (área sob a curva que integra taxas iniciais baixas).
PROPOSIÇÃO IV (INCORRETA): Para uma reação de ordem zero, a taxa de reação é independente da concentração ( ). Substituindo nas equações de projeto:
CSTR:
PFR:
Para ordem zero, os volumes do CSTR e do PFR são rigorosamente iguais para qualquer conversão. A afirmação de que o CSTR seria o dobro é matematicamente falsa.
Para melhor compreensão e visualização das fórmulas, há uma figura com as mesmas justificativas abaixo. Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
FOGLER, H. Scott. Elementos de Engenharia das Reações Químicas. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. (Capítulo 2: Conversão e Tamanho de Reator – análise detalhada do Diagrama de Levenspiel para PFR/CSTR; e Capítulo 11: Reatores Não-Isotérmicos).
LEVENSPIEL, Octave. Engenharia das Reações Químicas. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2000. (Capítulo 5: Introdução ao Projeto de Reatores e Capítulo 6: Projeto para Reações Paralelas e Autocatalíticas).
MISSEN, Ronald W.; MIMS, Charles A.; SAVILLE, Bradley A. Introduction to Chemical Reaction Engineering and Kinetics. New York: John Wiley e Sons, 1999. (Chapter 14: Multiple-Reactor Systems and Performance Comparison).
Conteúdo Programático:
Projeto de Reatores.

A questão avalia profundamente o núcleo da engenharia das reações químicas: as taxas de conversão ponderadas pelo volume através do Diagrama de Levenspiel ($\frac{F_{A0}}{-r_A}$ versus X_A).

PROPOSIÇÃO I (CORRETA): Para ordens de reação normais (n>0), como a primeira ordem, a taxa de reação diminui continuamente à medida que a conversão aumenta (pois a concentração do reagente decai). No PFR, o volume é a integral do inverso da taxa, operando com taxas mais altas no início. No CSTR, o reator opera inteiramente na menor taxa possível (a taxa da saída). Matematicamente, para n>0, $V_{CSTR} > V_{PFR}$

PROPOSIÇÃO II (CORRETA): Em reações autocatalíticas, a taxa de reação é baixa no início (pouco produto), atinge um valor máximo e depois cai (pouco reagente). No Diagrama de Levenspiel, a curva $\frac{F_{A0}}{-r_A}$ apresenta um ponto de mínimo (taxa máxima). Na região inicial até esse mínimo, a área do retângulo (CSTR) é menor do que a área sob a curva (PFR). Portanto, o CSTR é mais eficiente e exige menor volume nessa faixa.

PROPOSIÇÃO III (CORRETA: Em sistemas adiabáticos exotérmicos, a liberação de calor eleva a temperatura do meio reacional conforme a conversão avança. Como a constante cinética (κ) cresce exponencialmente com a temperatura (Lei de Arrhenius), a taxa de reação aumenta drasticamente com a conversão nos estágios iniciais, superando o efeito da queda de concentração. Quando a taxa aumenta com a conversão, a curva de Levenspiel se inclina para baixo. Nesse trecho, o volume do CSTR (retângulo baseado na taxa final alta) é menor do que o volume do PFR (área sob a curva que integra taxas iniciais baixas).

PROPOSIÇÃO IV (INCORRETA): Para uma reação de ordem zero, a taxa de reação é independente da concentração ($-r_A = \kappa$). Substituindo nas equações de projeto:

CSTR: $V = \frac{F_{A0} * X_A}{-r_A} = \frac{F_{A0} * X_A}{\kappa}$

PFR: $V = \frac{F_{A0} * X_A}{\kappa}$

Para ordem zero, os volumes do CSTR e do PFR são rigorosamente iguais para qualquer conversão. A afirmação de que o CSTR seria o dobro é matematicamente falsa.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'A'.

A alternativa A está correta. A fundamentação permanece idêntica à consagrada na literatura científica (Bridgwater, 2012). A pirólise rápida necessita de taxas de aquecimento drásticas (>1000ºC/s) e resfriamento quase imediato (tempo de residência dos vapores (< 2 s) para congelar os produtos intermediários na forma líquida de bio-óleo, evitando que eles se quebrem secundariamente em gases leves.

A alternativa B está incorreta. A gaseificação, por definição conceitual e operacional, opera em condições subestequiométricas, o que significa que a razão de equivalência λ deve ser obrigatoriamente menor que 1,0 (tipicamente entre 0,2 e 0,4). Uma razão λ> 1,0 define o processo de combustão completa (incineração) e não gaseificação. Além disso, o objetivo da gaseificação é gerar monóxido de carbono CO e hidrogênio (H2), e não CO2.

A alternativa C está incorreta. O termo restritivo “exclusivamente” invalida a alternativa, dado que a síntese de novo (mecanismo majoritário de formação de dioxinas na zona de resfriamento) é uma reação heterogênea catalisada por metais (como o cobre) presentes na superfície das cinzas volantes (fly ash), e não homogênea em fase gasosa pura.

A alternativa D está incorreta. Tanto a reação de Boudouard quanto a de reforma do metano geram um aumento no número de mols gasosos no sentido dos produtos (1 mol->2mols e 2mols-> 4mols, respectivamente). Pelo Princípio de Le Chatelier, um aumento de pressão em sistemas gasosos desloca o equilíbrio no sentido de menor volume (sentido dos reagentes), reduzindo a quantidade de CO e H2.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
BRIDGWATER, A. V. Review of fast pyrolysis of biomass and product upgrading. Biomass and Bioenergy, v. 38, p. 68-94, 2012.
HIGMAN, Christopher; VAN DER BURGT, Maarten. Gasification. 2nd ed. Burlington: Gulf Professional Publishing, 2008. (Chapter 4: Gasification Mechanisms and Thermodynamics).
SMITH, J.M.; VAN NESS, H.C.; ABBOTT, M.M.; SWIHART, M.T. Introdução à Termodinâmica da Engenharia Química. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. (Capítulo sobre Equilíbrio em Reações Químicas - Princípio de Le Chatelier).
Conteúdo Programático:
Controle e tratamento de efluentes domésticos e industriais; tratamento de água e tratamento e disposição de resíduos sólidos domésticos e industriais.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'C'.
A alternativa A está incorreta. O RIMA deve ser escrito em linguagem acessível (leiga) e é público (princípio da publicidade).
A alternativa B está incorreta. A LP não autoriza o início de nenhuma obra civil. Quem autoriza a construção é a Licença de Instalação (LI), conforme o art. 8º, II, da Resolução CONAMA 237/97.
A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 5º, Inciso I, da Resolução CONAMA nº 001/1986, que estabelece as diretrizes gerais para a execução do EIA: “contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto”. Esse requisito impede qualquer recurso, pois é uma exigência legal expressa e universal para validade do estudo.
A alternativa D está incorreta. As licenças são isoladas e sucessivas (art. 8º da Resolução 237/97); a LI nunca extingue a LO.
Portanto, mantém-se o gabarito.
Referência Bibliográfica:
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental. Brasília, DF, 1986.
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos relativos ao licenciamento ambiental. Brasília, DF, 1997.
MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. (Capítulo sobre Estudo de Impacto Ambiental e Licenciamento).
Conteúdo Programático:
Licenciamento ambiental: Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'A'.
- Cálculo da eficiência térmica real (ηreal):

$$n_{real} = \frac{\dot{W}_{Liquido}}{\dot{Q}_H} = \frac{260kW}{400kW} = 0{,}65$$

- Cálculo da eficiência máxima teórica (Limite de Carnot – ηCarnot): O limite máximo de conversão de calor em trabalho para qualquer máquina térmica operando entre duas temperaturas térmicas absolutas (TH e TC) é ditado pelo ciclo reversível de Carnot:

$$\eta_{Carnot} = 1 - \frac{T_C}{T_H} = 1 - \frac{300K}{800K} = 1 - 0{,}375 = 0{,}625\ (62{,}5\%)$$

Como a eficiência real alegada no relatório ((65%) é estritamente superior à eficiência máxima permitida pelas leis da natureza para essas temperaturas (62,5%), o ciclo viola flagrantemente o enunciado de Kelvin-Planck da Segunda Lei da Termodinâmica.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
SMITH, J.M.; VAN NESS, H.C.; ABBOTT, M.M.; SWIHART, M.T. Introdução à Termodinâmica da Engenharia Química. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. (Capítulo 5: A Segunda Lei da Termodinâmica).
ÇENGEL, Yunus A.; BOLES, Michael A. Termodinâmica. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. (Capítulo 6: A Segunda Lei da Termodinâmica e Capítulo 7: Entropia).
Conteúdo Programático:
Termodinâmica: Leis da termodinâmica e propriedades dos fluidos.

CARGO(S): MÉDICO VETERINÁRIO

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa 'A'.
A rinotraqueíte infecciosa dos bovinos é uma doença infecciosa causada por um vírus. Da mesma forma, o ectima contagioso dos ovinos é uma doença infecciosa de etiologia viral, assim como a doença de Aujeszky, também causada por um vírus. No caso dos gatos, a ocorrência de sinais neurológicos é responsável pela denominação popular da doença como “pseudorraiva”, em razão da semelhança entre as alterações comportamentais e neurológicas observadas nessa enfermidade e aquelas decorrentes da infecção pelo vírus da raiva. Nos gatos infectados pelo vírus da doença de Aujeszky, a enfermidade evolui rapidamente para um quadro de encefalite, responsável pelo desenvolvimento dos sinais neurológicos característicos apresentados pelos animais acometidos.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
QUINN, P.J., MARKEY, B.K, CARTER, M.E., DONELLY.W.J., LEONARD. F.C. Microbiologia Veterinária e Doenças infecciosas. Porto Alegre. ARTMED, 2005.
Conteúdo Programático:
Doenças produzidas por vírus: aspectos de etiologia, epidemiologia, patogenia, sinais clínicos, patologia, diagnóstico, profilaxia, controle e tratamento.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'C'.
A alternativa A está incorreta. A exposição à radioatividade não se constitui em fulguração ou eletrocussão.
A alternativa B está incorreta. A exposição à intensa luminosidade, além de causar miose, pode ser a causa de cegueira temporária ou permanente.
A alternativa C está correta. Ela cita que os termos fulguração e eletrocussão referem-se à exposição de corrente elétrica de alta voltagem, sem detalhar se é causada por fenômeno natural (raio) ou por queda de cabo da rede elétrica condutor de grande voltagem.
A alternativa D está incorreta. O traumatismo craniano, seja ele causado por queda ou por pancada, não é causa de morte por eletrocussão ou fulguração
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
RADOSTITS, O.M., GAY, C.C., BLOOD, D.C., HINCHCLIFF, K.W. Clínica Veterinária. 9a ed. Guanabara Koogan, RJ, 2002.
Conteúdo Programático:
Clínica Veterinária.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'A'.
A alternativa A está correta. Os abscessos causados pela infecção brucélica, mormente pela espécie Brucella abortos, tendem a se localizar na região cervical, estejam eles na nuca ou na cernelha. A cernelha do cavalo, localizada no topo da coluna vertebral, é o ponto de encontro entre o pescoço e as costas. Ou seja, tanto a nuca quanto a cernelha estão localizadas na região cervical do cavalo.
A alternativa B está incorreta. A transmissão da doença pela monta natural não é clinicamente importante para a espécie equina.
A alternativa C está incorreta. Os equinos não são vacinados contra a brucelose, independentemente da raça do animal.
A alternativa D está incorreta. O diagnóstico da brucelose equina é realizado pelo teste de soroaglutinação rápida, o mesmo empregado no diagnóstico sorológico da infecção causada por outras espécies bacterianas formadoras de colônias lisas, como a Brucella abortos, B. suis ou B. melitensis.

Referência Bibliográfica:
RIET, Correa Franklin, SCHILD A. L., Lemos R. A. A., BORGES J. R. J. Doenças de ruminantes e eqüídeos. Editora Palloti, v. 1 e 2,.2007.
QUINN, P.J., MARKEY, B.K., CARTER, M.E., DONELLY, W.J., LEONARD, F.C. Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas. Porto Alegre, Artmed, 2005.
Conteúdo Programático:

Doenças produzidas por bactérias não-esporuladas e esporuladas aeróbias e anaeróbias: aspectos de etiologia, epidemiologia, patogenia, sinais clínicos, patologia, diagnóstico, profilaxia, controle e tratamento.

CARGO(S): PROFESSOR DE CIÊNCIAS

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'B'.

A questão aborda a ocorrência dos rios voadores a partir de sua origem e formação. Nesse contexto, a Amazônia tem extrema relevância, uma vez que contribui diretamente fornecendo vapor d'água. Assim, o desmatamento da Floresta Amazônica constitui uma ameaça direta à manutenção desse sistema, pois a redução da cobertura vegetal compromete a evapotranspiração. Conforme a publicação do Projeto Rios Voadores (Prado, 2014), as áreas desmatadas, que se transformam em savanas como o nosso cerrado, não fornecem tanta umidade para a atmosfera quanto as áreas de floresta tropical. Portanto, a perda de vegetação decorrente do desmatamento compromete, entre outros fatores, a manutenção da evapotranspiração, processo propulsor dos rios voadores.

A alternativa B é a única que estabelece relação direta entre uma alteração ambiental e o processo fundamental responsável pela existência e pela manutenção dos rios voadores, como solicitado no enunciado.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

PRADO, R. Os rios voadores, a Amazônia e o clima brasileiro. São Paulo: Editora Horizonte, 2014. 36 p.

Conteúdo Programático:

Tempo e clima, Ecossistemas brasileiros: caracterização e avaliação de impactos; Biodiversidade e sustentabilidade; Flora e fauna; Equilíbrio ambiental e alterações climáticas.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'D'.

A questão em discussão está relacionada à reprodução vegetal, mais precisamente, aos mecanismos envolvidos na polinização de plantas superiores. Tal temática encontra-se expressamente prevista no eixo "Vida e Evolução", sob o tópico "Reprodução: mecanismos de reprodução em plantas e animais".

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

GAMA, L. U. et al. Sistema sexual e biologia floral de Pouteria ramiflora e Pouteria torta (Sapotaceae). Revista Brasileira de Botânica, v. 34, n. 3, p. 375-387, 2011.

BESPALHOK, J. C. F.; GUERRA, E. P.; OLIVEIRA, R. Sistemas reprodutivos de plantas cultivadas. In: BESPALHOK, J. C. F.; GUERRA, E. P.; OLIVEIRA, R. Melhoramento de plantas. Curitiba: UFPR, 2017. p. 11-18.

LIMA, L. S. Funcionalidade da heterostilia e eficiência reprodutiva de Oxalis psoraleoides Mart. ex Zucc. (Oxalidaceae): uma espécie tristílica da região semiárida do Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

Conteúdo Programático:

Reprodução: mecanismos de reprodução em plantas e animais.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'C'.

O enunciado diz que o modelo de Rutherford apresentava um problema de instabilidade radioativa. Segundo Londero (2014), "Niels Bohr dedicou-se, entre outros assuntos, ao estudo da estabilidade do átomo, uma vez que o modelo atômico de Rutherford apresentava um problema de instabilidade radioativa, pois, de acordo com a teoria de Maxwell, elétrons em movimento ao redor do núcleo deveriam emitir radiação, perdendo energia e colapsando o sistema". Assim, vemos que a expressão encontra respaldo na literatura e, sobretudo, sua utilização não compromete a resolução do item cujo objeto central é a análise das características do modelo atômico de Bohr.

Quanto às assertivas, a primeira e a terceira são verdadeiras. Se os elétrons de um átomo recebem energia ou colidem com outros elétrons, eles saltam para níveis mais extremos. Nesse caso, dizemos que os elétrons entram em estado excitado. Se os elétrons cedem energia, eles saltam para níveis mais internos e a energia liberada sai em forma de quantum de luz ou fóton (Londero, 2014). A expressão "níveis mais extremos"

poderia ser substituída por “níveis mais externos”, de maior precisão terminológica; entretanto, seu significado no contexto da proposição é suficientemente claro e não altera o julgamento da assertiva.
A segunda assertiva é falsa. Segundo Santos e Freitas (2023), Bohr propôs que os elétrons giram ao redor do núcleo em um número limitado de órbitas circulares e bem definidas (fixas), que são denominadas de órbitas estacionárias, arranjadas em círculos concêntricos, com determinados níveis de energia. A caracterização de órbitas elípticas corresponde a um desenvolvimento posterior do modelo, associado ao aperfeiçoamento proposto por Arnold Sommerfeld. Assim, a afirmação de que, no modelo de Bohr, os elétrons ocupam “órbitas elípticas e variáveis” está em desacordo com a formulação original do modelo e, portanto, é falsa.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
LONDERO, L. O modelo atômico de Bohr e as abordagens para seu ensino na escola média. Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias, v. 9, n. 1, p. 13-37, 2014.
TOLENTINO, M.; ROCHA-FILHO, R. C. O átomo e a tecnologia. Química Nova na Escola, n. 3, 1996. Disponível em: https://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc03/quimsoc.pdf.
SANTOS, J. P. S.; FREITAS, F. A. M. de. Uma proposta para o ensino do modelo atômico de Bohr no ensino médio. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 9, n. 6, p. 2610–2622, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i6.10437.
PARENTE, F. A. G.; SANTOS, A. C. F. dos; TORT, A. C. Os 100 anos do átomo de Bohr. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 35, n. 4, p. 4301, 2013.
Conteúdo Programático:
MATÉRIA E ENERGIA: Matéria e suas transformações: Átomos e moléculas.

CARGO(S): PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'A'.
A assertiva I está correta ao afirmar que a deficiência orgânica não determina, por si só, o desenvolvimento do sujeito, já que este se constitui histórica e socialmente por meio das mediações culturais. A assertiva II também está correta, pois expressa adequadamente o conceito de sobrecompensação, segundo o qual a limitação pode impulsionar a reorganização psíquica e o desenvolvimento de novas estratégias. A assertiva III igualmente procede, ao destacar a importância da mediação pedagógica e da atenção às singularidades do educando no âmbito da zona de desenvolvimento proximal. Por fim, a assertiva IV está em conformidade com Vygotsky ao reconhecer que os efeitos secundários da deficiência, como exclusão, estigmatização e isolamento, podem ser mais prejudiciais ao desenvolvimento do que o defeito orgânico em si.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
VIGOTSKI, Lev Semenovich. Obras escogidas: fundamentos de defectología. Madrid: Visor, 1997. v. 5.
VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
Conteúdo Programático:
Inclusão escolar.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'D'.
A alternativa correta é a D, pois a asserção I é falsa e a asserção II é verdadeira, sem relação de justificativa entre elas. A primeira está incorreta por atribuir a Piaget uma visão passiva e empirista da construção do conhecimento, o que contraria sua teoria, segundo a qual o sujeito constrói ativamente o conhecimento por meio da interação com o meio, via assimilação e acomodação. Já a segunda está correta porque descreve adequadamente a equilibração majorante, processo pelo qual os desequilíbrios cognitivos levam à reorganização das estruturas mentais em níveis mais complexos de compreensão. Portanto, apenas a alternativa D expressa corretamente o valor lógico das assertivas.
Portanto, mantém-se o gabarito.
Referência Bibliográfica:
PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

Conteúdo Programático:
A construção do conhecimento e a avaliação.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'B'.
A alternativa correta é a B (V – V – F – F). A primeira assertiva é verdadeira, pois, na teoria vigotskiana, a linguagem é o principal instrumento de mediação semiótica e fundamental para a internalização dos signos culturais. A segunda também é verdadeira, porque o professor exerce papel ativo e intencional ao organizar situações de aprendizagem na zona de desenvolvimento proximal, promovendo avanços no desenvolvimento do aluno. A terceira é falsa, já que a mediação docente não se limita a intervenções pontuais, mas deve ser planejada, contínua e sistemática. A quarta também é falsa, pois a aprendizagem, em Vigotski, não ocorre de forma passiva, mas exige a participação ativa do aluno no processo de apropriação e internalização do conhecimento.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. VIGOTSKI, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
Conteúdo Programático:
Interação professor/aluno: o papel de cada um.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'C'.
A alternativa correta é a C, pois a 1ª e a 3ª partes da sentença estão em consonância com a teoria histórico-cultural de Vygotsky. A primeira é verdadeira porque o ambiente de aprendizagem, quando planejado intencionalmente, atua como mediador das interações sociais e da apropriação dos signos culturais. A terceira também é verdadeira, ao afirmar que esse ambiente favorece a colaboração entre alunos e professor, condição essencial para o avanço na zona de desenvolvimento proximal. Já a segunda é falsa, pois contraria o referencial vigotskiano ao minimizar a influência da organização do espaço e dos recursos materiais nos processos cognitivos.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. VIGOTSKI, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
Conteúdo Programático:
O planejamento pedagógico e o ambiente de aprendizagem.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'C'.
A alternativa correta é a C, pois o enunciado descreve a alfabetização na perspectiva de Emilia Ferreiro como um processo de construção conceitual de hipóteses sobre a escrita, e não como mera decodificação mecânica ou prática social de uso da língua escrita. A alternativa A é incorreta porque reduz esse processo à decodificação grafofonêmica; a B confunde alfabetização com letramento, que se refere às práticas sociais de leitura e escrita; e a D restringe indevidamente o conceito à consciência fonológica, que constitui apenas um aspecto parcial da aprendizagem. Assim, a definição apresentada corresponde precisamente à alternativa C, razão pela qual não há fundamento para anulação ou alteração do gabarito.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
FERREIRO, Emilia. Com todas as letras. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
Conteúdo Programático:
Alfabetização e letramento nos anos iniciais.

CARGO(S): PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'B'.

De acordo com os estudos de Patrícia Waltz Schelini, a cognição é um aspecto central da mente, sendo entendida como os processos pelos quais a informação recebida pelos órgãos do sentido é transformada, reduzida, elaborada, armazenada, recuperada e utilizada. Desse modo, a autora sinaliza que o conjunto das habilidades cognitivas são: Atenção; Percepção; Memória; Linguagem; Raciocínio e Funções executivas.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

FONSECA, M. et al. Avaliação das habilidades motoras em estudantes com deficiência: Considerações teóricas e práticas. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 33, n. 1, p. 34-42, 2019. SANTOS, L. et al. Educação Física inclusiva: Desafios e possibilidades na formação de professores. Movimento, v. 26, n. 1, p. 88-102, 2020. SCHELINI, P. W. O que é a cognição e quais são as habilidades cognitivas: cartilha destinada aos educadores.

Conteúdo Programático:

Inclusão dos alunos com deficiência na Educação Física: principais características, implicações e considerações sobre a prática de atividades físicas.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'C'.

De acordo com os estudos de Veiga (2002), presentes na obra-base para a formulação da questão, a alternativa correta é a letra C. Nessa obra, no capítulo “Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva”, no tópico 4.7, a autora apresenta o seguinte conjunto de ideias: acompanhar as atividades e avaliá-las leva-nos à reflexão, com base em dados concretos, sobre como a escola se organiza para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, em uma visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar e busca explicar e compreender, criticamente, as causas da existência dos problemas, bem como suas relações e mudanças, além de se esforçar para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica. Avaliadores que conjugam as ideias de uma visão global analisam o projeto político-pedagógico não como algo estanque, desvinculado dos aspectos políticos e sociais. Não rejeitam as contradições e os conflitos. A avaliação tem um compromisso mais amplo do que a mera eficiência e eficácia das propostas conservadoras. Portanto, acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico. Considerando a avaliação dessa forma, é possível salientar dois pontos importantes. Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico. Segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos. O processo de avaliação envolve três momentos: a descrição e a problematização da realidade escolar; a compreensão crítica da realidade descrita e problematizada; e a proposição de alternativas de ação, como momento de criação coletiva. A avaliação, do ponto de vista crítico, não pode ser instrumento de exclusão dos alunos provenientes das classes trabalhadoras. Portanto, deve ser democrática, favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de se apropriar dos conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e resultar de um processo coletivo de avaliação diagnóstica. No tópico 5, a autora pontua a seguinte questão: “A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papirus, 2002.

Conteúdo Programático:

Educação Física na Escola: planejamento, projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico segundo Vasconcellos e/ou Veiga.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'D'.

Na obra referência para a questão, na página 222, o autor apresenta a seguinte consideração: o planejamento possibilita a tomada de consciência (e, a partir disso, o avanço) da Zona de Autonomia Relativa (ZAR) da escola, do trabalho de sala de aula. A ZAR é o espaço entre o limite externo (dado pela Natureza e Sociedade) e o limite interno (dado pela Projeção e/ou pela Contradição do Sujeito/Grupo). Desse modo, a alternativa correta é a que se encontra na letra D.

Referência Bibliográfica:
VASCONCELLOS, Celso dos S. Currículo: A Atividade Humana como Princípio Educativo, 3ª ed. São Paulo: Libertad, 2011.

Conteúdo Programático:
Educação Física na Escola: planejamento, projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico segundo Vasconcellos e/ou Veiga.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'D'.
De acordo com o Manual de Regras, nas páginas 128 a 131, estão descritas as orientações referentes às infrações passíveis de advertência e expulsão. Nas páginas 128 e 129, são consideradas infrações passíveis de advertência com cartão amarelo (CA): atrasar o reinício do jogo; entrar na área de revisão do árbitro (ARA); e demonstrar conduta antidesportiva. Já entre as infrações passíveis de expulsão, estão: cometer jogo brusco grave; e usar linguagem ou realizar ações ofensivas, insultantes ou abusivas.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF). Livro de regras 2026/2027. Rio de Janeiro: CBF, 2026. Disponível em: https://www.cbf.com.br/a-cbf/noticias/aplicacao-regra-diretrizes-fifa/a/livro-de-regras-20262027.

Conteúdo Programático:
Conhecimentos específicos e Culturas Corporais de Movimento na escola: jogos, esporte, ginástica, lutas, dança e capoeira.

CARGO(S): PROFESSOR DE GEOGRAFIA

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'A'.
A assertiva II está incorreta porque classifica de forma inadequada o calcário, desconsiderando que as rochas sedimentares são divididas, conforme a origem, em clásticas, bioquímicas, orgânicas e químicas. Além disso, o calcário mais comum é o bioquímico, de origem orgânica marinha, e não uma rocha clástica.
A assertiva III também está incorreta porque restringe indevidamente a origem dos clastos a apenas duas fontes. De acordo com a referência, os clastos podem derivar de diversas fontes, como o intemperismo e erosão de rochas preexistentes, o acúmulo de conchas, a matéria orgânica de vegetais antigos e a precipitação de minerais em solução aquosa.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CHRISTOPHERSON, Robert W. Geosistemas: uma introdução à geografia física. [recurso eletrônico] / Robert W. Christopherson; Ginger H. Birkeland; tradução: Théo Amon; revisão técnica: Francisco Eliseu Aquino et al. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017, p. 334-335.

Conteúdo Programático:
As rochas e os solos.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'C'.
A primeira assertiva é falsa: “limites convergentes ocorrem em áreas de colisão e subducção crustal. Conforme dito anteriormente, onde áreas de litosfera continental e oceânica se encontram, a crosta é comprimida e perdida em um processo destrutivo à medida que ela desce para dentro do manto”.
A segunda assertiva é falsa: “os limites convergentes formam zonas de subducção, como ao longo da costa oeste da América Central e do Sul, ao longo das fossas das ilhas Aleutas e na costa oriental do Japão, atingida por um terremoto de magnitude 9,0 em 2011”.
A terceira assertiva é verdadeira: “limites transformantes ocorrem onde as placas deslizam uma em relação à outra, geralmente em ângulo reto ao centro de expansão do assoalho oceânico. Essas são as fraturas que se estendem por todo o sistema mundial de dorsais meso-oceânicas, sendo descritas pela primeira vez pelo geofísico Tuzo Wilson, da Universidade de Toronto, em 1965. Quando as placas se movem horizontalmente uma em relação à outra, elas formam uma espécie de falha, ou fratura, na crosta terrestre, chamada de falha transformante”.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

CHRISTOPHERSON, Robert W. Geosistemas: uma introdução à geografia física. [recurso eletrônico] / Robert W. Christopherson; Ginger H. Birkeland; tradução: Théo Amon; revisão técnica: Francisco Eliseu Aquino et al. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017, p. 344.

Conteúdo Programático:

O planeta Terra: origem, formação e movimentos.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'D'.

A primeira assertiva está correta: “recentemente, com o aumento da produção de etanol e de biodiesel, as terras dessa região passaram a ser mais disputadas, criando uma forte concorrência sobre o uso das terras para a produção de alimentos e a produção de agroenergia. Além disso, há, para além do avanço do agronegócio sobre as terras do latifúndio, o secular problema das terras griladas” (p. 42).

A segunda assertiva está correta: “a exclusão dos agricultores familiares da região Nordeste fica ainda pior com a expropriação causada pela expansão da soja nos estados da Bahia, Maranhão e Piauí. Além disso, o processo recente de estrangeirização da terra por empresas e governos da China e de países árabes tem criado novos elementos da questão agrária. Também o monocultivo de árvores para a produção de papel para exportação tem expropriado e subalternizado populações camponesas e indígenas. Para os think tanks do agronegócio, o Nordeste é uma região secundária, por conter o maior número de estabelecimentos do país e ser responsável por apenas 20% do valor bruto da produção nacional. Evidentemente que, a partir de uma lógica que tem como padrão a concentração e a centralização, a região Nordeste não é modelo para o agronegócio. Todavia, esse é um setor do capital que mais tem crescido na região” (p. 43).

A terceira assertiva está correta: “ainda, além do avanço do agronegócio sobre as terras do latifúndio, há o secular problema das terras griladas. São terras públicas que foram apropriadas por grandes proprietários por meio de documentos falsos e que agora estão sendo cada vez mais utilizadas pelo agronegócio, sem que se resolva o problema fundiário de titulação. Nos estados de São Paulo e Minas Gerais, há mais de um milhão de hectares de terras griladas que estão sob controle do latifúndio e do agronegócio. Essas terras são reclamadas pelos movimentos camponeses para serem desapropriadas para fins de reforma agrária” (p. 42).

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Fernandes, Bernardo Mançano. Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias / Bernardo Mançano Fernandes, Clifford Andrew Welch, Elienai Constantino Gonçalves. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

Conteúdo Programático:

O espaço agrário e os problemas agrários brasileiros.

CARGO(S): PROFESSOR DE HISTÓRIA

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'D'.

A alternativa A está incorreta. Embora as instituições religiosas tenham desempenhado papel relevante na organização política de diferentes sociedades do Oriente Próximo Antigo, a alternativa restringe a atuação dos governantes às funções militares e diplomáticas. A organização das estruturas estatais envolvia também mecanismos de administração, controle de recursos e mobilização do trabalho, não sendo possível estabelecer a separação rígida entre poder político e atividades administrativas apresentada pela alternativa.

A alternativa B está incorreta. A alternativa reconhece adequadamente a articulação entre tradições religiosas e mecanismos administrativos, mas incorre em erro ao atribuir, sobretudo, aos acordos estabelecidos com grupos mercantis urbanos o fundamento da legitimidade do poder estatal. A participação de agentes mercantis nas dinâmicas econômicas não permite considerá-los o fundamento predominante da legitimidade política das formações estatais abrangidas pela questão.

A alternativa C está incorreta. A primeira parte da alternativa reconhece corretamente a existência de mecanismos de administração territorial e de mobilização de recursos. Contudo, a afirmação de que tais estruturas se desenvolveram na ausência de burocracias permanentes contradiz a própria necessidade de organização e continuidade administrativa requerida pela gestão de territórios e recursos em larga escala.

A alternativa D está correta. A organização das estruturas estatais complexas no Oriente Próximo Antigo esteve associada ao desenvolvimento de mecanismos administrativos destinados ao registro, à gestão e à mobilização de recursos. Nesse sentido, a alternativa articula adequadamente registros administrativos,

arrecadação, mecanismos de redistribuição e exercício da autoridade política, sem afirmar que tais práticas tenham assumido formas idênticas em todas as sociedades ou períodos da região.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
AQUINO, Rubim Santos Leão de. História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ed. Imperial Novo Milênio, 2008.
LIVERANI, Mario. Antigo Oriente: história, sociedade e economia. Tradução de Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
Conteúdo Programático:
HISTÓRIA ANTIGA: Oriental (Mesopotâmia, Fenícios, Persas, Hebreus e Egípcios.

CARGO(S): PROFESSOR DE INGLÊS

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'D'.
(F) Brady Ashcroft decided to use his family business\'s 3D printers to print splints for the recent earthquake victims in Venezuela.
A afirmativa é falsa, pois o texto informa que o negócio pertence a Brady Ashcroft, e não à sua família. Essa informação aparece entre as linhas 3 e 5.
(T) Brady managed to grow his business from one to eight machines in less than two years by selling mainly fidget toys and custom keychains.
A afirmativa é verdadeira. Entre as linhas 6 e 7, o texto relata que o que começou como um hobby, com apenas uma impressora, há quase dois anos, transformou-se em um negócio com oito máquinas, que produzem principalmente brinquedos fidget e chaveiros personalizados para sua loja on-line.
(F) It is the first time Brady has helped others with his printing, but his mother was not surprised by his decision.
A afirmativa é falsa porque essa não foi a primeira vez que Brady utilizou suas impressoras para ajudar outras pessoas. O texto menciona esse fato entre as linhas 21 e 23.
(F) The splints are printed after the designs created by a hospital in Venezuela.
A afirmativa também é falsa. Nas linhas 13 e 14, o texto esclarece que os modelos das talas foram desenvolvidos por uma empresa de impressão 3D e, posteriormente, distribuídos pelo hospital.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
HEDGE, T. Teaching and Learning in the Language Classroom. New York: OXFORD, 2000.
Conteúdo Programático:
Reading Comprehension.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'C'.
Primeira assertiva: correta. A estrutura has turned é formada pelo auxiliar has + o particípio passado (past participle) do verbo principal “turn”, caracterizando o tempo verbal Present Perfect.
Segunda assertiva: correta. O Present Perfect estabelece uma relação entre uma ação ocorrida no passado e o presente. Nesse caso, a transformação do negócio de Brady tem um resultado ou uma consequência que permanece relevante no momento atual. Por isso, o Simple Past não seria o tempo verbal mais adequado, pois é normalmente utilizado para ações concluídas em um momento determinado do passado.
Terceira assertiva: incorreta. A estrutura afirmativa do Present Perfect é formada por have/has + past participle do verbo principal. Embora, no caso do verbo regular “turn”, a forma do Simple Past e do Past Participle seja igual (turned), a regra gramatical exige o uso do particípio passado.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
SWAN, M. Practical English Usage. 3rd ed. New York: OXFORD, 2014.
Conteúdo Programático:
Verbs.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'A'.

A questão 40 solicita a identificação da classe gramatical de “printing” na frase “It's printing time on the printers”. Nesse contexto, “printing” modifica o substantivo “time”, especificando que se trata de um “tempo de impressão”. Assim, a palavra exerce função de adjetivo, pois caracteriza o substantivo que a acompanha. Portanto, “printing” não atua como advérbio, verbo ou pronome, mas como adjetivo.
Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
SWAN, M. and WALTER, C. How English Works. New York: OXFORD, 2004.
Conteúdo Programático:
Adjectives.

CARGO(S): PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'C'.
A alternativa A está correta. Tal citação é direta do que afirma Evanildo Bechara, na página 68 da “Nova Gramática Portuguesa”.
A alternativa B está correta. Tal citação é direta do que afirma Evanildo Bechara, na página 68 da “Nova Gramática Portuguesa”. Além disso, o autor não afirma, tampouco a alternativa, que todos os ditongos nasais devem ser marcados com um til, apenas que tal sinal somente será usado sobre a vogal, nunca sobre a semivogal.
A alternativa C está incorreta. Na página 70 da “Nova Gramática Portuguesa”, Evanildo Bechara afirma: Tritongo é o encontro de uma vogal entre duas semivogais numa mesma sílaba. Os tritongos podem ser orais e nasais.
A alternativa D está correta. Tal citação é direta do que afirma Evanildo Bechara, na página 70 da “Nova Gramática Portuguesa”.

Referência Bibliográfica:
Evanildo Bechara. Moderna Gramática Portuguesa.
Conteúdo Programático:
Fonologia: Conceito de fonemas. Relações entre fonemas e grafias. Encontros vocálicos e consonantais.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'C'.
A primeira assertiva era: O segundo período do segundo parágrafo é formado por quatro orações.
A divisão das orações presentes no período está demonstrada a seguir:
Embora não **se trate** de uma patologia reconhecida (1), estudos sobre o comportamento de acumulação digital **mostram** que (2) algumas pessoas **ficam** muito ansiosas com a ideia de (3) **perder** (4) ou **excluir** acidentalmente informações pessoais, como fotos e músicas (5). Sendo assim, a assertiva I está incorreta.
A segunda assertiva era: Este mesmo período apresenta duas orações reduzidas coordenadas.
As orações (4) e (5) são ambas orações subordinadas substantivas completivas nominais e estão coordenadas entre si pelo emprego da conjunção “e”. Sendo assim, a assertiva II está correta.
A terceira assertiva era: A primeira oração deste mesmo período não é a oração principal.
A oração (1) é uma oração subordinada adverbial concessiva deslocada, portanto, não é a oração principal. Sendo assim, a assertiva III está correta.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Domingos Paschoal Cegalla. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.
Conteúdo Programático:
Relações morfossintáticas; Orações reduzidas: classificação e expansão. Coordenação e subordinação.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'D'.
Considerando-se os tipos de recursos coesivos reconhecidos por Ingedore Villaça Koch, em “A Coesão Textual”, tem-se as justificativas a seguir:

Em “Tais equívocos podem ter sérias implicações para o bem-estar dos usuários, expondo-**os** a vulnerabilidades de segurança e problemas de privacidade”, tem-se a retomada de um termo pelo emprego do pronome obliquo em uma anáfora, procedimento de coesão referencial.
Em “**Embora** não se trate de uma patologia reconhecida”, o emprego do conectivo auxilia a progressão e a relação entre as ideias de um texto num procedimento de coesão sequencial.
Em “uma **condição** apelidada de “diagrafofobia”. Embora não se trate de uma **patologia** reconhecida”, “condição” e “patologia” são empregadas como sinônimos de “doença” num procedimento de coesão lexical.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
A Coesão Textual. Ingedore Villaça Koch.
Conteúdo Programático:
Elementos de coesão e coerência textuais.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'A'.
A assertiva I era: Trata-se de poema satírico, tendo em vista a acidez das palavras com que o eu-lírico descreve os moradores da cidade.
De acordo com Sergius Gonzaga, em Curso de Literatura Brasileira, os poemas satíricos de Gregório de Matos denunciam a corrupção na Bahia com acidez e palavras, muitas vezes, chulas. Já para Alfredo Bosi, em Dialética da Colonização, a virulência de Gregório, motivada pelo rancor que guardava por ter perdido seus bens em função da exploração mercantilista, rendeu-lhe o apelido de Boca do Inferno. É o que se observa nos dois quartetos destacados, com a crítica à pouca capacidade dos governantes e ao hábito da fofoca da população. A assertiva I está, portanto, correta.
A assertiva II era: No segundo quarteto, tem-se a presença de gradação, figura de linguagem cara ao poeta. O verso em que tal figura se faz presente é: “Pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha”. Segundo o Dicionário Aulete Digital, esses quatro verbos pertencem ao campo semântico da busca de informações, mas se distribuem em uma sequência de intensidade crescente: pesquisar indica investigação em sentido amplo; escutar, atenção ao que se ouve; espreitar, observação cuidadosa e vigilante; e esquadrinhar, exame minucioso e aprofundado. Percebe-se, assim, que o grau de sondagem vai se intensificando progressivamente, o que configura gradação crescente, conforme a definição de Domingos Paschoal Cegalla, em Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Sendo assim, a assertiva II está correta.
A assertiva III era: Os quartetos empregam esquema de rimas emparelhadas e os versos são decassílabos. De acordo com Domingos Paschoal Cegalla, em Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, p. 651, “de várias maneiras podem as rimas ser dispostas nas estrofes. Conforme sua colocação, se dizem emparelhadas (aabb), alternadas (abab), interpoladas (abba) e misturadas (dispostas livremente)”. O esquema ABBA; ABBA é, portanto, de rimas interpoladas, e não emparelhadas, razão pela qual a assertiva III está incorreta.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Sergius Gonzaga. Curso de Literatura Brasileira. Domingos Paschoal Cegalla, Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Dicionário Aulete Digital.
Conteúdo Programático:
Literatura: conceitos básicos. Gêneros literários e movimentos literários.

CARGO(S): PSICÓLOGO PS

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'A'.
A primeira assertiva é verdadeira. Ela reproduz, de forma literal e precisa, a tradução oficial para a língua portuguesa do DSM-5-TR, publicado pela Editora Artmed, na página 56. O texto original em inglês, “failure of normal back-and-forth conversation”, foi traduzido como “falha em uma conversa normal de vai e vem”. A expressão não foi apresentada de forma isolada, mas está devidamente inserida no contexto do critério diagnóstico. O emprego do termo “vai e vem”, portanto, não constitui um coloquialismo ambíguo, mas uma forma de descrever a dinâmica de alternância de turnos na comunicação verbal, aspecto relacionado à reciprocidade socioemocional na avaliação do Transtorno do Espectro Autista (TEA). A segunda assertiva é falsa. No Transtorno Disruptivo da Desregulação do Humor (TDDH), o diagnóstico deve ser estabelecido

pela primeira vez entre os 6 e os 18 anos de idade. Portanto, não é correto afirmar que o diagnóstico deve ocorrer pela primeira vez antes dos 6 anos ou após os 18 anos.
A terceira assertiva é verdadeira. No TDDH, caso o indivíduo tenha apresentado, em algum momento da vida, um episódio maníaco ou hipomaníaco, o diagnóstico de TDDH não deve ser atribuído.
A quarta assertiva também é verdadeira. No Transtorno do Espectro Autista, estão presentes déficits no desenvolvimento, na manutenção e na compreensão dos relacionamentos. Esses déficits podem se manifestar, por exemplo, por dificuldades em ajustar o comportamento para se adequar a diferentes contextos sociais, bem como por dificuldades em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
DSM5 – TR.
Conteúdo Programático:
DSM5 – TR.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'C'.
A assertiva I está incorreta, pois se trata do Teste de Complemento de Sentenças, e não da BHS. A BHS apresenta 60 itens ou frases incompletas que o sujeito deve completar, geralmente com a recomendação de que o faça na maior rapidez possível, e que lhe dão oportunidade de expressar atitudes e sentimentos ou, eventualmente, de produzir material diretamente informativo em quatro áreas ou categorias representativas de adaptação: família, sexo, relações interpessoais e conceito de si mesmo.
A assertiva II está correta. A indicação da BHS é a avaliação do pessimismo ou de expectativas negativas frente ao futuro em pacientes psiquiátricos.
A assertiva III está correta. A BHS é uma escala de autorrelato, composta por vinte itens, que mede a extensão de expectativas negativas sobre o futuro imediato ou mediato. A soma dos escores dos itens individuais fornece um escore total, que pode variar de 0 a 20, sendo que maior escore indica maior pessimismo. A afirmativa literal da questão baseia-se estritamente na consagrada literatura técnica de adaptação e validação da Escala de Desesperança de Beck (BHS) no Brasil, capitaneada por Jurema Alcides Cunha (2001). Conforme preconizado no referencial teórico do instrumento, textualiza-se: “A escala é especialmente útil para uso com pacientes, especialmente pacientes deprimidos, adolescentes e adultos. Pode ser usada na população geral, especialmente com objetivo de triagem”. Portanto, o item avalia o conhecimento teórico do candidato a respeito da utilidade clínica amplamente documentada e validada para o construto. A consulta ao SATEPSI corrobora perfeitamente a premissa da questão. O sistema indica explicitamente que o público-alvo do teste compreende a "População em geral e clínica". O critério estatístico de "Idade da amostra de normatização (de 18 até 90 anos)" delimita os parâmetros da amostra específica utilizada no estudo normativo nacional para fins de padronização de escores.
Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Psicodiagnóstico-V [recurso eletrônico] / Jurema Alcides Cunha et al. – 5. ed. rev. e ampl. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2007.
Conteúdo Programático:
Psicodiagnótico.

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'C'.
Assertiva I está correta. A literatura de Cordioli explicita textualmente: “[...] O terapeuta constrói um continuum cognitivo (um gráfico linear de 0 a 100%) para a característica que é avaliada em termos de tudo ou nada. Em seguida, é solicitado que o paciente compare seu desempenho com o de outros indivíduos, posicionando-os no gráfico”. Portanto, a afirmação que nega a comparação com terceiros nesta técnica específica está incorreta, validando o julgamento da banca. Desta forma, nego provimento ao recurso.
Assertiva II está incorreta. O objetivo da técnica de análise das vantagens e desvantagens de crenças ou de comportamentos disfuncionais é ressaltar as vantagens secundárias do sintoma para fortalecer e validar as crenças nucleares do paciente. Segundo Cordioli: “Análise das vantagens e desvantagens de crenças ou de comportamentos disfuncionais: o objetivo dessa técnica é ressaltar as desvantagens e enfraquecer as vantagens que mantêm uma crença”.
Assertiva III está correta. Na técnica de descatastrofização, o objetivo é fazer com que o indivíduo imagine a consequência mais temida e possa reavaliá-la por meio de diversas técnicas cognitivas.

Assertiva IV está correta. A técnica da seta descendente consiste no questionamento sucessivo sobre o significado de uma determinada cognição até alcançar o seu significado mais central. Isso pode ser feito por meio de perguntas como: “o que isso significaria para você?”; “e se o pior acontecer?”.

Referência Bibliográfica:

Psicoterapias: abordagens atuais [recurso eletrônico] / Aristides Volpato Cordioli (organizador) – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

Conteúdo Programático:

Abordagem de psicoterapias.

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS
(Concurso Público n° 01/2026)
ANEXO II Gabaritos Definitivos

1 - Advogado do CREAS/SUAS									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - A	32 - C	33 - D	34 - B	35 - B	36 - A	37 - D	38 - B	39 - D	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 22529.25	

2 - Analista de Suporte									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - C	32 - A	33 - B	34 - B	35 - D	36 - C	37 - B	38 - A	39 - A	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 20718	

3 - Analista de Desenvolvimento de Sistemas									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - D	33 - A	34 - D	35 - C	36 - B	37 - C	38 - A	39 - A	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 20497.5	

4 - Arquiteto									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - A	32 - B	33 - B	34 - D	35 - C	36 - D	37 - D	38 - A	39 - C	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 22466.25	

5 - Arquiteto Hospitalar									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - A	32 - B	33 - B	34 - D	35 - C	36 - D	37 - A	38 - B	39 - C	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 22576.5	

6 - Arquivista									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - D	33 - A	34 - C	35 - A	36 - D	37 - B	38 - C	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 21820.5	

7 - Assistente Social AS									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - D	32 - A	33 - B	34 - C	35 - D	36 - C	37 - A	38 - B	39 - C	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 22986	

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS
(Concurso Público n° 01/2026)
ANEXO II Gabaritos Definitivos

8 - Auditor Fiscal de Tributos Municipais									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - C	32 - B	33 - A	34 - A	35 - D	36 - D	37 - C	38 - C	39 - A	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21253.5

9 - Bibliotecário I									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - C	33 - A	34 - D	35 - C	36 - B	37 - C	38 - B	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21804.75

10 - Biólogo									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - A	33 - C	34 - B	35 - A	36 - B	37 - D	38 - D	39 - B	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21474

11 - Cirurgião Dentista - Especialista Buco-Maxilo-Facial									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - A	32 - B	33 - C	34 - C	35 - D	36 - B	37 - C	38 - C	39 - A	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 22513.5

12 - Contador									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - A	33 - B	34 - D	35 - C	36 - C	37 - A	38 - C	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21316.5

13 - Educador Social									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - D	32 - B	33 - C	34 - A	35 - C	36 - D	37 - *	38 - B	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 28089

14 - Engenheiro Agrônomo									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - A	32 - A	33 - B	34 - B	35 - C	36 - D	37 - B	38 - C	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 20907

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS
(Concurso Público n° 01/2026)
ANEXO II Gabaritos Definitivos

15 - Engenheiro Civil									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - C	32 - D	33 - C	34 - B	35 - B	36 - C	37 - D	38 - C	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 23962.5

16 - Engenheiro de Tráfego									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - C	32 - A	33 - B	34 - B	35 - D	36 - C	37 - B	38 - A	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21332.25

17 - Engenheiro Eletricista									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - C	32 - B	33 - B	34 - A	35 - A	36 - D	37 - C	38 - A	39 - D	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 20765.25

18 - Engenheiro Químico									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - B	33 - D	34 - D	35 - A	36 - D	37 - C	38 - C	39 - A	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 22277.25

19 - Médico Cardiologista									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - A	33 - C	34 - B	35 - D	36 - C	37 - D	38 - A	39 - C	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21883.5

20 - Médico Clinico Geral									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - A	33 - C	34 - B	35 - D	36 - C	37 - B	38 - A	39 - D	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21962.25

21 - Médico Dermatologista									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - A	33 - C	34 - B	35 - D	36 - A	37 - B	38 - C	39 - C	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 22041

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS
(Concurso Público n° 01/2026)
ANEXO II Gabaritos Definitivos

24 - Médico Infectologista									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - A	33 - C	34 - B	35 - D	36 - D	37 - D	38 - B	39 - A	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 22450.5

26 - Médico Oftalmologista									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - A	33 - C	34 - B	35 - D	36 - C	37 - A	38 - D	39 - B	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21316.5

27 - Médico Otorrinolaringologista									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - A	33 - C	34 - B	35 - D	36 - C	37 - B	38 - B	39 - A	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21348

28 - Médico Pediatra									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - A	33 - C	34 - B	35 - D	36 - A	37 - B	38 - A	39 - C	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 20844

31 - Médico Veterinário									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - B	32 - C	33 - A	34 - A	35 - C	36 - D	37 - C	38 - B	39 - A	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21379.5

32 - Odontólogo Especialista em Pacientes com Necessidades Especiais									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - A	32 - B	33 - C	34 - C	35 - D	36 - C	37 - A	38 - B	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21930.75

33 - Professor de Artes									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - C	17 - *	18 - B	19 - B	20 - A
21 - C	22 - *	23 - B	24 - D	25 - C	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - C	33 - B	34 - D	35 - B	36 - D	37 - B	38 - A	39 - D	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 28944

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS
(Concurso Público n° 01/2026)
ANEXO II Gabaritos Definitivos

34 - Professor de Ciências									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - C	17 - *	18 - B	19 - B	20 - A
21 - C	22 - *	23 - B	24 - D	25 - C	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - C	33 - B	34 - D	35 - B	36 - B	37 - C	38 - A	39 - D	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 28392.75	

35 - Professor de Educação Básica									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - C	17 - *	18 - B	19 - B	20 - A
21 - C	22 - *	23 - B	24 - D	25 - C	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - C	33 - B	34 - D	35 - B	36 - A	37 - D	38 - B	39 - C	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 28392.75	

36 - Professor de Educação Física									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - C	17 - *	18 - B	19 - B	20 - A
21 - C	22 - *	23 - B	24 - D	25 - C	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - C	33 - B	34 - D	35 - B	36 - A	37 - B	38 - C	39 - D	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 29070	

37 - Professor de Geografia									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - C	17 - *	18 - B	19 - B	20 - A
21 - C	22 - *	23 - B	24 - D	25 - C	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - C	33 - B	34 - D	35 - B	36 - D	37 - A	38 - C	39 - D	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 28928.25	

38 - Professor de História									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - C	17 - *	18 - B	19 - B	20 - A
21 - C	22 - *	23 - B	24 - D	25 - C	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - C	33 - B	34 - D	35 - B	36 - A	37 - C	38 - D	39 - D	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 28991.25	

39 - Professor de Inglês									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - C	17 - *	18 - B	19 - B	20 - A
21 - C	22 - *	23 - B	24 - D	25 - C	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - C	33 - B	34 - D	35 - B	36 - D	37 - B	38 - C	39 - C	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 28266.75	

40 - Professor de Língua Portuguesa									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - C	17 - *	18 - B	19 - B	20 - A
21 - C	22 - *	23 - B	24 - D	25 - C	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - C	33 - B	34 - D	35 - B	36 - C	37 - C	38 - D	39 - A	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 28282.5	

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS
(Concurso Público n° 01/2026)
ANEXO II Gabaritos Definitivos

41 - Psicólogo PS									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - C	32 - D	33 - B	34 - A	35 - C	36 - C	37 - B	38 - D	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 22891.5

42 - Tradutor Intérprete de Libras									
01 - B	02 - C	03 - B	04 - D	05 - C	06 - D	07 - C	08 - A	09 - A	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - D	16 - B	17 - *	18 - C	19 - C	20 - B
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - D	30 - C
31 - C	32 - C	33 - D	34 - C	35 - C	36 - A	37 - D	38 - B	39 - A	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 22119.75

43 - Desenhista Técnico (Cadista)									
01 - D	02 - C	03 - B	04 - A	05 - A	06 - *	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - D	12 - B	13 - A	14 - C	15 - D	16 - C	17 - A	18 - A	19 - B	20 - D
21 - C	22 - D	23 - B	24 - B	25 - *	26 - D	27 - B	28 - C	29 - D	30 - A
31 - C	32 - C	33 - A	34 - C	35 - B	36 - D	37 - B	38 - D	39 - A	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 26285

44 - Técnico Desenvolvimento de Sistemas									
01 - D	02 - C	03 - B	04 - A	05 - A	06 - *	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - D	12 - B	13 - A	14 - C	15 - D	16 - C	17 - A	18 - A	19 - B	20 - D
21 - C	22 - D	23 - B	24 - B	25 - *	26 - D	27 - B	28 - C	29 - D	30 - A
31 - A	32 - D	33 - D	34 - B	35 - C	36 - B	37 - A	38 - C	39 - A	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 24237.5

45 - Técnico em Edificações									
01 - D	02 - C	03 - B	04 - A	05 - A	06 - *	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - D	12 - B	13 - A	14 - C	15 - D	16 - C	17 - A	18 - A	19 - B	20 - D
21 - C	22 - D	23 - B	24 - B	25 - *	26 - D	27 - B	28 - C	29 - D	30 - A
31 - B	32 - D	33 - A	34 - C	35 - C	36 - D	37 - D	38 - B	39 - B	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 26862.5

46 - Técnico em Informática									
01 - D	02 - C	03 - B	04 - A	05 - A	06 - *	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - D	12 - B	13 - A	14 - C	15 - D	16 - C	17 - A	18 - A	19 - B	20 - D
21 - C	22 - D	23 - B	24 - B	25 - *	26 - D	27 - B	28 - C	29 - D	30 - A
31 - C	32 - B	33 - D	34 - A	35 - A	36 - D	37 - C	38 - C	39 - B	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 24220

47 - Assistente Administrativo									
01 - D	02 - C	03 - B	04 - A	05 - A	06 - *	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - B	12 - D	13 - C	14 - A	15 - D	16 - D	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - C	22 - A	23 - A	24 - B	25 - D	26 - C	27 - D	28 - B	29 - B	30 - *
31 - D	32 - B	33 - C	34 - D	35 - A	36 - A	37 - C	38 - C	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 16955

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS
(Concurso Público n° 01/2026)
ANEXO II Gabaritos Definitivos

48 - Assistente de Fiscalização									
01 - D	02 - C	03 - B	04 - A	05 - A	06 - *	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - B	12 - D	13 - C	14 - A	15 - D	16 - D	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - C	22 - A	23 - A	24 - B	25 - D	26 - C	27 - D	28 - B	29 - B	30 - *
31 - D	32 - B	33 - C	34 - D	35 - A	36 - A	37 - C	38 - C	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 16955

49 - Auxiliar em Saúde Bucal									
01 - D	02 - C	03 - B	04 - A	05 - A	06 - *	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - B	12 - D	13 - C	14 - A	15 - D	16 - D	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - C	22 - A	23 - A	24 - B	25 - D	26 - C	27 - D	28 - B	29 - B	30 - *
31 - D	32 - B	33 - C	34 - D	35 - A	36 - A	37 - C	38 - C	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 16955

50 - Operador de Monitoramento									
01 - D	02 - C	03 - B	04 - A	05 - A	06 - *	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - B	12 - D	13 - C	14 - A	15 - D	16 - D	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - C	22 - A	23 - A	24 - B	25 - D	26 - C	27 - D	28 - B	29 - B	30 - *
31 - D	32 - B	33 - C	34 - D	35 - A	36 - A	37 - C	38 - C	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 16955

51 - Secretário de Escola									
01 - D	02 - C	03 - B	04 - A	05 - A	06 - *	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - B	12 - D	13 - C	14 - A	15 - D	16 - D	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - C	22 - A	23 - A	24 - B	25 - D	26 - C	27 - D	28 - B	29 - B	30 - *
31 - D	32 - B	33 - C	34 - D	35 - A	36 - A	37 - C	38 - C	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 16955

52 - Operador de Sonorização e Iluminação									
01 - D	02 - C	03 - B	04 - A	05 - A	06 - *	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - B	12 - D	13 - C	14 - A	15 - D	16 - D	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - C	22 - A	23 - A	24 - B	25 - D	26 - C	27 - D	28 - B	29 - B	30 - *
31 - D	32 - B	33 - C	34 - D	35 - A	36 - A	37 - C	38 - C	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 16955

Assinatura Eletrônica Total: 1072060.